

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Trincheiras do contrapoder na era digital:
protagonismo NINJA em defesa da Floresta
Amazônica**

Cyntia Nataly Malcher Bezerra

Dissertação orientada pela Prof^a. Doutora Silvia Valencich Frota, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação.

2021

Trincheiras do contrapoder na era digital: protagonismo NINJA em defesa da Floresta Amazônica.

© Cyntia Nataly Malcher Bezerra, Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, 2021.

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa têm licença não exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, esta dissertação/tese, no todo ou em parte, em suporte digital, para acesso mundial. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa estão autorizadas a arquivar e, sem alterar o conteúdo, converter a tese ou dissertação entregue, para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, nomeadamente através da sua digitalização, para efeitos de preservação e acesso.

Dedico este trabalho aos homens e mulheres que destinam sua vida a defender a Floresta Amazônica e ousam sonhar com um mundo mais justo, assim como aos milhares de brasileiros que foram vítimas da Covid-19, em muito devido à necropolítica instaurada no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que está na natureza e em toda a parte, a Luz Suprema da qual vim, a qual recorde, e para a qual voltarei.

Foram inúmeros os professores que me inspiraram, mas aqui quero destacar meu carinho ao doce mestre de minha graduação Paulo Nunes, que é pra mim um exemplo de sabedoria, leveza, humildade e doçura. Outra docente pela qual tenho grande apreço é a pesquisadora Ivânia Neves, tanto por ter sido aquela que me apresentou a obra de Foucault, quanto pela sua produção científica que me causa fascínio e encorajamento.

Meus agradecimentos também se estendem à minha orientadora, Silvia Frota, pelo cuidado e paciência com que me guiou durante a realização desta dissertação. Seus ensinamentos, diretrizes e, sobretudo, sua sensibilidade em permitir que pudesse encontrar o meu particular caminho na pesquisa foram indispensáveis para que pudesse entregar este trabalho que me deixa realizada.

Ao Programa de Cultura e Comunicação, da Universidade de Lisboa, e seus professores pelo conhecimento compartilhado durante este mestrado.

À Universidade Federal do Pará por me conceder licença para a qualificação, tornando, assim, possível a realização do sonho do mestrado.

À minha tão amada Mãe, figura indispensável para que eu pudesse galgar dos menores aos maiores degraus na minha jornada. Nunca esquecerei seu redobrado esforço desde os meus primeiros passos educacionais, a companhia nas longas caminhadas, nas madrugadas, rumo Barcarena-Belém, para a conclusão da graduação – mesmo debaixo das chuvas torrenciais do inverno amazônico –, bem como nossas longas conversas e seu consolo em minhas maiores aflições. Pra mim, você é um exemplo de luta, sensibilidade, integridade e cuidado. Amo você sem medida.

Ao meu querido Pai, que sempre esteve a repetir para mim que os estudos eram o melhor dos caminhos que se podia trilhar. De algum modo, isso semeou em mim uma enorme admiração pelo conhecimento. Sempre vi em você um homem de enorme força e ousadia. Obrigada por ter dado o melhor que pode. Amo muito você.

Aos meus preciosos irmãos, Neocleunyr e Sueyla, pois, cada um ao seu modo enche minha vida de sentido e alegria. Ter a companhia de vocês é uma grande dádiva. Obrigada pelo

amor, companheirismo e paciência. Com vocês, aprendo muito sobre coragem, sensibilidade e generosidade. Amo vocês demais.

À minha irmã Ziulene (*in memoriam*), pessoa luminosa e íntegra que foi vítima tão prematura do machismo entranhado na sociedade brasileira. Sinto tanto por não ter desfrutado de mais tempo ao seu lado. Onde estiver, receba o meu carinho, amor e afeição.

À minha querida avó, Clarisse Malcher, figura de ilustre beleza e força. Com essa vitória seguro sua mão e lhe levo ao Ginásio tão sonhado, que tu, menina serelepe e humilde, não podes frequentar devido à falta de recurso para pagar os trajés ginasianos – episódio por vós lamentado incansavelmente. Mesmo que um dia já não mais estejas entre nós, sei que sua luz continuará a me guiar. Amo tanto, tanto.

Às minhas grandes amigas Joelma, Darlyanne, Aline, Valéria e Daniele, que mesmo com a distância e com os caminhos opostos ao meu, de algum modo, sempre se mantêm presentes em meu coração. Com vocês, escrevo páginas lindas da minha vida. E também aos meus queridos amigos Danilo e Altair José, que trouxeram grande refrigério em diversos momentos da produção desta dissertação. A escuta e o carinho de vocês me são muito caros.

Aos preciosos amigos que fiz no mestrado e tive o prazer de ter a companhia em diversos momentos da minha estada em Lisboa: Desirrê, por tantas trocas, apoio e longas conversas; Julie, pela companhia e risadas; Jael, pela amorosidade e alto-astral; Estephanie, pela delicadeza e simpatia; Camila, pela força que sempre me inspirou; Nelice, pela partilha que só com outra paraense poderia fazer; Frederico, a quem sou especialmente grata e tenho imensa admiração pelo acurado senso de justiça e coragem que pude presenciar; e também a todos os demais colegas que não consigo listar aqui. Saibam que tive muito gosto de partilhar essa etapa acadêmica com vocês.

Também faço especial agradecimento ao primeiro dos amigos que fiz ao chegar em Portugal, Vítor Silva. Pessoa extraordinária que me brindou com seu apreço e consideração dos primeiros até o último dia da minha estada nas terras lusitanas. Você é um querido do meu coração.

E por último, mas não menos importante, manifesto minha gratidão à amiga/companheira que fiz em Lisboa, Olha Vishynska. Sua ajuda, generosidade e afeição foram indispensáveis para meu estabelecimento em Portugal e mantiveram meu coração quentinho mesmo estando tão longe de casa. Obrigada.

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os
humildes”. (Cora Carolina)

RESUMO

Esta dissertação analisa os discursos postos em circulação pela Mídia Ninja, em sua conta no *Instagram*, sobre as queimadas na Amazônia em 2019. O objetivo é verificar o préstimo oferecido por este coletivo de mídia para a ciência da opinião pública acerca dessa tragédia ambiental, em comparação com a cobertura realizada por parcela significativa da mídia massiva brasileira. Para tanto, valemo-nos das proposições foucaultianas, fixando especialmente atenção ao conceito de dispositivo, sobretudo, no que tange suas dimensões, que estão postas por Deleuze na obra “O dispositivo”. A partir do exame de postagens publicadas na conta *@midianinja*, durante o auge da crise das queimadas, foi possível notar que trouxeram fatos e vozes que foram invisibilizados e silenciados por parte significativa da imprensa brasileira, e que essa se tratou de uma perspectiva decolonial de abordar o caso. De tal modo, vimos que o discurso operado pela Mídia Ninja acionou uma contraposição às curvas de enunciação e de visibilidade do dispositivo colonial que foi operado pelo maior noticiário da TV aberta do Brasil ao tratar o assunto. Destarte, inferimos que a Mídia Ninja inseriu com isso um giro decolonial, que colocou a opinião pública em melhores condições de discernir o que estava por trás das queimadas, elucidando, assim, o lado obscuro da modernidade. Desse modo, pudemos notar que a internet instrumentaliza a expressão da indignação do corpo social, pondo em lugar de destaque a voz contra-hegemônica, o que pode impactar em mudanças culturais decisivas.

Palavras-chaves: Mídia Ninja, Dispositivo, Colonialidade, Decolonialidade, Queimadas, Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation analyses the discourses posted by Mídia Ninja on their instagram account concerning the 2019 Amazon rainforest wildfires. The goal of this work is to verify the contribution this instagram page offered to science concerning this environmental tragedy in comparison with the coverage done by a good part of Brazilian press. In order to do this, we will take into consideration Foucault's propositions with focus on the concept of dispositive, especially its dimensions that Deleuze approaches in his work called "The dispositive". Based on the analysis of the posts published by @midianinja account it is possible to see that they brought up facts and voices that were silenced by most of the Brazilian press during the peak of the wildfire crisis. The press used a decolonial approach to this case. The discourse posted by Mídia Ninja triggered an opposition to the curves of enunciation and visibility of the colonial dispositive operated by the biggest newscast of Brazilian TV on the topic. We can imply that Mídia Ninja made it easier for the public opinion to understand what was happening behind the wildfires. This clarified the obscure side of modernity. This way, we can say the internet serves as a tool that exposes the indignation of the social body. It gives emphasis to the anti-hegemonic voice, which can cause decisive cultural changes.

Keywords: Mídia Ninja, Dispositive, Coloniality, Decoloniality, Wildfires, Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Abrangência atual da Amazônia Legal	45
Figura 2 Série histórica dos focos ativos de queimadas detectados na Amazônia Legal, de 1998 até 16/01/2020	46
Figura 3 Relação entre os focos de fogo e a estiagem nos estados da Amazônia Legal com maior incidência de queimadas	47
Figura 4 Levantamento dos focos de fogo e desmatamento por categoria fundiária no bioma Amazônia	49
Figura 5 Área que corresponde ao Arco do Desmatamento.....	50
Figura 6 Diagrama da Matriz Colonial do Poder	56
Figura 7 Imagens da escuridão fora de hora em São Paulo	70
Figura 8 Publicação no Instagram do ator Leonardo Di Caprio, de 21 de agosto de 2019	72
Figura 9 Postagens de celebridades internacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 21 de agosto	73
Figura 10 Postagens de celebridades nacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 21 de agosto	73
Figura 11 Postagens de celebridades internacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 22 de agosto	74
Figura 12 Postagem feita pelo presidente francês, Emmanuel Macron, em sua conta no Twitter	75
Figura 13 Imagens das manifestações ocorridas no Brasil e no mundo em defesa da Amazônia	77
Figura 14 Número de postagens realizadas ao dia no período analisado	89
Figura 15 Infográfico dos eixos temáticos tratados na cobertura das queimadas na Amazônia..	92
Figura 16 Postagem texto/ilustração publicada no dia 29 de agosto de 2019	95
Figura 17 Postagem texto/vídeo publicada no dia 17 de setembro de 2019	97
Figura 18 Frames 1 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019	98

Figura 19 Frames 2 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019	99
Figura 20 Frames 3 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019	100
Figura 21 Postagem texto/imagem publicada no dia 20 de agosto de 2019	101
Figura 22 Postagem texto/ vídeo publicada no dia 28 de agosto de 2019	103
Figura 23 Frames 1 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 28 de agosto de 2019	104
Figura 24 Postagem texto/imagem publicada no dia 24 de setembro de 2019.....	105
Figura 25 Postagem texto/imagem publicada no dia 26 de agosto de 2019.....	107
Figura 26 Postagem texto/vídeo publicada no dia 26 de agosto de 2019.....	108
Figura 27 Postagem texto/imagem publicada no dia 25 de agosto de 2019.....	111
Figura 28 Postagem texto/vídeo publicada em 25 de agosto de 2019.....	112
Figura 29 Trecho da música “Podres poderes” de Caetano Veloso	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de postagens por categoria de abordagem do conteúdo.....	91
Tabela 2 Lista de postagens selecionadas para análise.....	93

LISTA DE SIGLAS

ARPA	Advanced Research Projects Agency
CERN	Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire
CPT	Comissão Pastoral da Terra
HWR	Human Rights Watch
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
JN	Jornal Nacional
JR	Jornal da Record
MN	Mídia Ninja
NASA	National Aeronautics and Space Administration
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
XR	Extinction Rebellion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 MÍDIAS DIGITAIS E CONTRA-HEGEMONIA: A INSERÇÃO NA ERA PÓS-MASSIVA	21
1.1 Internet: do militar à militância	22
1.2 Em tempos de liberação da emissão	25
1.3 Novo fôlego à cultura da participação	31
1.4 Web nas mãos da militância contra-hegemônica	34
1.5 Hegemonia e contra-hegemonia em disputa no ciberespaço	37
2 QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: A COLONIALIDADE DA NOTÍCIA	44
2.1 O que deu na TV: entre os fatos e a notícia	45
2.2 No rastro do fogo na Amazônia: o que ou quem ateia essa chama?	48
2.3 Mídia e a colonialidade do poder	52
2.4 A serviço da colonialidade: o caso do Jornal Nacional	59
2.5 Condições de possibilidade para a emergência da colonialidade na notícia	62
3 PRAY FOR AMAZON: O MUNDO SOB ALERTA DAS QUEIMADAS	69
3.1 Webação de denúncia das queimadas na Amazônia	70
3.2 E-defesa da Floresta Amazônica: a vez do discurso decolonial	80
3.3 Mídia Ninja: midialivrismo ²³ em prol da cobertura das queimadas	83
4 DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA: O JEITO NINJA DE COBRIR OS FATOS	87
4.1 Poranga ²⁵ , machadinha e demais utensílios para extrair enunciados	88
4.2 O discurso decolonial na sua timeline: NINJA em defesa da Floresta Amazônica	95
4.3 Uma Trincheira a Serviço do Giro Decolonial: Cobertura das Queimadas na Amazônia a partir do Instagram NINJA	115
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE 1	138
APÊNDICE 2	140
APÊNDICE 3	142

INTRODUÇÃO

“O gentio aruaquiz é trabalhador e muito impaciente de cativo e sujeição, tanto que se resolveram alguns que tomaram em guerra os portugueses a tomar peçonha para morrerem, por mais conveniência, do que virem a ser escravos dos brancos”.

(Trecho da Crônica de Missão do Jesuíta João Felipe Bettendorff, onde se narra um ato de resistência dos indígenas da então Província do Grão-Pará)

A destruição da Floresta Amazônica, que hoje vemos intensificada, é fruto de um longo processo que tem estreita ligação com a história de ocupação da Amazônia, iniciada com a invasão portuguesa ao território no século XVI. Tal episódio histórico, segundo Dias (1998), deu partida à alteração do espaço que, até então, era densamente povoado por diversas etnias de povos nativos. Nesse movimento, uma série de discursos passaram a ser incutidos pelos colonizadores com vista a justificar a subjugação das culturas locais e do território, nele imprimindo o modelo “civilizatório” do Velho Mundo. Discursos esses, entendidos neste trabalho como concernentes ao dispositivo colonial.

Apesar das investidas, nos séculos seguintes, a dimensão, densidade e insalubridade da floresta se mostraram um empecilho às tentativas de dobrá-la. Foi somente no período da regência do Estado Novo (de 1939 a 1946), de Getúlio Vargas, que a alteração da região amazônica passou a ser retomada mais efetivamente. A promoção de uma intensa política de ocupação, conhecida como “Marcha para o Oeste”, que fazia parte do projeto desenvolvimentista de implementar o “povoamento” das faixas do interior do país consideradas como “vazias”, que atraiu um grande contingente de migrantes vindos de outras regiões do país com a promessa de ganhos com a implantação da indústria agrícola (Miranda, 2018; Souza, 2010).

Política desenvolvimentista essa que foi continuada durante o governo de Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1961) que, dentre suas obras, criou a rodovia Belém-Brasília (ou Transbrasiliana) no intento de integrar a região amazônica ao restante do país e à recém-construída capital nacional, Brasília. Ato que, na época, foi intensamente propagado como grandioso por permitir sanar o problema do isolamento histórico da Amazônia e por simbolizar a vitória do homem sobre a natureza (que era entendida como sinônimo de atraso e empecilho para o desenvolvimento), promovendo, assim, a inserção do país em uma era de modernidade (Miranda, 2018; Andrade, 2019; Andrade, 2015).

Mas foi na década de 1960, com o governo militar, que houve a intensificação dessas políticas. Com a justificativa de salvaguardar o Brasil da temida internacionalização do território e de resolver o problema da seca na região Nordeste, os militares promoveram a implantação dos grandes projetos¹ na Amazônia e construíram a rodovia Transamazônica², regidos pelos lemas “integrar para não entregar” e “terras sem homens para homens sem-terra”. Essas intervenções marcaram decisivamente toda a organização do território, passando a assinalar o desmatamento como um problema crônico e mais intenso, além de afetar drasticamente os modos de vida das populações indígenas e comunidades tradicionais, e exacerbar ainda mais os conflitos territoriais (Miranda, 2018; Souza, 2010, p. 201).

Assim, vemos que essas sucessivas políticas desenvolvimentistas promovidas com vista a assegurar a extração das riquezas minerais e a expansão da atividade agropecuária na região, que em maior ou menor medida também foram sustentadas pelos sucessivos governos democráticos, desencadearam uma destruição intensa na Floresta Amazônica. Aniquilamento ambiental este que, por seu turno, é iniciado pelo desmatamento e seguido pelas queimadas, a qual compreende a etapa de eliminação dos resíduos produzidos pelo primeiro com vista a completar o ciclo de extermínio da mata nativa.

Essas queimadas, apesar de já apresentarem crescimento anuais expressivos, em agosto de 2019, sofreram um aumento brusco se comparado ao mesmo período do ano anterior. Conforme apontado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), queimadas recorde atingiram a Floresta Amazônica por dias seguidos, contabilizando um total de 39.177 focos ativos de fogo na região, superando os dados contabilizados no mesmo mês dos últimos nove anos (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019b).

Em paralelo aos números alarmantes, as notícias veiculadas pelas quatro principais emissoras brasileiras de TV aberta, até o dia 19 de agosto de 2019, deram tratamento irrisório ao tema. O maior telejornal do país, o Jornal Nacional (JN), restringiu-se, inclusive, a falar das queimadas como um incidente, denotando o viés de ocorrência em virtude do clima quente e seco na região, sem trazer complexificação acerca de outras possíveis causas e atores envolvidos, e evitando, assim, revelar qualquer ligação daquelas com uma ação intencional e criminosa, muito menos relacionando-as ao desmatamento (Apêndices 1 e 2).

A destruição acentuada da Floresta Amazônica implica perdas incalculáveis em biodiversidade, danos à saúde das populações locais, savanização do território, além de

comprometer o ciclo hidrológico do Brasil e de outros países da América Latina, trazendo também impactos para a regulação do clima no mundo devido à excessiva liberação de dióxido de carbono na atmosfera produzido durante a queima, o que acentua ainda mais o aquecimento global (Andrade, Menezes, Rocha, & Santos, 2017; Nepstad, Moreira & Alencar, 1999). Considerando essa extensa lista de prejuízos, a mitigação de noticiar um aumento tão expressivo na destruição pelo fogo neste bioma se mostra uma falha com o dever da imprensa de manter informada a opinião pública.

Diante da invisibilização nos noticiários, um movimento colaborativo de cobertura do caso tomou força no ciberespaço. Os canais para essa denúncia foram as plataformas de mídias sociais como *Twitter* e *Instagram*, onde foram veiculadas publicações de diversos textos e imagens da floresta em chamas por cidadãos, pela sociedade civil e por celebridades nacionais e internacionais em repúdio. Isso fez com que, no dia 21 de agosto, a *hashtag* #PrayForAmazon, mobilizada em favor da causa, alcançasse a posição dos assuntos mais comentados no *Twitter* no mundo (Bol Uol, 2019).

Pode-se notar que, com a pressão exercida por esse movimento *on-line*, o tema passou a tomar a atenção da mídia mundial e, por reverberação, passou também a alcançar espaço de destaque nas manchetes dos principais jornais internacionais, o que parece ter forçado um novo tratamento à questão por parte da imprensa nacional. Esse é um comportamento que Clay Shirky acredita se tornar cada vez mais comum na era digital, quando o que é notícia passa a ser determinado por outros atores que não a mídia massiva (Shirky, 2010, p. 65).

Dentre toda a rede de conexões da mobilização *Pray For Amazon*, esta investigação se dedica ao protagonismo que o veículo Mídia Ninja prestou, enquanto rede pré-existente, que se ligou a essa ação oferecendo colaboração em sua frente de atuação já consolidada. Portanto, como objetivo, esta dissertação pretende analisar os discursos postos em circulação pela Mídia Ninja, por meio de sua conta no *Instagram*, acerca das queimadas na Amazônia em 2019, no intuito de elucidar os contributos que inseriram para a compreensão da opinião pública sobre essa tragédia ambiental.

A hipótese é que os discursos veiculados pelo coletivo Mídia Ninja ofereceram um importante contraponto à predominante perspectiva hegemônica e colonial com que o tema foi noticiado por parte expressiva da mídia massiva e que, portanto, representa importante aporte para a reflexão da sociedade brasileira sobre o caso. Dessa forma, entendemos que este estudo

traz relevante colaboração para as ponderações da academia acerca das novas práticas discursivas que se inserem com as mídias digitais, impulsionando efetivas mudanças socioculturais e políticas.

As razões que levaram até a produção desta dissertação partiram de um olhar sobre as problemáticas do entorno da pesquisadora-autora, além da sensibilização provocada pela recuperação de sua história geracional. Isso porque o bisavô paterno dela foi um dos nordestinos atraídos para a Amazônia pelos miraculosos ganhos prometidos aos “soldados da borracha”, sina que, de certa forma, foi continuada por seu pai, que ofereceu sua força para a construção de alguns dos grandes projetos instalados na região. E foi assim que esse último chegou à cidade de Barcarena, onde conheceu a mãe da pesquisadora-autora, uma ribeirinha nascida na ilha Trambioca, filha e neta de também ribeirinhos, a qual carrega o sobrenome Malcher. A origem holandesa deste abre margem para deduções, afinal, sabe-se que durante o período colonial a Amazônia vivenciou uma intensa invasão, também, por parte da Holanda.

E foi essa união de sujeitos, cujas gerações foram marcadas pela história de ocupação da Amazônia, que trouxe a vida a pesquisadora-autora, a qual durante sua construção como sujeito, desde muito cedo, manifestou inquietação com o quanto custou as intervenções de povoamento colocadas pela matriz modernidade/colonialidade como o mais acertado e indispensável para domar o “território atrasado e incivilizado dos trópicos amazônicos, tão necessitado de integração e progresso”. Tais inquietações, hoje, culminam no interesse desta pela análise dos discursos operados com vista a validar essa narrativa eurocêntrica/racializada.

Outra inspiração fundamental para que se pudesse fazer esse percurso veio do contato com a obra de Michel Foucault a partir de uma disciplina ministrada pela professora Ivânia Neves, em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Comunicação na Amazônia, da Universidade Federal do Pará; bem como da leitura de diversas produções científicas do Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (GEDAI/UFPA), fundado pela referida docente, em 2010, com o intuito de ampliar as discussões de sua tese de doutorado “A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi”. Entre as produções do grupo, destaco a dissertação “Pioneiro e Duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos filmes documentários de Jean Manson”, de Rodrigo Wallace dos Santos, e a dissertação “O indígena na telenovela brasileira: discursos e acontecimentos”, de Vívian de Nazareth Carvalho, que serviram de grande influência durante a elaboração desta pesquisa.

No que se refere ao enquadramento teórico-metodológico, esta investigação privilegiou uma abordagem qualitativa, centrada na realização de um estudo de caso, e está fundamentada em uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas: mídias digitais, mobilizações na era digital, poder, hegemonia e contra-hegemonia, análise do discurso, colonialidade e decolonialidade.

No que tange à escolha do *corpus* de análise, tomamos como objeto as postagens realizadas de 10 de agosto a 10 de outubro de 2019, na conta do *Instagram @midianinja*. Quanto ao modelo de análise, seguimos o enquadramento dos estudos de análise do discurso de linha francesa e os estudos de decolonialidade do coletivo latino-americano modernidade/colonialidade.

Cabe esclarecer que o uso do termo decolonial, neste estudo, é um opção que fizemos guiados pela proposição de Walsh (2009, pp. 14-15), que sugere a supressão do “s” da palavra “descolonial” para marcar um rompimento com o sentido clássico de descolonizar, pensado como estágio que põe fim ao colonial como ponto estático na história, por julgar mais adequado pensar neste como um caminho de luta contínua, além disso, essa opção também se deve a ser o termo usual de parte significativa dos teóricos do grupo modernidade/colonialidade, nos quais este estudo está fundamentado. Também convém pontuar que utilizamos a expressão “mídia massiva”, conforme a acepção de Lemos e Lévy, para nos referirmos aos conglomerados de comunicação que, com a concessão do Estado, detém o controle da produção de informação, são mediados por profissionais e mantidos por verbas publicitárias, grupos empresariais ou grupos políticos. Para eles, nesse padrão de mídia, é comum o controle da emissão e a ausência de formas conversacionais (Lemos & Lévy, 2010, Lemos, 2014).

Esta investigação está estruturada em cinco partes. No primeiro, trazemos a fundamentação teórico-conceitual a respeito dos préstimos que a era digital tem oferecido para a propagação de discursos contra-hegemônicos; para isso, utilizamos, principalmente, as reflexões oportunizadas por Castells, Shirky, Jenkins, Lévy e Lemos. Nele, abordamos algumas das transformações das práticas comunicativas resultantes da cibercultura, como a liberação da emissão, a acentuação da cultura da participação, a ascensão da intercomunicação individual, a inserção das funções pós-massivas, bem como a passagem para a economia pós-Gutenberg.

No segundo capítulo, apresentamos uma leitura crítica acerca da colonialidade da cobertura que a mídia massiva prestou à crise das queimadas na Amazônia, em 2019. Em primeiro lugar, disponibilizamos fatos e fatores desencadeadores dessa tragédia ambiental

segundo os apontamentos científicos. Em seguida, expomos uma compreensão do papel da mídia nas relações de poder, de acordo com as proposições de Gramsci, Foucault e Bourdieu; ainda, apontamos o conceito de colonialidade proposto pelo teórico peruano Aníbal Quijano, articulado à categoria de dispositivo colonial, sugerida pela autora brasileira Ivânia Neves como forma de conciliar os estudos do autor peruano com a perspectiva dos estudos foucaultianos. De acordo com a autora, a categoria oferece uma alternativa para melhor operacionalizar as análises das materialidades discursivas. A partir disso, demonstramos, por conseguinte, como o principal jornal da TV aberta brasileira trouxe uma perspectiva colonial sobre o caso das queimadas em suas reportagens. Em desfecho, discorremos sobre algumas das condições de possibilidade para a emergência dos discursos coloniais no telejornal.

O terceiro capítulo é destinado à apresentação e considerações a respeito da mobilização *Pray For Amazon*, que foi uma ação colaborativa de denúncia das queimadas na Amazônia realizada por meio de plataformas de mídias sociais, a qual obteve grande adesão por parte de artistas e celebridades nacionais e internacionais, o que, por seu turno, teve suma importância para pressionar o tratamento do tema na esfera pública. Para tanto, valemo-nos dos argumentos de Castells e Shirky acerca das mobilizações em rede na contemporaneidade; assim como dos conceitos de contra-hegemonia, de Gramsci e Williams; decolonialidade, de Quijano, Maldonado-Torres e Mignolo; e dimensões do dispositivo, de Foucault. Por fim, expomos nosso objeto de pesquisa e as justificativas para sua escolha.

No quarto capítulo, partimos para as análises das materialidades discursivas do objeto de estudo. Primeiro, descrevemos os critérios utilizados para a seleção do universo e da amostragem; em seguida, apresentamos a metodologia de análise utilizada e, logo após, trazemos as análises propriamente ditas das oito postagens selecionadas. Com isso, pretende-se identificar os discursos que foram acionados pela Mídia Ninja para informar das queimadas na Amazônia, conferindo, assim, a validade ou não de nossa hipótese de que este veículo de mídia ofereceu importante contributo ao manter a opinião pública ciente dos impactos e das causas dessa crise ambiental. Ele também é voltado à exposição dos resultados obtidos a partir do levantamento propiciado pelas postagens, bem como por todo o esforço investigativo deste estudo.

¹ Denominação utilizada para referenciar as gigantescas obras de mineração, energia e transporte implantadas na Amazônia, cuja a finalidade era assegurar a modernização do Brasil durante o governo dos militares.

² A BR-230, conhecida como “Transamazônica”, é uma rodovia federal que corta o Brasil em sentido transversal e liga a Região Norte à Nordeste, criada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médice (1969 a 1974) (BR-230, 2021).

1 MÍDIAS DIGITAIS E CONTRA-HEGEMONIA: A INSERÇÃO NA ERA PÓS-MASSIVA

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.
(Paulo Freire)

Neste capítulo trazemos uma reflexão acerca dos teóricos e conceitos fundamentais à compreensão da era digital, que, por seu turno, será basilar para o estudo de caso que é objeto central desta pesquisa. Ele está organizado em cinco sessões, concatenadas com vista a fornecer uma compreensão de como as mídias digitais têm oferecido préstimo para inserção na esfera pública de discursos contra-hegemônicos. Entre os principais teóricos que lhe serviram de sustentação estão Manuel Castells, Clay Shirky, Pierre Lévy, André Lemos e Henry Jenkins.

A princípio, temos uma contextualização dos eventos que deram origem à internet, bem como daqueles que proporcionaram seu desenvolvimento e popularização. Na sequência, abrimos espaço para a consideração das mudanças inseridas com a internet e suas plataformas de redes sociais na abertura da emissão, que agora pode ser realizada sem a necessidade de dispendiosos gastos com equipamento e pessoal. O que, em alguma medida, oferece margem para que a comunicação deixe de ser privilégio unânime dos conglomerados de mídia.

Nas seções seguintes as discussões giram em torno de como na era digital a cultura da participação encontra ambiente propício para manifestar-se, abrindo margem para o reposicionamento da audiência em um papel mais ativo, marcado pela interatividade e conversação. E também em como essa nova mídia favorece a militância contra-hegemônica, não só por lhe conferir instrumentalização para a disseminação de seus discursos, mas, sobretudo, porque favorece a organização das suas mobilizações. Apresentamos ainda as características e peculiaridades que Castells e Shirky destacam como próprias dos movimentos sociais em rede na contemporaneidade. E, em desfecho, trazemos uma contraposição entre os teóricos entusiastas da cibercultura e os seus críticos.

1.1 Internet: do militar à militância

A origem da conectividade entre os computadores se deu em plena Guerra Fria. Em resposta ao lançamento pela União Soviética do primeiro satélite artificial, os Estados Unidos criaram a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), entidade atrelada ao Departamento de Defesa, que tinha como propósito desenvolver novas tecnologias para o aprimoramento do serviço militar e foi responsável de pôr em órbita o primeiro satélite artificial americano. Uma vez que a disputa entre as duas potências se intensificava e o clima era de temor de que um confronto nuclear ocorresse a qualquer momento, os esforços da agência foram voltados para o desenvolvimento de uma forma de comunicação resistente a ataques nucleares (Pinho, 2003, pp. 21-22).

De acordo com Turner e Muñoz (2002, p. 27), a preocupação dos militares os levou a encomendarem “um estudo para avaliar como suas linhas de comunicação poderiam ser estruturadas de forma que permanecessem intactas ou pudessem ser recuperadas em caso de um ataque nuclear”. Nessa empreitada, de acordo com Pinho (2003, p. 22), as primeiras conquistas mais significativas da ARPA foram obtidas, em 1962, sob a liderança de Joseph Carl Licklider, que vislumbrou as primeiras interfaces para a efetiva interação entre homem e computador. Mas foi em 1964, com a contratação dos serviços da *Rand Corporation*, que se inseriu rumos decisivos à solução dessa equação. Depois da avaliação, a *Rand* sugeriu uma gama de soluções fundamentadas na dissolução da hierarquia de comando do sistema de comunicação do Departamento de Defesa, garantindo, assim, sua segurança caso houvesse uma destruição do Pentágono, como ressalta o autor:

A Rand Corporation propôs, então, um sistema de comunicação não-hierárquico, em que não existe um elemento central de chefia. O novo sistema é composto de interconexões com todos os pontos e dos pontos entre si. É como uma esfera, na qual cada nódulo está conectado com todos os outros e ainda com o centro por múltiplos links (Pinho, 2003, p. 23).

Para pôr em funcionamento o projeto desenvolvido pela Rand, a ARPA envolveu diversas universidades. Em 1969, como resultado desses esforços, a primeira rede de computadores foi concebida, recebendo o nome de ARPAnet. A rede começou a operar, no dia 1º de dezembro, com apenas quatro nós distribuídos na Universidade de Utah, na Universidade da Califórnia em

Santa Bárbara, no *Stanford Research Institute* e na Universidade da Califórnia em Los Angeles (Castells, 2016, p. 101).

Acerca desse surgimento, Castells (2016, p. 104) argumenta que se, por um lado, a internet foi engendrada por esforços de militares e cientistas com o intuito de criar um sistema de comunicação invulnerável a ataques nucleares, por outro, um movimento de intelectuais nos Estados Unidos, batizados como *hackers*, disseminando uma contracultura com ideologias libertárias/utópicas, colaboraram com o seu desenvolvimento, criando, em 1978, o modem e, posteriormente, divulgando o protocolo XModem gratuitamente. Esse feito tornou possível a transmissão de arquivos entre computadores sem precisar passar por um sistema principal, o que permitiu às pessoas usarem a internet para se comunicar livremente e abriu sua utilização para os mais diversos fins.

A princípio, o Departamento de Defesa dos EUA utilizava a rede de forma conjunta com os centros de pesquisa que ajudaram a lhe dar origem. Porém, decorrido algum tempo, em virtude de os cientistas intensificarem seu uso para comunicação e troca de conhecimento no seu meio, tornou-se cada vez mais difícil separar os fins militares dos científicos na rede (Castells, 2016, p. 101; Pinho, 2003, p. 28). A opção encontrada para resolver isso foi realizar a cisão da ARPAnet, como relembra Pinho (2003, p. 28):

Libertando-se de suas origens militares, a ARPAnet se dividiu, em 1983, na MILnet, para fins militares, e a nova ARPAnet, uma rede com propósitos de pesquisa, que começa progressivamente a ser chamada de internet.

Esse acontecimento, combinado ao trabalho dos *hackers*, foi o prenúncio de que a rede de computadores tomaria um destino maior do que aquele para o qual os militares a haviam projetado, permitindo o acesso ao serviço por toda a sociedade e elevando o seu desenvolvimento a outros patamares (Castells, 2016, p. 105).

Como acrescenta o teórico espanhol, a colaboração crucial para que a internet ganhasse o mundo e adquirisse os contornos que conhecemos hoje foi a criação, em 1990, do *World Wide Web* (WWW), que possibilitou aos usuários um sistema simples de busca baseado na organização de sítios da internet por informação. A invenção se deve aos pesquisadores do *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN), chefiados por Tim Berners-Lee e Robert Cailliau, que

realizaram a proeza inspirados na cultura libertária pregada pelos *hackers* da década de 70 (Castells, 2016, p. 105).

Guiado por esses preceitos, Lévy (2000, p.13) argumenta que a nova mídia trouxe um outro dispositivo de comunicação. Os já conhecidos dispositivos um-para-todos (televisão, rádio e impresso) e o um-para-um (telefone) passaram a dividir espaço com o dispositivo todos-para-todos (internet), que, por sua vez, permite a cada pessoa atuar de maneira direta como autor da mensagem. Diante desse novo cenário, agora o indivíduo passa não só a ter o direito e a oportunidade de manifestar sua opinião, como também disseminá-la e obter a adesão de outros que tenham interesses comuns.

Seguindo os apontamentos mencionados, constata-se que, como resultado de esforços hegemônicos e contra-hegemônicos, se inaugurou um meio de comunicação que quebrou os paradigmas das mídias tradicionais e foi responsável por viabilizar mudanças radicais na cultura das sociedades, pois passou a oferecer a qualquer pessoa a chance de ser protagonista da disseminação de informação, tirando-lhe da posição de mera receptora para pô-la em lugar de ação.

A respeito da mudança incutida com o surgimento dessa nova mídia, Lévy (2003, p. 367) afirma que a “internet propõe um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos”. Assim, ele entende a internet como um lugar de oportunidade para a prática de uma cidadania engajada, onde as pessoas têm autonomia para manifestar suas opiniões, aspirações e descontentamentos em âmbito social, político e econômico.

Como afirma Moraes (2007, não paginado), o ecossistema digital traz todo um conjunto de características que “tem permitido experiências de produção e difusão informativa com sentido contra-hegemônico - isto é, de questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos antissociais”. O autor evidencia, desse modo, que a web vem se mostrando uma aliada importante para a militância em prol de causas sociais e de mais participação democrática.

Em perfeita harmonia a essa proposição, Lemos e Lévy (2010, p. 53) consideram que com a internet a cidadania democrática passa a dispor de um recurso para ampliar a sua liberdade, isso porque a prática do ciberativismo, tão recorrente na atualidade, é prova de que

estamos diante de uma revolução que possibilita a constituição de “ágoras virtuais”, que oportunizam a discussão coletiva e pactuação de interesses que primam pelas garantias da boa operação do regime democrático e do bem-estar dos cidadãos.

1.2 Em tempos de liberação da emissão

O termo cibercultura, popularizado pelo pesquisador Pierre Lévy, contribui para a compreensão das mudanças culturais pelas quais passaram as sociedades após o surgimento e consolidação da internet. De acordo com Lemos e Lévy (2010), por cibercultura se deve entender uma nova forma sociocultural que alterou decisivamente a vida do homem pós-moderno, como explicam:

A cibercultura é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmo de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. (Lemos & Lévy, 2010, p. 22)

Os autores defendem, portanto, que a cibercultura promoveu a emergência do paradigma informacional, que viabilizou a superação do modo industrial por um focado na informação. Isto é, agora a humanidade, além de contar com o domínio da transformação material e energética da natureza, também passa a poder convertê-la em *bits* e disponibilizá-la como informação de alcance planetário via web. Para eles, “a tradução do mundo em dados binários vai inserir o domínio técnico na esfera do discurso e da comunicação de forma radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a pólis, a política do outro” (Lemos & Lévy, 2010, p. 22).

Castells (2016, p. 135), em raciocínio similar, usa o termo *paradigma tecnológico* para denominar o fenômeno, que entende como um estágio onde a informação se torna um produto do processo produtivo, ou seja, um recurso determinante na economia globalizada. E essa mudança, segundo ele, impacta sobre os mais diversos âmbitos da atividade humana. O autor ressalta que esta economia de base informacional, ainda que traga outra lógica de funcionamento, não se opõe à economia industrial. Afinal, as atividades realizadas continuam sendo as mesmas, a diferença é que agora elas estão continuamente permeadas pelo contributo da tecnologia da informação.

Lemos e Lévy (2010, p.45) explicam que essa “evolução cultural” da sociedade atual se deve principalmente aos três princípios fundamentais promovidos pela cibercultura: a liberação da emissão, a conexão mundial e a reconfiguração social, cultural e política. O primeiro deles permitiu que a emissão, antes restrita às corporações de mídia detentoras de concessões e dispendiosos equipamentos tecnológicos e pessoal profissional, agora pudesse ser realizada por qualquer pessoa que possua um computador e um celular com acesso à internet; o segundo possibilitou a conectividade entre pessoas em escala global, pondo-as em diálogo, partilha e cooperação em prol de acontecimentos, causas e/ou interesses comuns; e, por fim, o terceiro pôs em curso a transformação de estruturas, modos e práticas da vida pós-moderna com vista à adaptação a esse novo cenário.

Complementando a elucidação, Lemos e Lévy (2010, p. 49) ponderam que não se trata da substituição de um pelo outro, e sim de uma existência concomitante, uma vez que a sociedade agora dispõe tanto do modelo informativo “um-para-todos”, típico da mídia massiva, como também do modelo conversacional “todos-para-todos” das mídias digitais. Os autores ainda acrescentam que esses princípios da cibercultura “estão fazendo com que possamos pensar de maneira mais colaborativa, plural e aberta. Sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação” (Lemos & Lévy, 2010, p. 27). A partir dessa compreensão, eles encaram com otimismo as práticas introduzidas pela cibercultura, pois estão convencidos de que essas oferecem condições para a efetiva participação da vida em sociedade.

Uma das peculiaridades do novo modelo informacional, como afirmam Lemos e Lévy (2010), é a frenética mutação das práticas comunicativas, com destaque para a crescente ascensão das “funções pós-massivas”, que compreendem como uma etapa em que a audiência, rompendo com o papel passivo, que lhe era restringido pelas mídias massivas, têm a oportunidade de desvelar uma faceta ávida por interatividade e conversação, ocupando lugar ativo como produtora, emissora e disseminadora de informações, e superando o destino que lhe era fadado enquanto massa orientada para o consumo, como afirmam:

O que era fluxo massivo nas mídias, como a TV, o rádio e o impresso, passa a desempenhar agora o que sugerimos chamar de “função pós-massiva”, função personalizável, interativa, estimulando não só o consumo, mas também a produção e a distribuição de informação. As chamadas “novas mídias”, como a internet, os telefones celulares, os microprocessadores, assim como os *software*, agentes e inúmeras ferramentas de comunicação, podem desempenhar funções não centralizadoras ou simplesmente massivas,

mas abertas, colaborativas, interativas, distributivas... “pós-massivas”. As funções “pós-massivas” emergentes tensionam a paisagem comunicacional e têm forte impacto político. (Lemos & Lévy, 2010, p. 47)

Shirky (2011, p.53), pactuando do mesmo entendimento de que a era digital insere um novo fazer comunicacional que vem dividir espaço com o fazer comunicacional já em voga, explica que agora a mídia pública (compreende os conteúdos midiáticos elaborados por profissionais) e a mídia pessoal (abrange conteúdos midiáticos elaborados por cidadãos comuns) passam a coexistir, e como resultado desse novo cenário várias esferas da vida em sociedade passam a ser alteradas.

Na mesma linha de raciocínio, Castells (2015, p. 29) trata dessa transformação nas práticas comunicativas como “*intercomunicação individual*”, entendendo a mesma como uma forma centrada na interatividade que deve seu aparecimento à internet e às redes de comunicação móveis. Ele ainda esclarece que a intercomunicação individual tem amplo alcance da audiência como a mídia massiva, mas, diferente dela, é emitida por redes de comunicação descentralizadas.

Em sua leitura sobre o fenômeno, Shirky (2011) considera que a era digital rompe com a economia de Gutenberg. Ele explica que esse sistema girava em torno da necessidade de grande volume de investimento, pois para que a emissão pudesse ser realizada era preciso ter a propriedade de dispendiosos meios de produção como torres de TV, equipamentos de filmagem e edição, tipografias, além de profissionais aptos a operá-los, o que tornava o trabalho meticuloso, afinal qualquer erro representava perdas de elevadas somatórias de recursos, como ressalta:

... onde quer que você tenha a economia de Gutemberg, seja você um editor veneziano ou um produtor de Hollywood, também terá riscos de gerenciamento do século XV, quando os produtores precisam decidir o que era bom antes de mostrar ao público. Nesse mundo, quase toda a mídia era produzida “pela mídia”, um mundo na qual todos vivíamos até poucos anos atrás. (Shirky, 2011, p. 44)

O teórico americano esclarece, assim, que com a internet a indústria comunicacional passa a operar segundo a economia pós-Gutemberg, marcada pelo baixo custo e facilidade de produção, reprodução e disseminação da informação. Ordem esta que, para o autor, representa uma quebra no monopólio dos profissionais sobre as mídias e figura como um estágio em que se instaura a “amadorização” em massa da publicação. O autor entende esta como uma alteração drástica, afinal, os amadores não precisam mais da autorização ou intermediação de profissionais para ocuparem um espaço de fala e passarem sua mensagem ao público, porque agora podem

fazer isso por si mesmos. Além disso, ele também considera que o crescimento de iniciativas empreendidas por amadores é uma tendência que se deve ao fato de as mídias digitais suprirem o desejo genuíno dos indivíduos por participação e compartilhamento (Shirky, 2010, p. 61; Shirky, 2011, pp. 50-82).

Toda essa metamorfose trouxe desconforto para uma sociedade habituada a conviver com conglomerados organizacionais que detinham o controle da emissão. A enxurrada de críticas parte do argumento de que se deve olhar com desconfiança e descrédito para os conteúdos disponibilizados sem o filtro de profissionais, na justificativa sumária de que a publicação de amadores não teria qualidade e ofereceria riscos de levar a uma redução a informações supérfluas (Shirky, 2011, p. 49).

Em resposta a críticas como essa, Shirky (2011, p. 49) pontua que as pessoas habituadas ao sistema convencional “muitas vezes consideram frívola a publicação por amadores, como se publicar fosse uma atividade intrinsecamente séria. Mas nunca foi. ... Uma atividade que antes parecia intrinsecamente valiosa revelou-se apenas casualmente valiosa, como demonstrado por uma mudança de economia”. O autor enfatiza com isso que usar o critério de que somente conteúdos passados pela mão de profissionais de comunicação tem validade é uma premissa imprecisa e reducionista.

Ainda sobre os juízos negativos do trabalho dos amadores, Shirky (2011, pp. 77 -78) argumenta que profissionais e amadores podem se diferenciar apenas algumas vezes pela habilidade, mas em todas pela motivação. Isso porque, segundo ele, profissionais são movidos por motivações extrínsecas, geralmente ligadas à remuneração ou ganho de prestígio, já os amadores têm suas ações orientadas por motivações intrínsecas, ou seja, por uma vontade de doação e ímpeto de mudar as coisas. E isso, para o autor, é um aspecto que confere potencialidade ao trabalho dos grupos de amadores, permitindo-lhes gerenciar tarefas com eficiência sem precisar mover grandes somas de recursos.

Trazendo outros argumentos, Lemos e Lévy (2010) afirmam que existem inúmeras provas históricas e contemporâneas que derrubam a supervalorização do fazer comunicacional dos profissionais, como no trecho que segue:

Notemos, em primeiro lugar, que o controle dos meios de informação por uma pequena minoria, mesmo se essa minoria se considera como a elite do conhecimento e da cultura, não é uma garantia da qualidade das informações selecionadas. ... A imprensa ou as mídias, sob ordens de empresários ou políticos, mentiram

durante dezenas de anos nos regimes totalitários, e erros são cometidos diariamente nos escritos e nos discursos dos jornalistas em regimes democráticos. (Lemos & Lévy, 2010, p. 95)

Por isso, confiar sumariamente que a imprensa é dotada de imparcialidade e a única capaz de gerenciar a informação é uma posição de ingenuidade dado o desconhecimento histórico e político que isso reflete.

Antes que se possam suscitar equívocos, cabe esclarecer que Shirky ou mesmo Lemos e Lévy não consideram o trabalho dos jornalistas dispensável, mas apenas o colocam como não estando livre de críticas. Como explica Shirky (2011, pp. 101-102), as limitações das mídias massivas como TV, rádio e impresso fizeram necessário a emergência de uma classe de profissionais habilitados a operá-las e a emitir o discurso público, mas com a internet essa possibilidade se amplia para qualquer pessoa. E isso, sob a ótica dos autores, longe de representar uma perda, é na verdade um ganho se o consideramos como uma propulsão para o aprimoramento do trabalho dos profissionais, visto que os amadores podem influenciar tanto o tratamento quanto a seleção de temas, ou mesmo, por meio da manifestação de juízos e supervisão, direcionando a atividade jornalística ao legítimo interesse coletivo.

Ao que se faz notar, a liberdade da emissão é encarada com temor pelos conservadores. Como menciona Shirky (2011, p. 46), “a grande tensão na mídia sempre foi o fato de que liberdade e a qualidade são objetivos conflitantes. Sempre houve gente disposta a argumentar que o aumento da liberdade para publicar não compensa a queda da qualidade média”. Diante de argumentos como esse, o autor reconhece que possa haver mesmo uma baixa na qualidade das publicações, mas defende que isso se compensa pela diversidade de conteúdo que passa a poder ser disponibilizado, bem como de tratamento de temas variados, permitindo à audiência ampliar suas percepções e experimentações, o que figura como uma mais valia para as discussões nas sociedades democráticas.

A partir das ponderações do autor, podemos inferir que quando os atores sociais contam com a liberdade de introduzir também sua voz o cenário ganha mais pluralidade de perspectivas e a opinião pública conta com condições de assumir uma posição potencialmente mais acertada do que se estivesse a contar com um único viés discursivo, e isso pode reverberar decisivamente para uma gestão democrática que inclua demandas até então minorizadas.

Para Shirky (2011), a produção e participação por parte de diferentes vozes independentes pode até parecer algo recém-surgido se nos limitarmos a olhar os tempos pós-modernos, mas se

retrocedermos na história é bem provável que encontremos diversas iniciativas dessa natureza. Acerca disso, o autor afirma:

Esse fazer e compartilhar é sem dúvida uma surpresa, comparado ao comportamento anterior. Mas o puro consumo da mídia nunca foi uma tradição sagrada; era apenas um grupo de acasos acumulados, acasos que estão sendo desfeitos à medida que as pessoas começam a empregar novos mecanismos de comunicação para realizar tarefas que a antiga mídia simplesmente não pode fazer. (Shirky, 2011, p. 19)

Segundo Shirky (2011, p. 49), a abundância da participação permite o aumento da experimentação e isso implica novas experiências com o que é dito sobre temas e discussões. Com base nesse entendimento, a liberdade crescente proporcionada pelo uso das novas ferramentas de comunicação não impede a publicação do supérfluo, mas põe em melhores condições de escolha a audiência. Além disso, ter por premissa que a audiência é persuadida pelo pior e que, portanto, seria prudente se opor a essa emissão generalizada, parte da concepção de que a opinião pública é essa figura ingênua e incapaz de julgar por si mesmo o que é proveitoso ou não dos conteúdos ofertados pela internet.

Pactuando do mesmo espírito entusiástico da benesse do estado de liberdade de emissão que as mídias digitais estariam proporcionando, Lemos e Lévy (2010) destacam:

O progresso não pode saber onde ele vai, mas tem todo interesse em saber o que faz: ele é, por assim dizer, exploratório. Consequentemente, tal progresso não nos leva, repetimos, em direção ao “bem” predefinido de toda eternidade, mas ele abre um campo mais vasto, ao mesmo tempo ao “bem”, ao “mal” e às discussões e aos conflitos para determinar o que é o bem e o que é o mal. É precisamente porque ele é um progresso da liberdade que ele se aproxima continuamente do caos e da catástrofe. Longe de estar garantido, o progresso da liberdade se alimenta do risco, o que o torna paradoxal e difícil. (Lemos & Lévy, 2010, p. 40)

Com isso, os autores argumentam que os rumos do uso da internet são imprecisos e a abertura da emissão pode mesmo disponibilizar materiais fúteis, mas também é verdade que ela permite o acesso a diversos outros materiais que podem ter significativo préstimo para a vida em sociedade, feito impraticável em ordens anteriores.

Um horizonte onde os monopólios dos convencionais centro de emissão passam a ter que competir com a concorrência de outras fontes de emissão, que funcionam sem a necessidade dessa lógica de controle, é um fator que tem consequência direta sobre questões políticas, sociais e culturais (Lemos & Lévy, 2010, p. 47). Como apontam, portanto, essa mudança informacional pode empoderar vozes silenciadas, fazendo emergir temas sob um prisma novo, movimento que

se mostra decisivo para que ocorram mudanças de mentalidades culturais, de posicionamento político e de comportamento social.

1.3 Novo fôlego à cultura da participação

Para compreender de onde parte o incômodo com a liberação da emissão, que permitiu a pessoas comuns assumirem a função de produtoras de informação, Shirky (2011) considera o fato da mídia no século XX ter se voltado exclusivamente para o consumo como colaborador do equívoco de que a audiência é passiva, desconsiderando, como destaca ele, que “... as pessoas gostam de consumir, mas também gostam de produzir e compartilhar. Sempre gostamos dessas três atividades, mas até pouco tempo a mídia tradicional premiava apenas uma delas” (Shirky, 2011, p. 25).

A partir dessa compreensão, Shirky (2011) explica que, durante muito tempo, parcela fundamental da cultura era participativa, ou seja, era forjada a partir de encontros, eventos, exposições e muitos outros atos que exigiam interação, e a internet promove uma retomada a isso, afinal, como afirma, “o simples ato de criar algo com outras pessoas em mente e então compartilhá-lo com elas representa, no mínimo, um eco daquele antigo modelo de cultura, agora em roupagem tecnológica” (Shirky, 2011, p. 23). Portanto, ele entende que as alterações comunicacionais promovidas pela era digital abriram espaço para que a cultura da participação, depois de um período retraída em virtude da atomização da vida durante a era das mídias massivas, pudesse emergir com uma nova configuração.

Desse modo, Shirky (2011) defende que a participação é uma convenção comum em nossa história cultural, por isso, a surpresa com a produção dos amadores na era digital lhe parece uma desconsideração da inclinação humana para a interação, advinda do engano de que a posição de passividade relegada pelas mídias massivas seja uma condição natural e não situacional dessa ordem comunicativa. Como afirma, “muitos dos usos inesperados das ferramentas de comunicação são surpreendentes porque nossas antigas crenças sobre a natureza humana eram muito pobres” (Shirky, 2011, p. 91).

Em consonância a isso, Jenkins, Ito e Boyd (2016, p. 3), em seus estudos sobre a dinâmica de atuação dos fãs, relatam que a participação, ainda que comedida durante o século XX, foi frequentemente requerida por grupos de fãs e provavelmente também por outras

comunidades que igualmente questionavam o direito de uso, conforme seus interesses, dos meios de produção e circulação cultural. Nesses moldes, os autores nos levam a percepção de que o engajamento de pessoas comuns na era digital corresponde à expressão de um desejo latente, já reclamado há tempos.

Comportamento este que, segundo o autor, é nomeado como cultura participativa, e deve ser entendido como:

Uma cultura com barreiras relativamente baixas à expressão artística e ao engajamento cívico, forte apoio para criar e compartilhar suas próprias criações e algum tipo de orientação informal em que o que é conhecido pelos mais experientes é repassado aos iniciantes. Uma cultura participativa também é aquela em que os membros acreditam que suas contribuições são importantes e sentem algum grau de conexão social entre si (pelo menos eles se importam com o que as outras pessoas pensam sobre o que criaram) (Jenkins, Ito & Boyd, 2016, p. 4, tradução nossa).³

Jenkins, Ito e Boyd (2016, p. 2) completam que a cultura participativa tem por prerrogativa que os indivíduos têm capacidade de tomar decisões por si mesmos ou em associação coletiva, e que as expressividades mais diversas devem ser asseguradas. Nesses termos, os teóricos reconhecem o protagonismo que cada indivíduo assume na cultura participativa, refutando a crítica de que a abertura da emissão seria nociva devido à inaptidão das pessoas comuns para produzir informação, ou mesmo distinguir dentre uma vastidão de conteúdos o que merece crédito do que não.

A cultura da participação parecerá desconforme em um ambiente onde se cultua o conhecimento gerado pelas mãos de profissionais, ou seja, sujeitos que para isso foram autorizados, mas, se tomamos o conceito de *inteligência coletiva* de Lévy (2007, p. 28), que a entende como “a inteligência distribuída por toda parte”, e, que, portanto, em invés de estar circunscrita a comunidades fetichizadas, se fundamenta no reconhecimento e no enriquecimento recíproco das pessoas, a contribuição de distintas origens possibilitada pela internet se mostra como um acréscimo para a reflexão coletiva. Isso porque essa perspectiva concebe as pessoas como capazes de contribuir com o diálogo e produzir conhecimento válido.

Castells (2017, p. 200) também toma nota do fenômeno da participação em seus estudos sobre a conexão entre a internet e as mobilizações sociais contemporâneas, mas a denomina como *cultura da autonomia*. Apesar de não o situar como um comportamento antigo retomado em outros moldes, como o faz Shirky, e sim como uma transformação recente que se firma graças ao aperfeiçoamento da web marcado pela ampliação da banda larga e o surgimento dos

sites de redes sociais, que, por seu turno, permitiram o avanço da interação individual (própria do correio eletrônico) para a formação de redes sociais autônomas entre os usuários.

Embora Castells (2017) não ofereça um conceito preciso de cultura da autonomia, cabe ponderar que ele entende autonomia como a capacidade de um ator social (individual ou coletivo) “... tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (Castells, 2017, p. 200). Ele acrescenta que esse novo arranjo cultural se deve ao descrédito nas instituições e culmina no engajamento coletivo entre pessoas com inclinações semelhantes.

Diante do exposto, Castells (2017, p. 201) nos direciona ao princípio de que os sites de redes sociais (SNS, ou *Social Networking Sites*, no original), graças a sua capacidade genuína de permitir a conexão em rede, ocupam o protagonismo das ações na internet hoje, prestando-se para os fins mais diversos como: amizades, criatividade, marketing, e-commerce, educação, entretenimento, além de vir se destacando também como palco para práticas de ativismo político e social.

Conforme se nota, os estudos de Jenkins, Shirky, Lévy e Castells, por meio de enfoques distintos, elucidam que a internet vem oportunizando outro patamar à participação, uma vez que os indivíduos, com a nova mídia, podem facilmente promover mobilizações e ações colaborativas, de alcance abrangente ou mesmo global, para a obtenção de propósitos variados, que podem ir desde a influência dos fãs de uma série sobre seus produtores até a mudanças em áreas sociais e políticas.

E existe uma longa lista de eventos pelo mundo que elucidam essa potência que a internet possibilita ao engajamento cívico. O que deixa claro que o ciberespaço, longe de reduzir a vida social à apatia e ao supérfluo, como temiam os seus primeiros críticos, também se presta a promover mais conectividade entre pessoas com interesses comuns, e, além disso, permite concluir que na contemporaneidade a existência offline está imbricada da online, como bem aponta Castells (2017, p. 202), “o mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado, que separaria a conexão on-line da interação off-line”, fato este que, seguramente, imprime mudanças significativa na vida em sociedade.

1.4 Web nas mãos da militância contra-hegemônica

Dentre a ampla gama de utilidades, destacamos neste estudo as vantagens que a internet proporciona para o êxito da militância social. Segundo Castells (2017) destaca, ela possibilita uma espécie de gestão orgânica que se mostra eficiente para essas mobilizações, como acentua:

... o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ele cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento de repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (Castells, 2017, p. 199).

O destaque para essa forma de organização, desprendida de uma instituição formal e de lideranças, apontada pelo pesquisador espanhol como peculiar às mobilizações na era digital, encontra eco também na obra de Shirky (2010, p. 28), que declara estarmos vivendo “no meio de um aumento extraordinário da nossa capacidade de partilhar, de cooperar com os outros e de levar a cabo uma ação coletiva, tudo isso fora da estrutura das instituições e organizações tradicionais”. Com isso, o autor ressalta que as ferramentas digitais otimizam a produção em grupo, levando esses a alcançar ganhos mais expressivos.

Para denotar o que isso representa, o autor parte da Teoria de Coase, desenvolvida em 1937, a qual demonstra que quanto maior as empresas, maiores os custos de transação para as gerir. Dilema que afirma ter sido superado por David McCallum, em 1955, ao propor como solução uma divisão hierárquica bem delimitada das responsabilidades gerenciais e alto nível de controle dos processos com foco no fluxo de comunicação descendente. A eficácia da medida em reduzir a disparidade da equação “tamanho da corporação *versus* custo de operação” teve aplicação tão exitosa que orienta a cultura de gestão até nossos dias. Ele recupera tudo isso para mostrar que uma das maiores contribuições das novas mídias está em oferecer formas eficientes para a organização de grupos numerosos sem seguir o postulado de McCallum (Shirky, 2010, p. 49).

De acordo com Shirky (2010), por muito tempo consideramos que somente organizações que seguíam os padrões de gestão de McCallum pudessem ser eficientes, mas a internet vem provar que isso é um equívoco. Afinal, para o autor, as ações de grupos organizados de forma dispersa que temos visto despontar na web nos últimos tempos podem surtir efeitos tão ou mais eficazes que instituições geridas sob as estratégias de divisão hierárquica de McCallum. Logo,

aponta que agora “podemos ter grupos que funcionam com a informalidade de uma festa de aniversário e a abrangência de uma multinacional” (Shirky, 2010, p. 50).

Dessa forma, Shirky (2010) argumenta que essa nova facilidade de agrupamento possibilitada pela mídia digital é fator determinante para o surgimento e êxito das mobilizações sociais contemporâneas, conforme explica:

Ao tornar mais fácil a possibilidade de grupos se auto-reunirem e de indivíduos contribuírem para o esforço em grupo sem exigir uma gestão formal (e os seus custos gerais subsequentes), estas ferramentas alteraram radicalmente as antigas limitações ao tamanho, sofisticação e alcance do esforço sem supervisão (as limitações que criaram originalmente o dilema institucional) (Shirky, 2010, p. 28).

Outro dos apontamentos de Shirky (2011, p. 34) é que com a internet dois aspectos reservados aos profissionais - a acessibilidade e a permanência - tornam-se disponíveis também às pessoas comuns. Por acessibilidade ele compreende a capacidade de outras pessoas terem acesso a um determinado texto, uma vez que, a informação, torna-se amplamente pública, já a permanência concerne à durabilidade que esse texto alcança, garantindo sua constância na rede.

Castells (2017, pp. 191 e 198), por seu turno, observa que esses movimentos sociais em rede possuem uma série de características comuns, entre as quais, em virtude de se fazerem úteis para este estudo, citamos as múltiplas formas de conexão em rede; a ocupação simultânea quer de espaços online e offline, quer locais e globais; a espontaneidade; e a possibilidade de se tornarem virais, como detalhado a seguir.

São conectados em rede de múltiplas formas, ou seja, se constituem tanto por redes sociais online como offline, ou mesmo por redes preexistentes, que, por sua vez, se ligam a outras redes de movimentos pelo mundo, à mídia, à sociedade em geral e à própria blogosfera da internet. Dessa forma, o autor elenca que esses movimentos são uma rede de redes, e devido a isso não possuem um centro de comando ou lideranças definidas, mas ainda assim funcionam perfeitamente, peculiaridade essa que tanto dificulta a repressão por adversários como os livra de burocracias internas.

São ocupantes de espaços online e offline, embora geralmente se iniciem nas redes sociais da internet (espaço de fluxos), eles também se estendem para os espaços urbanos (espaço dos lugares), podendo se prestarem à ocupação de praças ou mesmo manifestações sequenciais nas ruas. Assim, esses movimentos se moldam a partir de uma hibridez entre espaço cibernético e espaço urbano, que resulta no que Castells denomina de *espaço da autonomia*, pois permite

uma organização livre das redes de comunicação convencionais, que desafia a ordem institucional disciplinar.

São simultaneamente locais e globais, pois partem geralmente de um contexto específico, assim, movidos por razões muito particulares, desencadeiam uma formação de rede que ocupa tanto o espaço urbano como o online, permitindo com que rapidamente se liguem ao mundo, trocando experiências e estabelecendo um debate contínuo, que pode, inclusive, resultar em manifestações globais concomitantes. Portanto, são movimentos que apresentam uma consciência acurada da interligação das questões da humanidade, ainda que estejam firmados em uma identidade particular.

São amplamente espontâneos em sua origem, uma vez que, em geral, desenrolam-se devido a um sentimento de indignação com um determinado evento ou uma medida do governo que, em instantâneo, leva a um levante social, fazendo emergir um apelo na comunidade dos fluxos. O gatilho que conecta os receptores de imediato à causa se deve ao impacto da mensagem, que nesse caso é mais significativa que a fonte de origem do apelo. Nessas circunstâncias, a imagem assume protagonismo, o que explica o frequente papel assumido pelo *YouTube* nos estágios iniciais das mobilizações.

São virais, mas não no que se refere à difusão da mensagem em si, e sim ao fato dos movimentos surgirem por toda parte. Trata-se mesmo da capacidade que eles adquirem de inspirar o engajamento de uma cidade a outra, uma instituição a outra, ou um país ao outro, em um movimento de recíproca influência e fortalecimento que converte indignação em esperança de mudança.

Voltando a Shirky (2011, p.83), ele acrescenta que mais uma das ponderações que pode nos ajudar a compreender como a web se mostra favorável à militância social, diz respeito à oportunidade que ela oferece de descoberta e reunião de pessoas com interesses e inclinações comuns espalhadas por todo o mundo. No caso de mobilizações e movimentos sociais, a conexão com semelhantes, que antes demandava grande energia e recursos e, ainda assim, comumente se restringia ao alcance local, assume nova amplitude e com isso aumenta também a oportunidade de êxito das reivindicações e dos protestos.

Em linhas gerais, Shirky (2011), assim como Castells (2017), evidencia que a internet viabiliza um outro nível para a militância contra-hegemônica, pois permite o fácil gerenciamento de grupos grandes, globais e dispersos, que para os padrões de mobilizações antigos eram

inviáveis. Conforme enfatiza, agora se tornou mais simples coordenar interações, o que dá margem ao aparecimento de organizações globais minúsculas, que permitem a superação dos limites geográficos.

1.5 Hegemonia e contra-hegemonia em disputa no ciberespaço

Por mais otimistas que sejam as previsões de Castells, Lévy, Jenkins ou Shirky, em nenhuma delas qualquer dos autores afirma que com a internet temos a inauguração de um ambiente onde os discursos contra-hegemônicos seriam difundidos sem obstáculo ou resistência por parte das corporações de mídia e demais instituições hegemônicas (ver definição de hegemonia no capítulo 2). O argumento utilizado por eles não é que a técnica só serve a fins contra-hegemônicos e sim que ela oferece, como nenhuma outra, espaço para emissões dessa natureza.

Lemos e Lévy (2010) se referem a isso ao declarar que “há, efetivamente, com a globalização da cibercultura, uma maior oferta e opções de acesso à palavra pública, de emissão livre e de circulação de conteúdo que não são mais controlados por governos, instituições ou empresas de comunicação massivas” (Lemos & Lévy, 2010, p. 59). Castells (2015, p. 68), por seu lado, declara que a nova tecnologia de comunicação permite a introdução de outros atores e conteúdos ao contexto social com certa autonomia dos centros de poder.

Benkler (2006, p. 214), outro dos entusiastas da ação democratizante do ciberespaço, também vale-se desse argumento ao esclarecer que a internet proporciona dois efeitos fundamentais: o primeiro está ligado a facilidade de acesso por qualquer pessoa a uma abundância e pluralidade de informações proporcionadas pela rede, coisa que era impraticável via a mídia massiva; o segundo, de acordo com ele o mais fundamental, é que agora qualquer um pode publicar conteúdos, sejam indivíduos, organizações não-governamentais, entidades comerciais e também as governamentais, assim como as corporações que já controlam a mídia massiva.

Nesses termos, Benkler não nega que o ambiente digital possa ser ocupado pelos atuais proprietários dos oligopólios de mídia massiva, mas louva o fato de que esses terão agora de dividir espaço com outras fontes de emissão, que inclusive podem disponibilizar perspectivas que antes eram marginalizadas pelos canais de mídia tradicionais. Lemos e Lévy (2010, p. 59)

veem isso como uma evolução por proporcionar uma distribuição horizontal de conteúdos produzidos de forma colaborativa e livre.

Shirky (2011), por sua vez, reconhece que na internet existem regras de operação, mas as entende apenas como uma condição de uso, ou seja, acordos, como foi evidenciado no trecho que segue:

Qualquer um que se atenha a esses acordos, desde uma pessoa operando um telefone celular até uma grande empresa, pode ser um membro totalmente habilitado da web. A infraestrutura não pertence aos produtores de conteúdo: ela é acessível a qualquer um que pague para usar a rede, independentemente de como a utilize” (Shirky, 2011, p.54).

Portanto, fica claro que Castells, Lemos e Lévy, Shirky ou Benkler acentuam a importância da liberação da emissão promovida pela web, mas não defendem que ela põe fim às disputas de poder.

Jenkins (2009) acredita que o que presenciamos na atualidade é um acirramento da concorrência, afinal, se por um lado na internet multiplicam-se iniciativas que põem em circulação discursos contra-hegemônicos, há um empenho dos conglomerados de mídia tradicionais em estender o seu domínio para o ciberespaço e garantir, com isso, a permanência dos discursos hegemônicos. A esse respeito, o autor argumenta que:

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. Nem todos os participantes são criados iguais. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros (Jenkins, 2009, p. 30).

O teórico defende, então, que, com o advento das novas tecnologias existe tanto um movimento de mudança no comportamento dos consumidores, abrindo espaço para o seu maior *feedback* e participação, como um considerável esforço, por parte dos grandes conglomerados de mídia, em continuar concentrando e dominando toda a indústria de entretenimento (Jenkins, 2009, p. 46). Esse movimento por parte dos grupos de mídia em expandir rapidamente sua atuação para a internet, por compreendê-la como mais uma mídia fundamental para manter seu poder de influência nas sociedades, se faz notório a partir da disponibilização de suas plataformas digitais.

Peruzzo (2005), pactuando do entendimento de Jenkins, consente que os conglomerados de mídia já estão há tempos defendendo seu espaço de existência na web, mas, concomitante a isso, diversos agentes sociais, dada a facilidade de acesso, vêm valendo-se do novo meio para elevar as pautas de interesse coletivo, como fica explícito no fragmento destacado:

O marco divisor, nos modos de se comunicar representado na internet altera profundamente o sistema convencional de tratamento da informação, centrado nos agentes profissionais vinculados à grande mídia. O que não quer dizer que desapareçam; pelo contrário, são os que mais rapidamente se adaptam às novas situações. Mas, abrem-se outras possibilidades de produção de conteúdos endógenos e sua transmissão, sem fronteiras e sem *gatekeepers*, pelos agentes sociais, seja cada pessoa individualmente ou entidades associativas, em torno das quais as pessoas se unem com finalidade de contribuir para resguardar os interesses coletivos (Peruzzo, 2005, p. 282).

Isso evidencia que na internet há uma continuação das disputas de influência entre o poder hegemônico e contra-hegemônico. Essa ocorrência se explica porque, conforme Recuero, Bastos e Zago (2018, p. 32) e Lemos e Lévy (2010, p. 52), o ciberespaço se converte em uma nova esfera pública.

Para chegar a essa compreensão, os autores referidos se valeram da concepção de esfera pública de Habermas (1997, p. 92), que a entende como a arena discursiva onde se delibera a formação da opinião pública. Como afirma o filósofo alemão, “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. É baseada nessa aceção que Recuero, Bastos e Zago (2018, p. 34) alegam:

A esfera pública (*Öffentlichkeit*), assim, é a infraestrutura relacionada a áreas abertas e democráticas de debate que produz opiniões políticas, como cafés, praças públicas, teatros ou locais de encontro gerais. A opinião pública, por outro lado, refere-se à modelagem de uma orientação política em dado momento, devido ao debate produzido na esfera pública.

Enxergando o ciberespaço como mais um desses ambientes onde se desenrolam os discursos em prol da conscientização da opinião pública sobre um tema ou posição, ou seja, mais um espaço onde a sociedade pode travar seus debates em busca de uma orientação política, Recuero, Bastos e Zago (2018) asseguram que a web inaugura mais uma esfera pública.

Lemos e Lévy (2010, p. 59), por seu lado, entendem o seguinte:

O aparecimento da opinião pública, oposta à prática do segredo dos governos absolutistas, está diretamente ligado à emergência da imprensa e da cultura popular de massa. Os *mass media* passam a ter um papel fundamental na formação de um “público” (a maioria), assim como a imagem deste, fabricando uma opinião (teoria do “agenda *setting*”).

Os autores acreditam, então, que esse monopólio pelos meios de comunicação de massa da formação da opinião pública passa a ser quebrado quando a internet inaugura uma nova esfera pública, e que isso se traduzirá em mudanças sociais que ainda são difíceis de prever (Lemos & Lévy, 2010, p. 52). Shirky (2011, p. 166) também pondera isso ao afirmar que a sociedade tende a se alterar quando as pessoas deixam de se relacionar com a mídia apenas como consumidores e passam a ter acesso à esfera pública.

Benkler (2006, p. 220), defendendo a mesma ideia, afirma que a internet oportunizou o surgimento da esfera pública em rede. Configuração que ele encara com otimismo, pois oportuniza a atores, de natureza não mercadológica, por ação individual ou associativa, exercer uma atuação que esfacela a unanimidade exercida pela mídia massiva na formação da opinião pública e que, portanto, promove a moderação do poder excessivo dos proprietários destas, e com isso o rompimento da inércia política da qual esses resguardam.

Nesses termos, Benkler não nega o poder de influência que a comunicação de massa pode exercer no ambiente online, mas sinaliza que a inserção dessa nova ordem oferece empecilho para que a esfera pública continue sendo, como apontam Habermas (2003) e Santori (1998), sumariamente dominada pela mídia massiva.

Em discordância a esse tipo de entendimento, Robin e Webster (2005) taxam como ingênuo crer que as inovações tecnológicas contemporâneas possam promover grandes mudanças, uma vez que os princípios político-econômicos que as governam são os mesmos que estão voltados para a acumulação do capital operados há anos. Ele argumenta que “a sociedade da informação está obcecada com o futuro, mas o futuro de sua obsessão é apenas a continuação sem fim do presente” (Robin & Webster, 2005, p. 230, tradução nossa)⁴

Seguindo a mesma compreensão, Christian Fuchs (2014), em crítica direta à cultura participativa tratada por Jenkins, afirma que é preciso considerar que a internet está sujeita às regras dos proprietários. Portanto, ainda segundo o autor, as expressões culturais dos usuários na web estão sempre subordinadas às normas determinadas pelas plataformas de mídia como o *Facebook*, *Google*, entre outras, as quais são, por sua vez, regidas pela lógica do mercado. Por isso ele não vê razões para contentamento com o engajamento online para fins de utilidade

democrática, já que em sua concepção “uma democracia de mídia verdadeiramente participativa também deve ser uma democracia de propriedade” (Fuchs, 2014, p. 56, tradução nossa)⁵. Fuchs vai ainda mais longe alegando que “a cultura das mídias sociais é uma indústria cultural” (Fuchs, 2014, p. 57, tradução nossa)⁶.

Robin, Webster e Fuchs trazem considerações importantes acerca da complexidade do funcionamento da internet, afinal, existem mesmo, além dos protocolos de operação global que ditam a regulação da web, os limites algorítmicos das plataformas de mídias sociais e a própria monetarização dos dados na rede. Em alguma medida, no entanto, parecem se equivocar ao afirmarem que os teóricos da cibercultura desconsideram tal fato, pensando a internet como um ambiente livre dos aspectos políticos e econômicos que permeiam a sociedade, quando, na verdade, o que enaltecem é o fato da nova mídia oferecer espaço para que outros atores entrem na disputa pela formação da opinião pública, antes controlada pela mídia massiva. Castells (2015), por exemplo, reconhece que para entrar na rede devem ser aceitos protocolos, mas ele não os entende como um fator de exclusão da emissão das vozes de alguns atores, como o fazem as mídias massivas. Como explica, com esses padrões de navegabilidade na web “... o poder é exercido não pela exclusão das redes, e sim pela imposição das regras de inclusão” (Castells, 2015, p. 89), ou seja, qualquer um que cumpra com o estabelecido pode ter acesso ao serviço.

O ceticismo de Robin, Webster e Fuchs os fazem pensar que as determinações técnicas podem mesmo ditar toda a ordem na web, porém, Shirky (2011, p. 169) discorda disso ao enunciar:

Muita coisa mudou na mídia social desde então - os computadores estão mais rápidos, os telefones, mais potentes, e as redes, melhores - mas, desde Plato⁷ até hoje, há duas linhas de pensamento a respeito das ferramentas de comunicação para uso social que permanecem imutáveis. A primeira é que os usuários nunca se comportam exatamente como os criadores do sistema esperam ou desejam. Isso foi tão verdadeiro para o Plato quanto é para o Facebook. A segunda é que os observadores têm o desejo de dominar a complexidade criando uma receita para a formação de comunidades bem-sucedidas.

Nesses termos, Shirky confia que mesmo com as limitações que permeiam o funcionamento da web, os usuários podem encontrar muitas possibilidades de uso para obter seus interesses, incluindo a amplitude de iniciativas que visem o aprimoramento do regime democrático.

Outras das críticas vêm de Evgeny Morozov (2011, p. 318), que encara projeções como essa com desconfiança, sobretudo porque, para ele, a internet também pode servir à destruição da

democracia e ao fortalecimento dos regimes autoritários, neutralizando críticas e justificando seu poderio. Nesses moldes, o autor pondera:

... a Internet está preparada para produzir resultados políticos diferentes em ambientes diferentes e que o principal objetivo de um formulador de políticas não é produzir um relato filosófico completo do impacto da Internet na sociedade em geral, mas sim tornar a Internet um aliado na consecução de objetivos políticos específicos (Morozov, 2011, p. 220, tradução nossa).⁸

Contudo, a internet, para Morozov, atende a finalidades diversas. Dependendo dos interesses políticos de quem as usa, pode tanto servir para subjugar a sociedade a uma ordem de justiça e equidade ou a uma de exploração, desigualdade e violência.

Fuchs (2014, pp. 59-60) sustenta igual concepção do teórico bielorrusso ao declarar que a potencialidade da internet pode ser convertida facilmente para fins fascistas, principalmente em tempos de crise capitalista, onde se insurgem extremismos de direita. Daí suas críticas a Jenkins, por não ter tratado em sua obra que a mídia digital possa igualmente servir para incrementar efeitos negativos sobre a sociedade, e não somente para propósitos progressistas, como acredita que o teórico americano tenha dado a entender em seus escritos.

Não se pode negar que Morozov e Fuchs estejam corretos ao ponderarem que a internet pode ser utilizada para fins negativos, afinal, já existem casos listados pela academia de uso da web para articulação de golpes antidemocráticos, assim como de ações colaborativas em prol da disseminação de pautas de extrema direita. Todavia, não parece razoável afirmar que teóricos como Lévy, Castells, Shirky ou Jenkins, ao tratar de casos de uso da internet para participação social e democrática em seus estudos, estejam com isso desconsiderando as relações de poder que também operam na web. Castells (2015), por exemplo, tem uma seção do seu livro *O poder da Comunicação* dedicada a tratar de como o poder e o contrapoder se enfrentam na sociedade em rede, onde se lê:

Na sociedade em rede o poder é redefinido, mas não desaparece. E tampouco desaparecem as lutas sociais. A dominação e a resistência à dominação mudam de caráter de acordo com a estrutura social específica da qual elas se originam e que elas modificam por meio de sua ação. O poder governa, os contrapoderes lutam (Castells, 2015, p. 95).

Com essas observações, o teórico espanhol deixa claro que no ciberespaço continuamos tendo disputas de poder, o que pontua, no entanto, é que as condições de atuação vêm se alterando. A diferença, colocada por ele, é que com a internet a resistência à dominação passa a

ter lugar de fala, coisa que em tempos de era massiva era reservada, quase que exclusivamente, às forças de dominação, mas isso não significa que os confrontos de forças terminem ou que o poder hegemônico seja sumariamente neutralizado.

Em suma, podemos considerar que, seguramente, as mídias digitais não encerram as relações de poder, mas fornecem condições para um novo balanço de forças, uma vez que o contrapoder nessa atmosfera encontra novas brechas para se manifestar.

³No original: “A participatory culture is a culture with relatively low barriers to artistic expression and civic engagement, strong support for creating and sharing one's creations, and some type of informal mentorship whereby what is known by the most experienced is passed along to novices. A participatory culture is also one in which members believe their contributions matter, and feel some degree of social connection with one another (at the least they care what other people think about what they have created)”.

⁴No original: “The information society is obsessed with the future, but the future of its obsession is merely the endless continuation of the present”.

⁵No original: “A truly participatory media democracy must also be an ownership democracy.”

⁶No original: “Social media culture is a culture industry.”

⁷Sistema de computador, criado em Minnesota na década de 60, que ficou conhecido como “a primeira mídia a oferecer uma plataforma de distribuição para grupos de conversa (Shirky, 2011, p.169).

⁸No original: “... the Internet is poised to produce different policy outcomes in different environments and that a policymaker's chief objective is not to produce a thorough philosophical account of the Internet's impact on society at large but, rather, to make the Internet an ally in achieving specific policy objectives.”

2 QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: A COLONIALIDADE DA NOTÍCIA

“Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente”.
(Chico César)

No presente capítulo, identificamos os discursos postos em circulação pela imprensa nacional antes das queimadas na Amazônia ganharem repercussão na imprensa mundial (ponto de viragem do tratamento do tema, a ser considerado no terceiro capítulo). A partir dele será possível, nos capítulos seguintes, comparar e contrapor as escolhas discursivas da mídia massiva com o que foi veiculado pela Mídia Ninja⁹ a respeito do tema, o que colabora com o nosso objetivo de compreender que contributos o coletivo ofereceu para informar a opinião pública sobre a tragédia ambiental que acometia a Amazônia.

Nas primeiras duas seções, são apresentados laudos técnicos e apontamentos científicos que oferecem um panorama geral dos dados e dos números que indicam a gravidade das queimadas, assim como as principais causas que as desencadearam, em comparação com o que foi noticiado por alguns dos principais noticiários da TV aberta brasileira. A partir desse levantamento, notou-se que a perspectiva assumida pela imprensa nacional omitiu uma série de aspectos relevantes para o entendimento da opinião pública no que tange ao caso, sobretudo a respeito dos impactos ambientais e sociais das queimadas, bem como das forças que lhes foram promotoras.

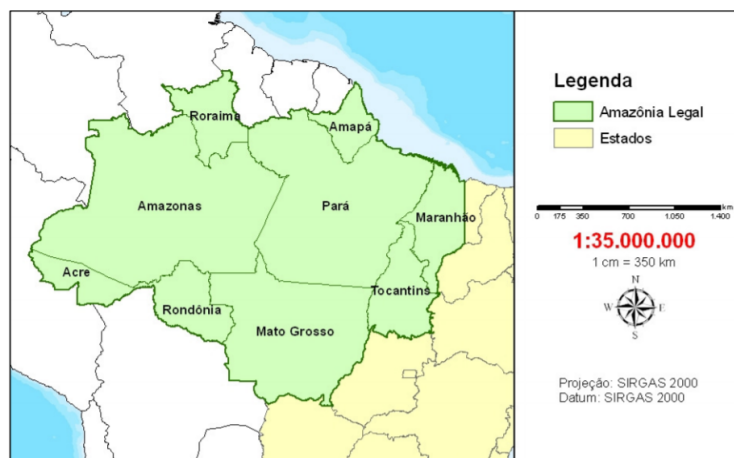
As seções seguintes são destinadas a compreender em profundidade as características e minúcias do discurso posto em circulação pelo Jornal Nacional (JN)¹⁰ em relação às queimadas na Amazônia, bem como o porquê dessas escolhas discursivas que foram restritivas e minorizaram a tragédia ambiental. Para cumprir os aspectos ambicionados, primeiramente, localizamos o papel da mídia nas relações de poder com base nos fundamentos de Gramsci, Foucault e Bourdieu. Posteriormente, partimos para o desvelar das facetas que orientaram o discurso do JN segundo o conceito de colonialidade proposto pelo teórico peruano Aníbal

Quijano e de acordo com o método arqueológico e de conceitos foucaultianos, como *dispositivo* e *história descontínua*.

2.1 O que deu na TV: entre os fatos e a notícia

Em agosto de 2019, queimadas recordes atingiam a Floresta Amazônica. De acordo com apontamentos do INPE, o número de focos de queimadas registrado em agosto daquele ano foi o maior contabilizado para o referido mês durante os últimos nove anos. Os dados indicaram que, naquele momento, foram identificados 39.177 focos ativos de queimadas na região da Amazônia Legal¹¹ (Figura 1), área que compreende os estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. O número equivale, aproximadamente, a 160% a mais que os focos registrados no mesmo período do ano anterior, e é o maior desde 2010, quando foi registrada uma seca histórica na Floresta Amazônica (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019b).

Figura 1
Abrangência atual da Amazônia Legal



Fonte: (Santos, 2010).

Ainda segundo o INPE, em agosto de 2019, a Amazônia brasileira teve 24.944 km² do seu território reduzido a chamas, área equivalente a 3,4 milhões de campos de futebol. Já o número anual de queimadas chegou a 126.091, o que correspondeu a uma perda de 72.501 km² de floresta por conta do fogo (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019a).

A partir da Figura 2, que traz uma série histórica dos últimos 22 anos, é possível notar que os números de focos ativos de queimadas na Amazônia brasileira, em 2019, foram maiores em relação a 2018, e que, sobretudo, as queimadas são um quadro crônico na Amazônia brasileira há anos (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019b).

Figura 2

Série histórica dos focos ativos de queimadas detectados na Amazônia Legal, de 1998 até 16/01/2020.



Fonte: (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019b).

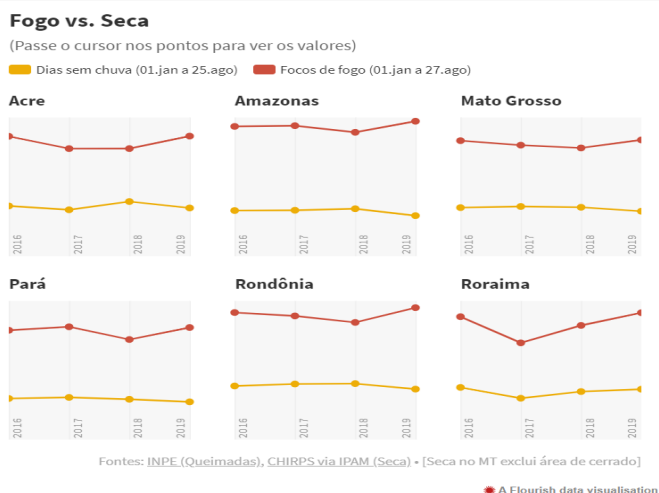
Para justificar o número recorde de queimadas, o argumento usado pelo governo, nas palavras do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi afirmar que o clima estava mais seco que em 2018. No dia 26 de agosto de 2019, em entrevista ao programa Roda Viva¹², declarou: “[em justificativa ao aumento das queimadas] anos secos e mais quentes, mais queimadas, anos úmidos, com mais chuva, menos queimadas. ... O percentual [de aumento nas queimadas] ... em 2019, comparado com ano passado, 2018, é porque no ano passado choveu muito, um ano mais úmido, né, menos queimadas, portanto, esse ano mais seco, é claro que a diferença é muito maior...”¹³ (Salles, 2019). Nesses termos, o ministro confere ao fator climático a responsabilidade pelo aumento dos focos de queimadas.

Todavia, esse argumento usado pelo ministro não se confirma, pois, considerando o gráfico elaborado pelo Observatório do Clima (OC) (Figura 3), com base no cruzamento dos dados do INPE sobre queimadas com os do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) sobre estiagem, que relacionaram os focos de fogo com a seca nos estados com maior

concentração de queimadas na Amazônia Legal, de janeiro a agosto dos últimos quatro anos, apenas o estado de Roraima apresentou, em 2019, um aumento na estiagem em relação a 2018, enquanto todos os demais estiveram abaixo (Observatório do Clima, 2019).

Figura 3

Relação entre os focos de fogo e a estiagem nos estados da Amazônia Legal com maior incidência de queimadas.



Fonte: (Observatório do Clima, 2019).

Para compreender como esse aumento considerável no número de queimadas pôde ocorrer em 2019, mesmo sendo um ano sem grande estiagem, conforme os apontamentos científicos, Alencar et al. (2014, pp. 6347-6350) explicam que a seca é um fator que favorece a proliferação de grandes incêndios na Amazônia, mas o aspecto climático não deve ser entendido como agente isolado na formação deste cenário, uma vez que o fator antropogênico de alteração da paisagem, por meio do desmatamento e mau uso da terra, e com a frequente ignição de queimadas para limpeza das áreas, provocam a diminuição do dossel e da evapotranspiração da floresta que, como complementa Nepstad, Moreira e Alencar (1999, p. 23), implicam na perda de umidade do bioma, tornando-o suscetível ao alastramento do fogo.

Acerca desse fator antrópico como causa das queimadas, sugerido por Nepstad, Moreira e Alencar, merece consideração a denúncia de que algumas das queimadas de agosto de 2019 foram acionadas propositalmente. Segundo uma publicação do jornal Folha do Progresso¹⁴, no dia 5 de agosto daquele ano, um movimento formado por produtores rurais, sindicalistas, grileiros e comerciantes dos municípios de Novo Progresso e Altamira, no estado do Pará, teriam articulado, via grupos de aplicativo de mensagens, uma atuação conjunta para incendiar

intencionalmente algumas áreas da Floresta Amazônica, no dia 10 de agosto, incluindo Unidades de Conservação(UC), com a justificativa de obter o apoio do então presidente, Jair Bolsonaro, para destinar o território à produção agrícola. A ação foi referida pela imprensa como *Dia do Fogo* (Diário Online, 2019).

Em paralelo aos números alarmantes, a mídia massiva brasileira, do dia 1º a 19 de agosto de 2019 (período que antecede uma mudança de atenção sobre o tema, a ser considerado no terceiro capítulo), deu pouca ou nenhuma atenção ao tema. Isso ficou visível no levantamento da cobertura jornalística dos jornais diários dos quatro maiores grupos de comunicação do Brasil: Grupo Globo, Grupo Record, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Rede Bandeirantes (BAND) (Apêndice 1). Em linhas gerais, nos telejornais SBT Brasil, Jornal da Record e Jornal da Band, as queimadas na Amazônia não receberam qualquer tratamento antes do dia 20 de agosto. Somente o Jornal Nacional exibiu quatro reportagens sobre o assunto antes dessa data e, ainda assim, o fez sem referenciar as queimadas como perdas do bioma Amazônia. Além disso, o programa não trouxe detalhamentos acerca das causas do fogo nem dos atores envolvidos e, por prevalência, tratou o caso como uma ocorrência que se devia ao clima quente e seco na região.

Dada a gravidade das queimadas que ocorreram em agosto de 2019, apresentadas nesta seção, a minimização da pauta por parte significativa da mídia massiva brasileira, até meados daquele mês, como foi observado, mostrou-se reducionista por desconsiderar uma série de questões sociopolíticas que permeiam as causas das queimadas no território amazônico, o que pode ter implicado diretamente na desinformação da opinião pública sobre a destruição da Floresta Amazônica. Esse será o assunto sobre o qual discorreremos no tópico a seguir.

2.2 No rastro do fogo na Amazônia: o que ou quem ateia essa chama?

Como apontado na seção anterior, em 2019, o fator condições climáticas, contrariando as declarações do governo federal, não pode ser usado para explicar o aumento das queimadas na Amazônia, visto que o período quente e seco foi até mais brando que o do ano de 2018. A razão, assinalada por Alencar, Arruda, Moutinho e Ribeiro (2020, p. 5), para os números acentuados é que o aumento do desmatamento nos meses que antecederam as queimadas ofereceu maior quantidade de matéria prima para a combustão. Alencar, Moutinho, Silva e Silvério (2019) explicam que o excessivo material resultante do desmatamento, juntamente com a necessidade

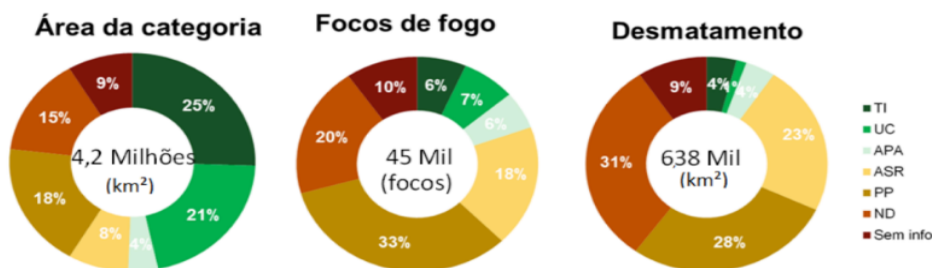
da limpeza dessas áreas – que, recorrentemente, se dá pelo fogo – alimentaram as queimadas de 2019.

A postulação de que a ocorrência de queimadas tem estreita relação com o desmatamento no território amazônico, encontra respaldo nos estudos de Nepstad, Moreira e Alencar (1999, p. 21). Como destacam os autores, a origem do fogo na Amazônia tem três principais tipos de natureza, e todas se ligam ao desmatamento: a primeira compreende as “queimadas para desmatamento”; a segunda, as “queimadas e incêndios em áreas já desmatadas”; a terceira, os “incêndios florestais rasteiros” que são resultado de queimadas que fogem ao controle e atingem florestas nativas ou aquelas já inicialmente exploradas pela extração madeireira.

Essa observação também foi feita pelo IPAM ao realizar um levantamento da relação entre os focos de calor e o desmatamento por categoria fundiária no bioma Amazônia, no período de 1º de janeiro a 29 de agosto de 2019, a partir de informações do sistema de satélite AQUA M-T (Alencar, Arruda, Balzani, Moutinho & Ribeiro, 2019), que pode ser conferido na Figura 4. Os dados indicam que os focos de queimadas coincidem com o desmatamento, o que sinaliza, portanto, que a incidência do fogo na região amazônica está frequentemente ligada à ação humana, e que, sobretudo, a maior concentração desses eventos se dá nas áreas de propriedades privadas (PP), florestas públicas não destinadas (ND) e assentamentos rurais (ASR), com a ressalva de que este último, todavia, concentra essa destruição em apenas 2% dos projetos de assentamento.

Figura 4

Levantamento dos focos de fogo e desmatamento por categoria fundiária no bioma Amazônia.



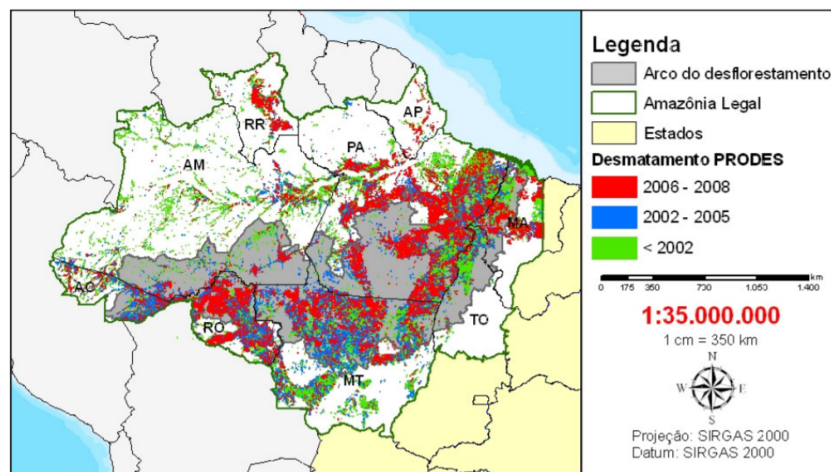
Nota. TI - terras indígenas; UC - unidades de conservação, exceto APA; APA - área de proteção ambiental; ASR - assentamentos rurais; PP - propriedades privadas; ND - florestas públicas não destinadas; Sem Info - áreas sem clara informação. *Áreas de quilombos e militares não foram incluídas nos gráficos por apresentarem baixa relevância numérica.

Fonte: (Alencar, Arruda, Balzani, Moutinho & Ribeiro, 2019).

Uma vez revelada a relação das queimadas com o desmatamento na Amazônia, é importante considerarmos que, conforme argumenta Margulis (2001, pp. 9-10) e Fearnside (2020, p. 249), aquele último se deve a uma variedade de fatores e atividades. Além disso, cada estado apresenta dinâmicas de desmatamento distintas devido às políticas fundiárias e de ocupação que receberam. Margulis acentua que essas diferenciações também sofrem a incidência da localização com o Arco do Desmatamento¹⁵ (Figura 5), da proximidade com as malhas de infraestrutura e do tipo de vegetação que apresenta o território. Em congruência, Alencar et al. (2004, pp. 43-44) afirmam que há uma enorme incidência do desmatamento ao longo das rodovias e dos projetos de assentamento e colonização propostos para a região.

Figura 5

Área que corresponde ao Arco do Desmatamento.



Fonte: (Santos, 2010).

Ainda que considere predatória a ação dos madeireiros, Margulis (2001, p. 18, 2003, p. 46) ressalta que é importante não os entender como os agentes principais do desmatamento, como se convencionou pensar. Isso porque, para o autor, os madeireiros, apesar do protagonismo primário na destruição da floresta, não são responsáveis de maior importância que os pecuaristas pelo desmatamento na Amazônia. Afinal, “é a lucratividade da pecuária que sinaliza, tanto para os agentes iniciais quanto para os próprios pecuaristas, que o desmatamento e a conversão das florestas em pastagens são rentáveis” (Margulis, 2003, p. 42).

O ponto crucial para que a atividade pecuária na Amazônia siga sendo sustentada se deve ao crescente consumo de carne no mercado interno e à demanda do mercado externo pela

produção (Alencar et al., 2004, p. 14; Almeida, Ávila, Oliveira & Rivera, 2009, p. 57). Considerando essa realidade, Fearnside (2020, p. 10) diz que temos com isso a “globalização das forças de desmatamento”. Margulis (2003, p. 15), por seu lado, aponta que, dessa maneira, o desmatamento na Amazônia se liga às oscilações do mercado capitalista, o que permite inferir que a comunidade global também se beneficia da destruição da Floresta Amazônica.

Além da pecuária, a implantação da agricultura – com predominância de monoculturas como a soja – é outra ameaça eminente ao bioma Amazônia na atualidade, uma vez que a cultura da soja assume papel indireto sobre o desmatamento, sendo frequente que, devido aos menores custos, ela seja implantada em áreas que já se prestaram, inicialmente, à pastagem, o que intensifica o avanço da pecuária para novas áreas de floresta. (Fearnside, 2020, p. 56; Alencar et al., 2004, p. 35).

Fearnside (2020, pp. 57 e 64) esclarece que quando falamos em cultura de soja no Brasil, devemos atentar para o fato de que esta produção também é voltada predominantemente para suprir o mercado internacional, sendo exportada, em sua maioria, para os continentes europeu e asiático. Dessa forma, temos mais uma vez a incidência do mercado global a ditar a ordem do desmatamento na Amazônia. Logo, as forças internacionais impulsionam o atear do fogo que destrói a região Amazônica.

Cabe ainda considerar que, de acordo com Souza (2019, pp. 51-52), o Estado brasileiro deposita no agronegócio a responsabilidade pela rentabilidade econômica e pelo desenvolvimento nacional, entendendo como vantajosa a posição do país como exportador de produtos primários; dessa forma, os esforços são, antes, para evocá-lo como atividade indispensável. Com isso, instaura-se uma contradição, pois o mesmo Estado que deveria promover políticas de combate ao desmatamento, termina por ser um dos seus indutores, implementando políticas que elevam os índices de degradação da floresta. Portanto, como assinalam Alencar et al. (2004, pp. 11 e 21), a atuação do governo para coibir a destruição da floresta, na maioria das vezes, é apenas emergencial.

Além dos danos ambientais com o desmatamento, as políticas públicas de desenvolvimento pensadas para a Amazônia também instauram um quadro crítico de violência na região. Embora não disponhamos de tempo para tratar pormenorizadamente desse assunto, é indispensável mencionar que, todos os anos, dezenas de pessoas são assassinadas na região em virtude de disputas por terras e ou por exercerem protagonismo em defesa da causa ambiental.

Em 2019, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Comissão Pastoral da Terra, 2019, pp. 170-174), seis de nove estados da Amazônia legal, somados, registraram 27 mortes, sendo doze delas só no estado do Pará, epicentro da violência no campo no Brasil. Entre as vítimas, estão seringueiros, indígenas, funcionários públicos, ativistas ambientais, trabalhadores rurais, sindicalistas, posseiros e militantes sem-terra. Considerando o período de 2010 a 2019, o número totaliza 320 assassinatos no campo na região amazônica, o equivalente a 76,7% dos 417 contabilizados em todo o país.

Diante deste cenário, que consiste em um mero resumo do quadro complexo que envolve o desmatamento na Amazônia, e de como as queimadas estão ligadas a ele, a cobertura realizada por parcela considerável da mídia massiva brasileira sobre as queimadas na Amazônia se mostrou reducionista e omissa. Mas o que justifica esse tratamento do tema, essa escolha discursiva de falar de queimadas na Amazônia sem mencionar a Amazônia, de deixar de fora as circunstâncias, os atores e o contexto que as envolvem, conferindo sua causa meramente ao clima? Isso é o que ambicionamos tratar na seção a seguir.

2.3 Mídia e a colonialidade do poder

A invisibilização das queimadas na Amazônia por parte relevante da mídia massiva brasileira pode parecer descabida considerando os princípios jornalísticos, afinal, como desvelado nas seções anteriores, a crise humana e ambiental que está envolta nisso seria critério suficiente para a noticiabilidade da pauta; mas, localizando a posição da instituição midiática nas relações de poder, talvez se possa compreender as razões para tal negligência. Para tanto, nos valem dos apontamentos de Gramsci, Foucault e Bourdieu sobre os modos de operação do poder.

A partir do conceito de Estado Ampliado ou superestrutura de Gramsci (no qual o Estado é entendido como o combinado da sociedade política; que equivale ao governo e a seu aparato legal de repressão; mais a sociedade civil, constituída pelos aparelhos privados de hegemonia), o autor oferece uma perspectiva importante para esmiuçar o poder, na medida em que o concebe como um exercício que não se dá somente pela coerção, mas, sobretudo, pelo consenso alcançado por meio da persuasão dirigida pelas instituições de socialização das ideologias

dominantes, que são aos partidos, às escolas, às religiões, à mídia e demais (Gramsci, 2007, pp. 244-245; Violin, 2006, p. 5).

Outra das concepções fundamentais de Gramsci para compreender as relações de poder é o conceito de hegemonia. Para o autor italiano, podemos falar de hegemonia quando a ideologia de um grupo assume a prevalência e se expande por todas as esferas sociais, determinando uma forma de enxergar e conceber as questões políticas, econômicas, intelectuais e morais, acionando um domínio “num plano ‘universal’, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (Gramsci, 2007, p. 41). Trata-se, portanto, de uma uniformização da forma de ver o mundo sob a perspectiva dos dominadores, que predispõe os dominados a aceitar ações que lhes são desfavoráveis.

Embora não trate o poder a partir da ordem dicotômica – coerção/persuasão – utilizada por Gramsci, Foucault conversa com as proposições do filósofo italiano ao afirmar que, na modernidade, além do poder de coerção, que é um regime punitivo (exercido sobre os corpos dos sujeitos), passa-se a exercer um regime disciplinar e de controle (exercido nos corpos dos sujeitos), operado principalmente por meio dos discursos. Para ele, o poder disciplinar adota uma arquitetura que tem por princípio operar um regime de docilização dos corpos, a fim de torná-los corpos úteis. Assim, ele revela o funcionamento do poder a nível estreito, ou seja, considerando não somente a estrutura do macropoder, como também desvelando o micropoder incrustado nos sujeitos (Foucault, 2014, pp. 134-136, 2017, p. 215).

A riqueza da contribuição de Foucault (2017) está em se afastar da ideia convencional de poder como uma força dirigida verticalmente, de cima para baixo, para o entender em sua capilaridade, como uma rede que se espraia por toda a esfera social, inserindo-se nos corpos dos indivíduos. É o que ele entende por microfísica do poder, como fica explícito no excerto a seguir:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (...)As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local – mas instauraram o que se poderia chamar uma nova “economia” do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social (Foucault, 2017, pp. 44-45).

A partir dessa lógica, Foucault destaca o papel das instituições disciplinares na introjeção dos discursos hegemônicos que levam à subjetivação dos sujeitos. Em seus estudos, cita que as prisões, as escolas e os hospitais põem em funcionamento todo um conjunto de normativas responsáveis por imprimir o poder no sujeito, tornando-o objeto e objetificador de si próprio e dos outros, o que faz dele um agente da manutenção do poder sem nem ao menos se aperceber disso (Foucault, 2014, p. 136, 2017, p. 180). Assim, o autor sugere que o corpo do sujeito passa a ser tomado pelas estruturas.

Correlato ao conceito de poder disciplinar de Foucault, encontramos em Bourdieu a concepção de *poder simbólico*, entendido como o poder de construção da realidade que se efetiva por meio dos sistemas simbólicos, que são estruturas estruturadas e estruturantes de comunicação e de conhecimento que “cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”, em um exercício nomeado pelo autor como violência simbólica (Bourdieu, 1989, pp. 9 e 11).

Dessa forma, por ação dos sistemas simbólicos, é incutido nos indivíduos o “habitus”, que consiste em disposições internas para enxergar o mundo, “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras”, e que circunscreve os sujeitos em um movimento coletivo automatizado, o qual dispensa regente e os torna também uma estrutura estruturada e estruturante (Bourdieu, 1983, p. 61).

O autor acrescenta que o poder simbólico é uma transfiguração de outras formas de poder (econômico e político), desta feita, um poder subordinado que realiza um eficiente trabalho de invisibilizar as relações de força, o que lhe permite obter melhores resultados a partir de um volume menor de energia, porque abstrai o sujeito da violência e o faz reconhecê-la como legítima. Dessa maneira, a função propriamente ideológica dominante se efetiva pelo esforço conjunto de estrutura a estrutura, em que o sujeito aparece como uma dessas, elucidando a ideia de um poder pulverizado e complexo em sua atuação por se encontrar descentralizado (Bourdieu, 1989, pp.14- 15).

Fundamentado nessas concepções de funcionamento do poder, podemos compreender que a mídia – seja com Gramsci a denominando como um aparelho privado de hegemonia, Foucault, como instituição disciplinar; ou Bourdieu, como estrutura estruturada e estruturante –

se ocupa de pôr em circulação os discursos hegemônicos, fazendo com que os interesses dos setores privilegiados sejam introduzidos na constituição dos sujeitos, normalizando injustiças e desigualdades. Com a precisão dessa função, as escolhas discursivas da imprensa brasileira para cobrir ou invisibilizar o crime ambiental na Floresta Amazônica se mostraram marcadas pelo compromisso de perpetuar os discursos dominantes sobre a região e manter, assim, o *status quo*.

Discursos dominantes estes que acatam as normativas da *colonialidade do poder*, proposta pelo teórico peruano Aníbal Quijano, o qual entende a colonialidade como um padrão de dominação do poder implantado nas Américas pelo sistema colonial para a subjugação das sociedades nativas que, mesmo depois da extinção histórica dessa estrutura, se expandiu e segue ditando a organização do trabalho e da produção do conhecimento na civilização contemporânea mundial a partir de uma hierarquia étnico-racial eurocêntrica, engendrando exploração e discriminações sociais diversas (Quijano, 1992, pp. 12-16, 1998, pp. 229 - 230).

Quijano estabelece uma precisa distinção entre colonialidade e colonialismo. Acerca disso, Maldonado-Torres, em uma leitura do autor peruano, postula:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, em que a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, que constitui tal nação em um império. Ao contrário dessa ideia, colonialidade se refere a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas ao invés de se limitar a uma relação de poder formal entre dois povos ou nações, ela se refere ao modo como o trabalho, conhecimento, autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução nossa¹⁶).

Em outros termos, podemos entender a colonialidade como uma atualização do colonialismo que perpassa a civilização moderna, dividindo o mundo em centro e periferias a partir da diretriz racial. Ou, ainda, como Garcia, Maheirie e Tonial (2017, p. 19) a referem, à dimensão simbólica do colonialismo.

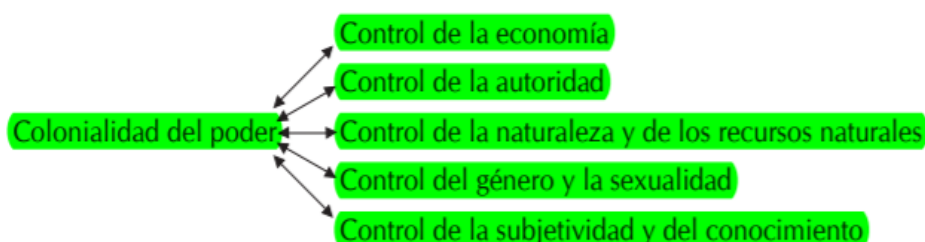
Por seu lado, Mignolo (2017, pp. 2-4 e 8), um dos pares de Quijano no coletivo de investigação modernidade/colonialidade, trata a colonialidade como o lado mais escuro da modernidade, com o intuito de evidenciar que, por trás da narrativa moderna – que ao longo do tempo já assumiu nomes como salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e até de democracia – existe uma realidade criminosa de opressão, discriminação e violência que se naturaliza sob o signo do que há de mais civilizado e vanguardista. Com isso, o autor põe em questão que há todo um arranjo discursivo, inicialmente religioso e posteriormente

epistemológico, que confere contínua validade a essa “matriz colonial de poder” (MCP), termo cunhado por ele para se referir a colonialidade.

Para ilustrar a natureza multifacetada dessa matriz, Mignolo utilizou um diagrama, que pode ser conferido na Figura 6.

Figura 6

Diagrama da Matriz Colonial do Poder



Fonte: (Mignolo, 2010).

A partir dessa estrutura, observa-se que a colonialidade estende seu controle para cinco áreas de domínio: a economia; a autoridade; o gênero e a sexualidade; a subjetividade e o conhecimento; a natureza e os recursos naturais. Cabe ressaltar que essa última, segundo Mignolo (2010, pp.11-12), foi introduzida apenas posteriormente ao vocabulário do grupo de investigação, uma vez que Quijano, a princípio, vinculava a questão da natureza ao domínio da economia.

Por ser pertinente a este trabalho, daremos especial atenção ao elemento da matriz que compreende a questão da natureza e dos recursos naturais. Sobre esta, Mignolo (2017, p. 6) argumenta que a colonialidade concebe a natureza, a partir da cosmologia cristã e da epistemologia secular, como algo que está fora dos seres humanos e que, portanto, precisa ser conhecido e dominado, pois é uma concepção que postula a natureza como algo fora da cultura. Esse entendimento, como aponta o autor, é impensável para as formas de conhecimento de muitos dos povos nativos latino-americanos, que ao se referirem a ela como Pachamama (termo que foi traduzido como mãe terra), tomam essa natureza como parte do homem, unidade de sua integração que não está a ele subordinada, logo, é parte da cultura.

Sobre o tema, Maldonado-Torres (2007) postula que é próprio da colonialidade tornar insignificante alguns sujeitos e pôr a natureza como mero recurso a ser explorado, como está posto no trecho a seguir:

Ou, bem, a colonialidade pode ser considerada como um discurso e uma prática que prega simultaneamente a inferioridade natural dos sujeitos e a colonização da natureza, que marca certos sujeitos como dispensáveis e a natureza como pura matéria-prima para a produção de bens no mercado internacional (Maldonado-Torres, 2007, p. 135, tradução nossa¹⁷).

Ao encontro disso, Assis (2014) sugere que a colonialidade da apropriação da natureza diz respeito a uma normativa econômico-instrumental que determina como se deve pensar e explorar o meio ambiente e a própria ocupação do território para a manutenção do sistema mundo moderno colonial, ao mesmo tempo em que desqualifica formas que lhe sejam contrárias, como se destaca abaixo:

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios (Assis, 2014, p. 615).

De acordo com Assis, portanto, essa esfera da colonialidade abona uma série de formas ideológicas que compreendem a natureza como uma vantagem competitiva pelo valor monetário que representa, enquanto fonte para a extração de recursos; entendem a floresta como terras vazias, degradadas e inexploradas; tomam como máxima que esses espaços devem se converter em território economicamente produtivo; põem o progresso e o desenvolvimento como estágios que dependem fundamentalmente da extração de recursos naturais; pregam como viável a conciliação entre a exploração capitalista e a preservação ambiental; sustentam como trunfo a posição do país em fornecer matéria prima ao mercado mundial (Assis, 2014, p. 616).

Conforme as ponderações de Mignolo, Maldonado-Torres e Assis, a colonialidade na esfera de domínio da apropriação da natureza e dos recursos naturais é uma orientação que respalda o direito do homem de controlar e subjugar o meio ambiente aos seus interesses. Assim, a sua destruição estaria justificada quando esse fim se volta à conversão em mercadoria, seja produto agrícola ou industrial. Já as iniciativas que se opõem a isso, defendendo um valor

contrário a essa monetarização sumária da natureza, são taxadas como embrutecidas, regressistas e, em vista disso, banidas ou silenciadas.

A pesquisadora brasileira Ivânia Neves (2020), em uma proposta de conciliar os estudos decoloniais do coletivo modernidade/colonialidade com a perspectiva dos estudos foucaultianos, sugere que a colonialidade seja entendida a partir do conceito de *dispositivo colonial*, o qual é uma proposição que a estudiosa tece com base na acepção de Foucault (2017) de *dispositivo*:

...Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2017, p. 364).

Para nos ajudar com o entendimento desse conceito, Gregolim (2015, p. 11) explica que o dispositivo diz respeito à rede constituída por discursos, práticas e técnicas responsáveis pela formação, em um dado tempo histórico, do conhecimento e da subjetivação. Como destaca a autora, o dispositivo tem função estratégica e está circunscrito em uma relação de poder. Desse modo, compreende que se trata de uma trama constituída por formas discursivas e não-discursivas que em sua dispersão e regularidade operam verdades, garantindo, assim, um domínio sobre os corpos e a forma de enxergar o mundo de um grupo sobre o outro.

E é partindo da compreensão desse conceito foucaultiano que Neves (2015, p. 28, 2020) propõe, como alternativa de operacionalizar melhor as análises materialistas do discurso a partir do método arqueológico, que a colonialidade seja pensada como dispositivo colonial, o qual é frequentemente atualizado pelas emergências históricas, dessa forma ela explica:

Este grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina, a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar e ela está intensamente presente, sobretudo nas ações do poder público na cidade (Neves, 2015, p. 31).

Assim, ancorada no postulado da autora sobre dispositivo colonial, a colonialidade encontrada nos discursos promovidos por parte da mídia massiva brasileira sobre as queimadas na Amazônia (como será apontado na seção a seguir) é apenas um dos elementos de uma rede que estabelece regularidades entre si, não podendo ser tomada como um acontecimento isolado,

e sim como um entre outros acontecimentos dispersos que permeia a esfera social, seja na forma manifesta nos discursos ou mesmo pelos hábitos e costumes.

2.4 A serviço da colonialidade: o caso do Jornal Nacional

Voltando a atenção especificamente às notícias veiculadas no telejornal de maior audiência do país, o Jornal Nacional (JN), produção jornalística da Rede Globo de Televisão (Globo), no período de 1º de agosto a 10 de setembro de 2019, atestamos que a cobertura esteve marcada pela colonialidade. Essa atenção ao JN se deve ao fato deste ter sido o único telejornal, entre os quatro maiores grupos de comunicação da TV aberta no Brasil (Globo, Record, SBT e BAND), a trazer o tema em suas reportagens antes dele ganhar repercussão mundial (fato que será tratado no próximo capítulo), como pode se verificar a partir dos Apêndices 1 e 2.

Em paralelo aos números alarmantes das queimadas, de 1º a 19 de agosto, o JN abordou o tema em apenas quatro notícias, mencionando somente as queimadas ocorridas nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Ainda assim, nenhuma delas apontava qualquer ligação do fogo com uma ação intencional e criminosa, restringindo-se a falar das queimadas sem trazer detalhes acerca de suas causas e dos atores envolvidos, inclusive denotando o viés de ocorrência que se devia ao clima seco na região, como será explicitado a seguir.

Como se verificou, nos nove primeiros dias do mês de agosto, não foi veiculada pelo JN nenhuma notícia diretamente relacionada com as queimadas na Amazônia (Apêndice 1). Esse silenciamento sobre o tema só foi rompido no dia 10 de agosto, com uma reportagem intitulada “Bombeiros combatem há 4 dias incêndio em parque florestal de Mato Grosso”, que durou trinta segundos. Durante a reportagem, não foram dadas informações sobre as causas e nem sobre os danos resultantes; ao invés disso, restringiu-se a declarar que o fogo se agravou por conta do combinado de ventos e tempo seco. As imagens trouxeram uma enorme área consumida pelas chamas, mas em momento algum foram abertos questionamentos sobre a perda em biodiversidade, nem mesmo foram ouvidas fontes especializadas sobre a questão ambiental (Jornal Nacional, 2019, 10 de agosto).

Na reportagem do dia 13 de agosto de 2019, intitulada “Em Mato Grosso, número de focos de calor já é 40% maior do que em 2018”, com duração de dois minutos, notamos outros traços da colonialidade. Afinal, quando na reportagem se informou que o estado do Mato Grosso

estava sendo atingido por queimadas, houve uma preocupação mais acentuada de mostrar os prejuízos do fogo para a atividade agrícola, ou seja, as perdas econômicas em detrimento dos danos ambientais. A partir da menção de que o fogo atingia, desde o dia 9 de agosto, o parque ambiental da Chapada dos Guimarães, é possível notar o atraso do jornal em cobrir a tragédia (Jornal Nacional, 2019, 13 agosto).

Como já destacado, para Mignolo (2017), Maldonado-Torres (2007) e Assis (2014), nos discursos orientados pela colonialidade, o valor da natureza se mede enquanto fonte de recurso e território a ser explorado. Diretriz essa que foi perceptível nas notícias referidas acima, afinal, em ambas, a factualidade da notícia não foi priorizada, passando a ser pautada somente depois de adquirir dimensões de prejuízo econômico, que, no caso em questão, representou danos às atividades agrícolas. O que é peculiar em uma diretriz fundamentada na matriz colonial do poder.

No dia 16 de agosto de 2019, o JN trouxe outra reportagem sobre as queimadas na Amazônia, dessa vez com o título “Queimadas na Região Norte aumentam por causa da seca”, de dois minutos. Ao noticiar o aumento das queimadas no estado de Rondônia, o arranjo discursivo se ateve a demonstrar que a ocorrência do fogo se devia ao clima seco na região (recurso já utilizado outras vezes pelo JN), mencionado pela repórter como bastante comum nos meses de agosto e setembro. Um elemento a considerar é que, na mesma edição, o JN exibiu uma reportagem sobre o aumento do desmatamento na Amazônia de forma totalmente desatrelada das queimadas, o que contrasta com o fato de haver uma gama de trabalhos científicos recentes, e até mais antigos, que encontram estreita relação entre o desmatamento e o aumento dos focos de fogo no território amazônico, como demonstrado anteriormente (Jornal Nacional, 2019, 16 agosto).

Na notícia do dia 19 de agosto, que atende pelo título “Mato Grosso enfrenta a pior temporada de queimadas em sete anos”, com cerca de três minutos de duração, o JN informou que o estado mato-grossense perdeu grandes extensões de áreas verdes em parques florestais e acumulou prejuízos para as atividades agrícolas devido ao aumento vertiginoso das queimadas. Da mesma forma que as anteriores, essa cobertura não discorreu sobre as causas do fogo e insistiu em apenas mencionar que o clima seco favoreceu essa ocorrência, bem como que a suspensão de investimentos estrangeiros no Fundo Amazônia¹⁸ tornaram as ações de combate às queimadas mais difíceis (Jornal Nacional, 2019, 19 agosto).

Em nossa leitura, as colocações sobre as referidas reportagens dos dias 16 e 19 são mais um indício da presença da colonialidade no discurso do JN. Pois, partindo da premissa sugerida por Mignolo (2017), Maldonado-Torres (2007) e Assis (2014), o valor da floresta se mede quando essa pode ser convertida em recurso útil ao mercado, em divisas, o que justifica o fato de que, nessas narrativas jornalísticas, a prioridade tenha sido enfatizar a perda agrícola, até mesmo evitando narrativas que trouxessem as atividades agropecuárias como responsáveis pela destruição do território amazônico, embora seja isso que os dados científicos apontem.

Como se pode concluir, até o décimo nono dia de agosto, o JN trouxe somente o caso das queimadas nos estados do Mato Grosso e Rondônia, deixando de fora os outros sete estados pertencentes à Amazônia Legal, que também foram acometidos por igual flagelo desde o início daquele mês. Também convém evidenciar a falta de consideração dos males das queimadas para os povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas e seringueiros, vozes que foram completamente ignoradas nas reportagens. Com isso, vemos que os danos ambientais na Amazônia deixaram de ser tratados em sua totalidade e complexidade pelo noticiário.

Notamos ainda que, a partir do dia 21 de agosto, o discurso do JN sofreu uma alteração, como apontado no Apêndice 3, coincidentemente após o tema ganhar repercussão mundial (o que será tratado no capítulo seguinte). Mudança essa que foi sentida principalmente no que tange ao volume de atenção ao tema e à perspectiva abordada, ressaltando que a localização da destruição se referia ao território da Amazônia Legal e que não se tratava de uma ocorrência pura e simplesmente desencadeada pelo clima; porém, ainda é possível identificar uma série de indícios de que os discursos tragos nas reportagens estiveram regidos pelas diretrizes do dispositivo colonial.

Por tudo que vimos a partir das análises, as escolhas discursivas feitas pelo JN – seja pelo inicial silenciamento das causas das queimadas e falta de tratamento em sua totalidade, ou ainda pela dispensa de as implicar como perdas do bioma Amazônia, assim como pelo apagamento dos povos indígenas e populações tradicionais que diretamente têm seus modos de vida afetados pela destruição da floresta, bem como a própria defesa da importância do agronegócio, evitando assim apontar sua responsabilidade pela destruição – figuram como uma eufemização da gravidade do dano ambiental, social e cultural e da inferiorização étnico-racial, entendida aqui como traço marcante da colonialidade. Assim, temos tanto o descaso com o valor da natureza

quanto o aniquilamento dos modos de vidas subalternos mencionados por Assis (2014), Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2017) como próprios dessa diretriz de poder hegemônica.

Destarte, foi uma cobertura dos fatos que se mostrou parcial e reducionista por desconsiderar uma série de questões sociopolíticas que permeiam as causas das queimadas no território amazônico. Logo, entendemos que o JN atuou como elemento ativo na implementação do dispositivo colonial, responsável por introjetar discursos que asseguram o *status quo* e levam à subjetivação.

2.5 Condições de possibilidade para a emergência da colonialidade na notícia

Para compreender as condições de possibilidade para a emergência desse discurso no noticiário, recorreremos ao método arqueológico de Foucault (2008), que toma a história como descontínua e, portanto, não se ocupa de localizar um centro de origem para traçar uma linha evolutiva, e sim de recuperar a proveniência do sistema de formação na dispersão que lhe é própria. Acerca disso, Foucault (2008, p. 43) acentua:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”.

Foucault (2018, p. 32) postula que entre os enunciados ou grupo de enunciados de ordens distintas (técnica, econômica, social, política) existem relações. Por isso, uma das ocupações do arqueologista deve ser trazer à tona a rede de acontecimentos discursivos e não os tratar de forma isolada, fechada; antes se deve assumir uma perspectiva deles e fora deles, revelando assim os jogos de relações em que estão enredados.

Na obra *Microfísica do Poder*, o autor reforça que o olhar do genealogista¹⁹ não deve se voltar para um acontecimento discursivo isolado, e sim precisa se desdobrar a acontecimentos outros que mantêm com o primeiro regularidade. E isso sem necessitar fazer um recuo em busca de uma origem, e sim se empenhando em desvelar os diferentes começos de uma mesma formação discursiva, como se pode inferir a partir do excerto:

Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor, esta marca quase apagada que não saberia enganar um olho, por pouco histórico que seja; a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos (Foucault, 2017, p. 62).

Baseado nessas postulações, podemos deduzir que existe um sistema regendo a formação discursiva que aparece em parte da mídia brasileira sobre as queimadas, ou seja, este não é um acontecimento que surgiu isoladamente, e, menos ainda, é novo. Porque na verdade faz parte de um conjunto de arranjos discursivos regido por um dispositivo, que neste estudo é referido como dispositivo colonial.

Devido ao espaço reduzido deste trabalho, e até mesmo por este ser um percurso de retomada da origem, em suma, dispensável na orientação arqueológica, ao invés de um longo recuo temporal, optamos por um recorte próximo de nossos dias, o qual nos leva às condições de possibilidade para a emergência do discurso minorizador e omissivo sobre a destruição da Floresta Amazônica tecido por parcela da mídia massiva. Fazemos isso guiados pela postulação foucaultiana de que “é preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade” (Foucault, 2008, p. 33).

Nosso pressuposto é que essa aparição discursiva se deve ao modelo de desenvolvimento que é empregado na Amazônia, onde o agronegócio ocupa um papel central, sendo amplamente difundido, em diversos campos discursivos, como o caminho para o progresso e a supremacia do país. Este, que é produto do combinado entre agricultura e modernidade, já era louvado desde o século XIX, mas, apenas na década de 1970, a partir das políticas de modernização agrícola aplicadas pelos militares, passou a ser empregado definitivamente (Heredia, Leite & Palmeira, 2010, p. 159). Nessa diretriz, a conversão da Floresta Amazônica em recurso produtivo é encarada como vantajosa, o que talvez possa explicar o silenciamento nos noticiários da responsabilidade da atividade agrícola pelas queimadas.

Com isso, vemos o dispositivo colonial em ação, interditando os discursos que ferem os interesses do agronegócio. Interdição essa que Deleuze (1996, não paginado) assinala como previsível, afinal, como explicita, “cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe”. E é exatamente esse regime de luz e sombras que

pudemos conferir quando parte considerável da mídia massiva escolhe tratar as queimadas como resultantes do clima quente e seco, e não como uma ação intencional intimamente ligada à expansão da atividade agropecuária.

Quando nas reportagens se ouviu os agricultores que têm suas lavouras devastadas pelo fogo, mas se deixou de ouvir os ambientalistas, os povos indígenas, os amazônidas e as comunidades tradicionais²⁰ que tiveram seus modos de vida afetados diretamente; quando os prejuízos ambientais não assumiram importância na narrativa; quando se abstraiu o fato de as queimadas representarem a perda de enormes extensões do bioma Amazônia; quando a responsabilidade do agronegócio não veio à tona; parece razoável afirmar que temos o dispositivo colonial em ação regendo todas essas formas enunciativas. Tal discernimento parte da elucidação de Deleuze (1996) sobre as dimensões do dispositivo propostas por Foucault, que compreendem as curvas de visibilidade, que determinam o que será visível e o invisível; as curvas de enunciação, que ditam o que se pode dizer e o indizível; as linhas de força, que dirigem o olhar para o visível e o dizível determinado; e as linhas de subjetivação, que indicam como devem pensar e agir os sujeitos.

Nesta investigação, nos atemos às duas primeiras dimensões, as quais, conforme nos esclarece Gregolim (2015), trata-se de sanções operadas pelo dispositivo para regular o que pode ser proclamado e o que não se deve anunciar, bem como o que se pode revelar e o que deve ser ocultado, como esclarece em:

As primeiras duas dimensões dizem respeito às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos de um dispositivo. Trata-se, portanto, da forma como, em um determinado dispositivo, funcionam os seus “regimes de luz” e “regimes de enunciados”, a maneira como se estabelecem jogos entre o visível e o invisível, a eloquência e o silêncio, com suas derivações, suas transformações, suas mutações (Gregolim, 2015, p. 11).

Conforme a interpretação de Garré e Henning (2015, pp. 64-65), essas dimensões são máquinas de dizer e fazer ver produzidas pelo dispositivo e condicionadoras de sua existência, uma vez que, a partir de relações de poder e saber, em um dado momento histórico, fabricam verdades que legitimam seu domínio e levam à subjetivação. Portanto, estas dimensões definem como devemos ver e o que podemos dizer sobre os mais diferentes aspectos culturais, sociais e políticos em certo curso temporal.

Como mencionado anteriormente, o dispositivo habita diversos campos discursivos e, assim, se encontra em toda parte, validando-se, credibilizando-se. Alicerçados nessa concepção, trazemos uma incursão em diferentes campos discursivos que atestam a regularidade e a dispersão do discurso fundamentado no dispositivo colonial, evidenciando que seu aparecimento na mídia massiva, ao cobrir o caso das queimadas na Amazônia, não configura um discurso isolado. Pelo contrário, tal discurso é atravessado por muitos outros, emergindo com naturalidade e sem qualquer dificuldade.

Primeiro, voltamo-nos aos discursos disseminados pela academia, onde temos abundância de escritos que defendem o agronegócio como viabilizador de segurança alimentar, desenvolvimento e commodities, ou seja, doador de *status* de poder mundial ao país. Em trabalhos como o de Menezes e Pinheiro (2005), essa orientação se apresenta quando o agronegócio é exaltado como alavanca do desenvolvimento e como setor gerador de grandes divisas, portanto, atividade crucial para a garantia do sucesso econômico do país. Contini (2014) também defende o agronegócio como atividade lucrativa e de suma importância, afinal, responde por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e põe o país na lista de lideranças em exportações. Tudo isso indica que o agronegócio conta com respaldo epistêmico para ser validado.

Nas políticas governamentais, mais incisivamente a partir da década de 1990, a defesa desse discurso também se faz presente, justificando a implementação de uma série de incentivos fiscais e de investimentos em infraestrutura para garantir o crescimento do setor. Como se pode conferir, seja na administração de Fernando Henrique Cardoso, com os programas Brasil em Ação e Avança Brasil (Oliveira & Carleial, 2013); na de Luís Inácio Lula da Silva, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), continuado por Dilma Rousseff (Heredia, Leite & Palmeira, 2010; Messias, 2017); ou mesmo no então governo de Jair Bolsonaro, que, apoiado pela bancada ruralista, vem aprovando uma série de medidas de afrouxamento da fiscalização ambiental e de defesa dos interesses do setor agropecuário (Fearnside & Ferrante, 2019), o agronegócio está igualmente posto como gerador de riqueza e segurança alimentar, e, portanto, atividade a ser garantida, enquanto o valor da floresta em pé é ignorado.

Na mídia, por seu turno, esse discurso encontra igualmente espaço cativo. Prova disso é a campanha publicitária *Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*, que traz propagandas, com duração de trinta a cinquenta segundos, veiculadas deste 2016 pelo Grupo Globo, em que o agronegócio é

apresentado como sinônimo de progresso, modernidade e soberania para o país. Nota importante é que essa publicidade, como argumenta Santos (2019, p.59), por seguir um modelo publieditorial, suscita a impressão de se tratar de uma matéria jornalística, o que é uma estratégia eficiente de incrustar credibilidade.

Merece destaque, ainda, a lista de canais e programas surgidos no fim do século XX e início do XXI voltados exclusivamente para o tema do agronegócio: “Canal do Boi (1995); Canal Rural (1997); TV Terra Viva (2005), canal de bastante destaque na televisão fechada e em plataformas na internet; e o pioneiro programa jornalístico Globo Rural (1980), da Rede Globo de Televisão” (Santos, 2019, p.52). Cada um destes está empenhado em validar a retórica do negócio agropecuário como atividade imprescindível ao país. Destarte, vemos que o agronegócio conta com total suporte da máquina midiática para se firmar.

Como coloca Foucault (2008, p. 36), “... os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”. E é a partir desse entendimento que vemos que existe uma rede de discursos que torna inviável que a destruição da floresta possa assumir importância nos telejornais, afinal, isso implicaria em reconhecer que as políticas desenvolvimentistas pregadas como indispensáveis para o progresso e modernidade da região são danosas e precisam ser minuciosamente fiscalizadas e, em alguns casos, até freadas. Dessa forma, é mais apropriado promover a interdição de enunciados que evidenciem essa realidade.

Como ficou demonstrado, a defesa do agronegócio e a importância da conversão do território amazônico em recurso produtivo é amplamente postulada nos campos discursivos científico, político e midiático. Tudo isso nos permite reconhecer o dispositivo colonial em atuação, que põe a apropriação da natureza para fins do capital como justificável; dispositivo este que, por estar ativo e vigoroso em vários campos discursivos, emergiu na cobertura das queimadas na Amazônia feita pela mídia massiva sem dificuldades. O que nos interessa marcar, portanto, é que o discurso encontrado no JN sobre as queimadas não aparece por acaso, antes surge por encontrar condições de possibilidade e fazer parte de uma formação discursiva.

Como visto, o discurso posto em circulação pelo JN sobre as queimadas interdita enunciados contrários aos interesses do agronegócio, o que, em síntese, nos leva a concluir que a menorização dessa tragédia ambiental por parte da mídia massiva, no período aqui considerado, não figura como uma simples falta com a factualidade, antes é um discurso regido pelo

dispositivo colonial. Dessa forma, longe de ser uma ocorrência aleatória, faz parte de um sistema operado para legitimar e promover a manutenção do *status quo*. Posto isso, revelar as queimadas e todas as causas por trás delas se mostra um discurso impraticável nos noticiários, pois, afinal fere os interesses econômicos daqueles que financiam suas atividades.

Assim, vemos concretizar-se a afirmação de Foucault (1996) de que a produção do discurso em nossa sociedade obedece a critérios de controle, seleção, organização e redistribuição que visam restringir seus poderes e perigos, fazendo dele um evento previsível. Desse modo, existe o que pode e o que não pode ser dito, como bem enfatiza o filósofo no excerto a seguir:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 1996, p. 9).

Guiados por esse entendimento, a cobertura do JN sobre as queimadas está marcada pelo esforço de interdição e/ou exclusão do discurso de uma Amazônia que, em boa medida, agoniza em virtude das políticas de desenvolvimento e das atividades produtivas empregadas na região. Por isso, essa mitigação das queimadas e a invisibilização de suas reais causas e prejuízos turva a compreensão da opinião pública, que fica sem ter como obter um retrato real dos flagelos que acometem o território amazônico e suas comunidades tradicionais, ou quiçá de seus responsáveis.

Mas, como veremos no próximo capítulo, o poder hegemônico não opera sem sofrer a resistência contra-hegemônica. Assim, destacaremos que em oposição ao discurso colonial posto por fração significativa da mídia massiva, o discurso decolonial foi acionado na mídia digital por força de uma mobilização coletiva que, em nossa compreensão, ofereceu uma perspectiva importante sobre a tragédia amazônica.

⁹ Conforme autodefinição, é uma rede de comunicação, fundada em 2013, a partir do princípio de mídia livre e da lógica colaborativa de produção, que emergiu da sociedade em rede e tem por intuito visibilizar pautas comunicacionais, culturais, identitárias, ambientais etc., assegurando o interesse público, o direito à informação e a diversidade (Mídia Ninja, 2013a).

¹⁰ Principal telejornal brasileiro transmitido ao vivo em rede nacional pela emissora Rede Globo (veículo de comunicação de maior audiência no país), durante o horário nobre. No ar desde 1969, o JN é líder de audiência no

segmento, detendo o intervalo comercial com as maiores cifras da tv aberta brasileira e perdendo em índice de audiência apenas para as telenovelas noturnas da própria emissora (Gomes, 2010).

¹ Classificação oficial do território que compreende a Amazônia brasileira, criada pela Lei Nº 5.173, de 6 de janeiro de 1953, para delimitar a área de atuação da então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia -SPVEA (em seguida convertida à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM), que a partir de determinações da Constituição Federal de 1988 passa a abranger os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Cabe nota que essa definição se estende para além das bacias hidrográficas e do próprio bioma Amazônia, tratando-se, portanto, mais de um conceito político que geográfico (Agência de Desenvolvimento da Amazônia, 2002).

² Programa de televisão do gênero de entrevistas e debates produzido e exibido pela TV Cultura às segundas-feiras, às 22 horas, ao vivo no canal da emissora, e transmitido simultaneamente pela internet, via YouTube (“Roda Viva”, 2021).

³ Transcrição feita pela autora da pesquisa.

⁴ Jornal local do município paraense de Novo Progresso (PA).

⁵ Extensão territorial, em formato de meia-lua, onde se concentra o desmatamento na Amazônia. Compreende uma área que se estende da Rodovia Belém-Brasília, na Amazônia Oriental, passando pelo Oeste do Maranhão e Sul do Pará, que avança, sentido Oeste, para o Mato Grosso e segue ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho, no rumo Rondônia até a parte oriental do estado do Acre (Fearnside, 2020, p. 249).

⁶ No original: “Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza.”

⁷ No original: “O, bien, podría plantearse la colonialidad como discurso y práctica que simultáneamente predica la inferioridad natural de sujetos y la colonización de la naturaleza, lo que marca a ciertos sujetos como dispensables y a la naturaleza como pura materia prima para la producción de bienes en el mercado internacional.”

⁸ Fundo privado criado pelo Decreto Presidencial 6.527, de 1º de agosto de 2008, que visa à captação de doações para financiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, a fim de reduzir as emissões de carbono na atmosfera, mitigando, assim, as mudanças climáticas. A proposta do fundo é resultante de um compromisso assumido pelo governo brasileiro na 12ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Nairóbi, no Quênia, em 2006. (Ministério do Meio Ambiente, 2008).

¹⁹ Conforme a acepção de Foucault (1996, p. 65), como genealogista se deve entender o sujeito que se ocupa do empreendimento genealógico, o qual se difere do empreendimento crítico, por estar voltado ao estudo da formação discursiva, considerando-o como fenômeno disperso no tempo e de natureza descontínua e regular.

²⁰ Por comunidades tradicionais se deve entender “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº 6.040, 2007).

3 PRAY FOR AMAZON: O MUNDO SOB ALERTA DAS QUEIMADAS

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.”
(João Cabral de Melo Neto)

Neste capítulo, oferecemos um panorama da mobilização na web, aqui referida como *Pray For Amazon*, realizada em prol da denúncia das queimadas e defesa da Floresta Amazônica em 2019. A intenção com ele é que se possa obter a compreensão do contexto do nosso recorte de pesquisa e das razões que nos levaram ao objeto de estudo escolhido para esta investigação, bem como permitir verificar se as iniciativas e mobilizações contra-hegemônicas vêm encontrando nas plataformas de redes sociais ambiente propício para a propagação de seus discursos.

Na primeira seção, ressaltamos algumas das circunstâncias, atores e peculiaridades da mobilização *Pray For Amazon*, assim como trazemos uma leitura desta à luz das teorias e conceitos da cibercultura explorados no primeiro capítulo, no que apontam como características próprias das mobilizações em rede na contemporaneidade. Já na segunda seção, apresentamos uma reflexão sobre esse engajamento no ciberespaço a partir dos conceitos de contra-hegemonia de Gramsci e Williams e dos estudos de decolonialidade na acepção dos teóricos do coletivo latino-americano modernidade/colonialidade, entres os quais Quijano assume protagonismo.

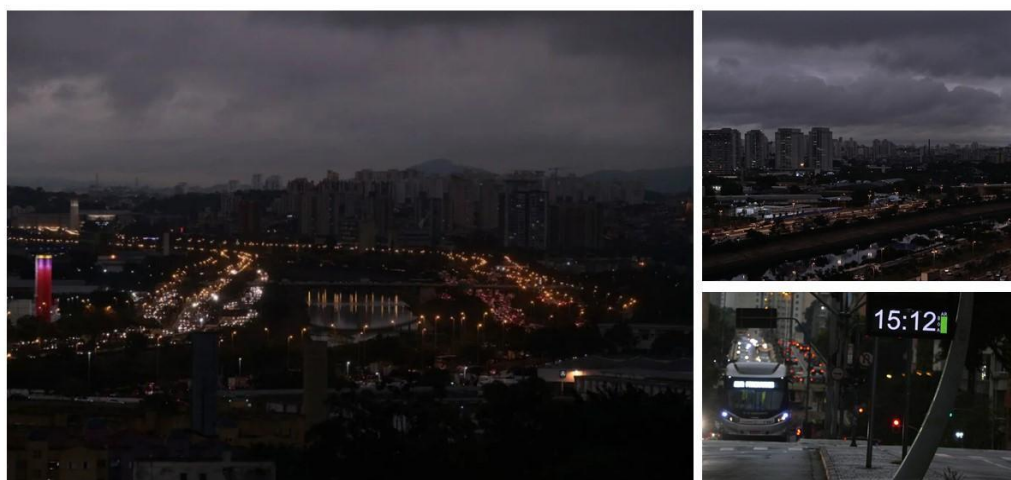
A terceira seção, por seu turno, é voltada à delimitação e apresentação geral do objeto de análise do estudo de caso, que se refere à cobertura das queimadas pela Mídia Ninja, via *Instagram*. Apresentamos nela as justificativas da opção deste recorte e, também, refletimos um pouco sobre a história da fundação, a proposta e os princípios que orientam o funcionamento do coletivo Ninja.

3.1 Webação de denúncia das queimadas na Amazônia

Por ironia, enquanto a maioria da população brasileira possivelmente seguia alheia às queimadas recordes que atingiam a Amazônia, em boa medida devido à incipiência do tratamento do tema pela mídia massiva brasileira (como visto no segundo capítulo), uma estranha escuridão em São Paulo (Figura 7), às 15h30 da tarde, no dia 19 de agosto, pôs em evidência a dimensão dos impactos da destruição que acometia a Floresta Amazônica.

Figura 7

Imagens da escuridão fora de hora em São Paulo.



Nota. Montagem de imagens feita pela autora da pesquisa.
Fonte: (Gnipper, 2019).

Conforme explicação do especialista do INPE, Saulo Ribeiro, o fenômeno foi provocado devido a emissão de uma cortina de fumaça proveniente de queimadas que ocorriam na Amazônia, a qual por ação dos ventos se deslocou até a cidade paulista, onde, após colidir com uma frente fria e gases poluentes, ocasionou as trevas em pleno meio da tarde (Prizibisczki, 2019). As imagens feitas pelo satélite da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) também confirmaram essa tese (Gnipper, 2019).

A incongruência é que nem mesmo com a fumaça das queimadas na Amazônia, tomando o céu da mais importante cidade brasileira, foi suficiente para que os noticiários pudessem render espaço ao assunto. Afirmamos isso, pois, a partir do levantamento dos telejornais do horário nobre das 4 principais emissoras de televisão aberta do Brasil, vimos que apenas o Jornal da

Record (JR) e o Jornal Nacional (JN) trataram o assunto da escuridão, mas, ainda assim, não fizeram qualquer menção direta de que o fenômeno atípico se devia em grande parte à destruição do bioma Amazônia.

No Jornal da Record, o assunto foi reservado ao espaço irrisório da previsão do tempo da edição de 19 de agosto, em um apontamento claro de que a causa se devia a um incidente climático, como a própria repórter destacou: “devido a uma massa de ar frio” (Jornal da Record, 2019, 19 de agosto). Já no JN, a notícia a respeito foi veiculada somente no dia 20 de agosto, e tanto o enquadramento de que a escuridão fora de hora e o odor de fuligem da água da chuva se tratava de fatos inusitados, quanto a menção genérica e imprecisa de que as causas do ocorrido se deviam a “queimadas” ou “queimadas provenientes do norte e centro-oeste”, colaboraram para a menorização da destruição da Floresta Amazônica que o estranho evento deixava vir à tona (Jornal Nacional, 2019, 20 agosto).

Diante dessa invisibilização das queimadas na Amazônia por significativa parte da mídia massiva até o dia 20 de agosto (já tratada no segundo capítulo deste trabalho) um movimento colaborativo de cobertura do caso tomou força no ciberespaço. Ao que parece, como forma de compensar as lacunas deixadas pela cobertura jornalística, multiplicaram-se iniciativas de denúncia do desastre ambiental por meio de sites de mídias sociais como *Twitter* e *Instagram*, com destaque a publicação feita por cidadãos, pela sociedade civil e por celebridades nacionais e internacionais de textos de repúdio associados a imagens da floresta em chamas e de animais atingidos pelo fogo. A comoção foi tamanha que no dia 21 de agosto a *hashtags #prayforamazon* (reze pela Amazônia), mobilizada em favor da causa, esteve entre os assuntos mais comentados no *Twitter* a nível mundial (Bol Uol, 2019).

Retomando o trabalho de Castells (2017), podemos destacar que esse movimento online em defesa da Amazônia foi *espontâneo em sua origem*, pois partiu possivelmente da indignação com a falta de preocupação do governo em conter as queimadas, assim como com o fato de a própria mídia não prestar tratamento condizente à gravidade do tema em seus noticiários, gerando essa comoção no espaço dos fluxos. O impacto gerado pelas mensagens disseminadas nesta mobilização, conferido pelo apelo do texto e, principalmente, pelo uso de imagens que ilustravam a dimensão da perda ambiental, foi responsável por promover uma conexão instantânea em prol da causa. Recurso esse que, como acentua o teórico espanhol, é muito

praticado nestas mobilizações por conferir credibilidade pela própria mensagem, fazendo a fonte da emissão digna de préstimo, ainda que esta não seja uma fonte profissional autorizada.

Merece consideração que, nesse caso particular, o engajamento de pessoas públicas com a causa possivelmente também colaborou para a amplitude de alcance do tema. Em recuperação a rede de mobilização que se espalhou na web, uma das primeiras postagens relacionadas ao tema que pudemos identificar, foi feita pelo ambientalista Nick Rose, no dia 20 de agosto, na sua conta no *Instagram* @iamnickrose (Rose, 2019, 20 de agosto). O texto do ambientalista acompanhado de uma imagem da floresta em chamas foram repostados pelo ator Leonardo DiCaprio em seu *Instagram* @leonardodicaprio, no dia 21 de agosto (Figura 8) (Poder 360, 2019). Assim, de uma audiência de aproximadamente 60 mil seguidores do Nick, a denúncia das queimadas passou a poder alcançar mais de 40 milhões de seguidores da conta do renomado ator americano. E esse efeito foi replicado por ação de vários outros artistas.

Figura 8

Publicação no *Instagram* do ator Leonardo Di Caprio, de 21 de agosto de 2019.

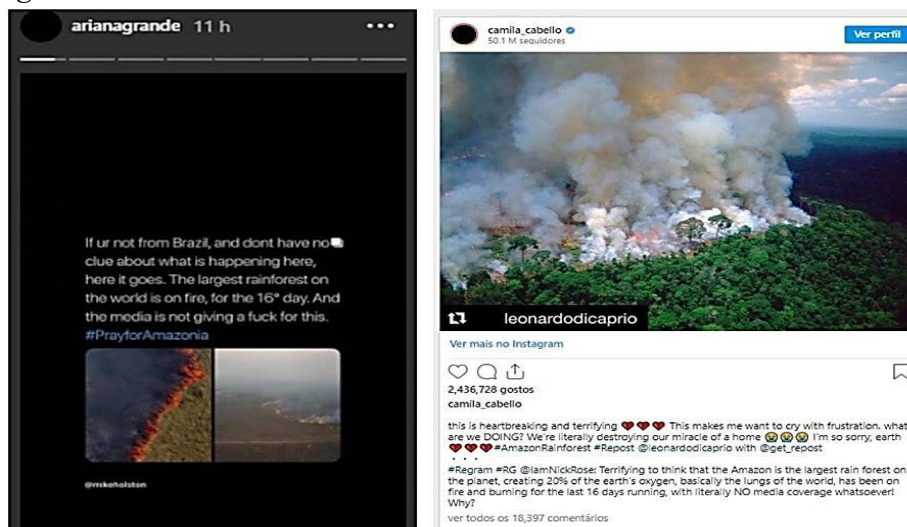


Fonte: (Poder 360, 2019).

A viralização de milhares de publicações sobre o tema no *Twitter* e no *Instagram*, no dia 21 de agosto, contou com o apoio de outras influentes celebridades internacionais como as cantoras Demi Lovatto, Ariana Grande e Camila Cabello, a modelo Khloé Kardashian, etc. (Figura 9) (Bastos, 2019).

Figura 9

Postagens de celebridades internacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 21 de agosto.

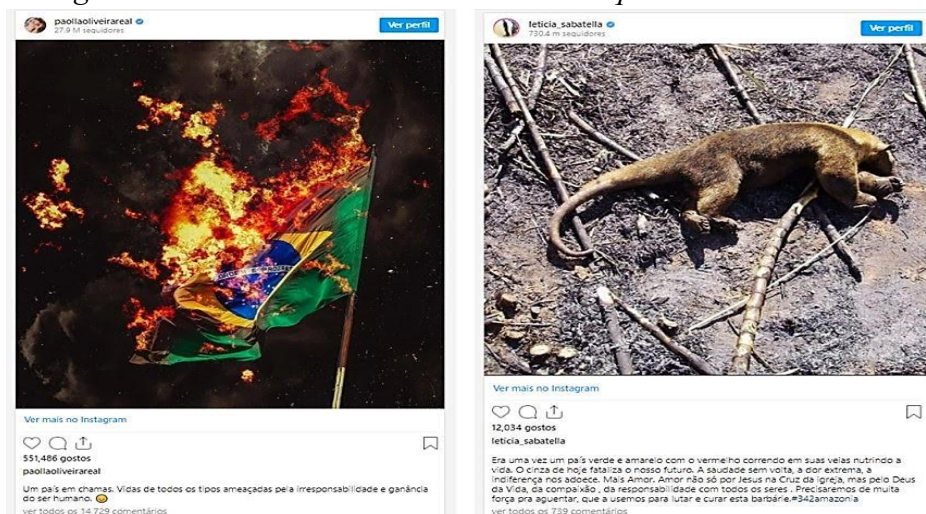


Nota. Montagem de imagens feita pela autora da pesquisa.
Fonte: (Bastos, 2019, Capricho, 2019).

Celebridades nacionais como as atrizes globais Paolla Oliveira, Letícia Sabatella, Bruna Marquezine, Alice Wegmann e as cantoras Anita, Luisa Sonza e demais, também utilizaram suas redes sociais para enviar mensagens de apelo e indignação com as queimadas no território amazônico (Figura 10) (Capricho, 2019).

Figura 10

Postagens de celebridades nacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 21 de agosto.



Nota. Montagem de imagens feita pela autora da pesquisa.
Fonte: (Bastos, 2019).

No dia seguinte, a manifestação de apoio à causa, partilhando imagens, vídeos e frases em defesa da floresta, foi aderida por demais figuras públicas como os jogadores de futebol Cristiano Ronaldo e Kylian Mbappé, o corredor da F1 Lewis Hamilton, a cantora Madonna, a modelo Gisele Bündchen, dentre outros (Figura 11) (Uol Notícias, 2019, 22 de agosto).

Figura 11

Postagens de celebridades internacionais contra as queimadas na Amazônia no dia 22 de agosto.



Nota. Montagem de imagens feita pela autora da pesquisa.
Fonte: (Uol Notícias, 2019, 22 de agosto).

Até mesmo o presidente francês, Emmanuel Macron, mostrou-se indignado com as queimadas na Amazônia brasileira. Em sua conta no *Twitter* publicou, no dia 22 de agosto, uma imagem da floresta em chamas²¹ (Figura 12) acompanhada da tag *#ActForTheAmazon* (outra *hashtag* popularmente mobilizada na ocasião) e de um texto onde demonstra indignação com o crime ambiental, afirmando que, dada a gravidade da pauta, a mesma seria tratada com prioridade durante a cúpula do G7. A ação causou a indignação do presidente do Brasil, reverberando em uma crise diplomática entre os países (Cipriani, 2019).

Figura 12

Postagem feita pelo presidente francês, Emmanuel Macron, em sua conta no Twitter.



Fonte: (Cipriani, 2019).

O levantamento de todos esses nós no ciberespaço permite notar que essa colaboração em defesa da Amazônia obedeceu à organicidade dos movimentos em rede mencionada tanto por Castells (2017) como Shirky (2010), pois, mesmo sem ter um centro de controle ou lideranças formais, conseguiu operar com eficiência uma mobilização harmônica. Vimos que cada uma das postagens das celebridades propagou a informação a um número elevado de pessoas, e, por identificação e sensibilização, essas, por meio de novas postagens, levaram a mensagem a muitos outros nós na rede. O que, espontaneamente, suscitou uma onda de tratamento do tema na esfera pública online.

Além disso, é importante destacar que essa mobilização em rede conferiu ao tema queimadas na Amazônia *acessibilidade e permanência*, características que Shirky (2011, p. 34) destaca como vantagens antes restritas aos profissionais de mídia, as quais com a internet passam a estar à disposição também dos amadores. A *acessibilidade*, nesse caso, pode ser percebida porque a informação sobre as queimadas, em certa medida negligenciada pela mídia massiva, pôde ser alcançada pelo público graças ao esforço de redes digitais, já a *permanência* foi obtida quando por meio do trabalho colaborativo de postagens e reportagens, inclusive por pessoas de grande projeção política, artística e militante, a informação ganhou tempo de vida, ou seja, continuou circulando no ciberespaço, e com isso adquiriu notoriedade.

A repercussão das queimadas foi tamanha, que os mais importantes jornais do mundo lhe renderam espaço. O inglês, *The Guardian*, no dia 21 de agosto, divulgou a matéria: *Jair Bolsonaro claims NGOs behind Amazon forest fire surge – but provides no evidence* (Watts, 2019); o americano, *The New York Times*, também no dia 21 de agosto, publicou o texto: *Fires in Amazon Rain Forest have surged this year* (Andreoni & Hauser, 2019); o espanhol, *El País*, no dia 22 de agosto, publicou a notícia: *La Amazonia brasileña arde a um ritmo recorde* (Oliveira, 2019). Esses são apenas alguns exemplos.

A partir dessa ocorrência do tema nos noticiários mundiais e da própria manifestação das celebridades, pudemos perceber que essa mobilização em rede teve um comportamento *simultaneamente local e global*, que é também uma das características apontadas por Castells (2017) como comum a esse tipo de organização. Apesar de se tratar de um problema que atingia uma região restrita do planeta, o forte senso de interligação da questão à humanidade se estabeleceu, pondo o mundo em atenção e cooperação com o repúdio ao crime ambiental que atingia a Amazônia, o que conferiu à causa outro patamar de barganha.

As mobilizações não se restringiram ao online, elas se estenderam também às ruas com protestos em lugares públicos (Figura 13) e em frente às embaixadas brasileiras em diversos países como: França, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Índia, Suíça, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal, Colômbia, Peru, Equador, e muitos outros (Moreira, 2019). A comoção nacional também foi intensa, com manifestações numerosas ocorrendo nas principais cidades brasileiras, pedindo o fim das queimadas e a deposição do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e também a do Presidente Jair Bolsonaro (Vasconcellos, 2019).

Figura 13

Imagens das manifestações ocorridas no Brasil e no mundo em defesa da Amazônia.



Nota. Montagem de imagens feita pela autora da pesquisa.

Fonte: (Uol Notícias, 2019, 23 de agosto).

Esse episódio evidencia que o movimento, além do espaço online, também se estendeu ao espaço offline, aspecto que Castells (2017) elenca como frequente nestas mobilizações. Como se observa, foi uma iniciativa que nasceu no espaço dos fluxos, utilizou-se dele para propagar o tema, gerar sensibilização e unir pessoas de interesses comuns que, em seguida, promoveram impacto no espaço dos lugares. A *viralização*, outra das características sugerida pelo autor espanhol, também foi marcante, pois rapidamente pessoas do mundo todo se engajaram em defesa da Floresta Amazônica, convertendo indignação em esperança de poder fazer algo para impedir a continuidade da destruição do bioma Amazônia.

A mobilização em defesa da Amazônia também contou com o apoio do movimento internacional *Extinction Rebellion* ou “XR”, como ficou conhecido, criado em 2018 no Reino Unido para fins de ações não-violentas de ativismo ambiental e conscientização da crise climática (Extinction Rebellion, 2019). O XR tanto contribuiu promovendo a militância online como também foi responsável por convocar ações de protesto nas ruas de diversos países (DW Notícias, 2019). A militância da ativista ambiental Greta Thunberg, jovem sueca que se destacou no mundo como um ícone no combate às mudanças climáticas, foi mais um apoio importante para essas mobilizações ao proferir discursos de denúncia e indignação tanto no espaço dos

fluxos, por meio das redes sociais, como no espaço dos lugares, em eventos da Organização das Nações Unidas (ONU) (Caleiro, 2019; Marcello, 2019; Bataglia, 2019).

A recuperação desses contributos, assim como os demais aspectos apontados anteriormente, leva-nos a compreender que esta mobilização em defesa da Floresta Amazônica estabeleceu *conexões em rede de múltiplas formas* (Castells, 2017), uma vez que foi constituída por redes online (mobilizações no espaço dos fluxos), redes offline (mobilizações no espaço dos lugares), bem como por redes pré-existentes (apoio recebido de organizações e ambientalistas já atuantes). Assim, registrou-se uma ação articulada em redes de redes, ou seja, um esforço conjunto de diversas origens que, segundo o autor espanhol, dificulta a repressão, afinal não parte de um único e definido centro de controle ou liderança.

A partir de todo o movimento colaborativo, aqui destacado, o tema das queimadas na Amazônia passou a tomar a atenção da opinião pública mundial e nacional, forçando assim um novo tratamento por parte da imprensa brasileira. Isso ficou notório no JN do dia 21 de agosto, quando logo na abertura da edição foi apresentada uma matéria de 8 minutos sobre o assunto. Nessa reportagem o discurso das queimadas como ocorrência acidental em virtude do clima quente e seco, outrora usado, foi substituído por um mais cauteloso onde o desmatamento e a redução da fiscalização, e não só a estiagem, são apontados como responsáveis diretos pelo aumento das queimadas que ocorriam em todos os estados da Amazônia Legal, evidenciando, assim, que o fato estava ligado a uma ação intencional e criminosa, bem como que a tragédia compreendia uma perda do bioma Amazônia (Jornal Nacional, 2019, 21 de agosto).

Enxergamos essa mudança dos discursos do JN, conforme Shirky, como uma cena que pode se tornar comum na era digital, quando a notícia passa a ser determinada por outros atores que não a mídia massiva. Como ele afirma, “no futuro as notícias podem introduzir-se no domínio público sem o parecer da imprensa tradicional. De facto, os *media* podem acabar por fazer a cobertura de uma história *porque* alguma coisa foi introduzida na percepção pública via outros meios” (Shirky, 2010, p. 65). Esse comportamento prova, portanto, que já estamos vivenciando este estágio, afinal, o esforço de uma mobilização em rede, como vimos, foi capaz de dirigir as discussões na esfera pública.

Em síntese, ao que se indica, não fosse o comprometimento que as mobilizações em rede assumiram, o tema poderia ter seguido sem grande notoriedade pela mídia massiva brasileira. Shirky pondera que esse é um dos riscos quando a emissão está limitada a um número mínimo de

editores da mesma classe profissional, afinal esses tendem a ditar as normas do que pode ou não ser publicado, chegando a omitir assuntos de interesse público, devido a interdições arraigadas ao meio. Por isso, o autor defende que a amadorização da publicação é positiva, justamente por permitir burlar as limitações praticadas pelos meios de comunicação massiva, forçando-os a considerar aspectos que são por eles frequentemente ignorados (Shirky, 2010, p. 65), e isso foi o que assistimos com a mobilização *Pray For Amazon*.

Shirky (2010) acentua que essa facilidade de publicação desencadeada com a internet permite o acesso a uma variedade maior de meios de comunicação, e que isso possibilita uma ruptura da unânime credibilidade da emissão profissional para conferir também confiança a outras fontes, que passam a ser capazes de alcançar tão ou mais audiência, como argumenta:

A mesma ideia, publicada em dezenas ou centenas de lugares, pode ter um efeito amplificador que pesa mais do que o veredito de um conjunto mais pequeno de *media* profissionais. (Não quero dizer com isto que a mera repetição torna uma ideia correcta; a publicação amadora apoia-se na argumentação correctiva ainda mais do que os *media* tradicionais). A mudança não consiste na transição de um tipo de instituição noticiosa para outro, mas na própria definição de “notícias”: de notícias como uma prerrogativa institucional para notícias como parte de um ecossistema de comunicação, constituído por uma miscelânea de instituições formais, associações informais e indivíduos (Shirky, 2010, p. 66).

Essa colocação de Shirky se atesta na mobilização contra as queimadas na Amazônia, pois a constância do tratamento do tema nas mídias digitais por diferentes fontes conferiu-lhe peso e importância junto à opinião pública. Com base no entendimento do autor, portanto, isso é sinal de que nos encontramos em um estágio onde as notícias têm seu conceito ampliado, deixando de ser um domínio exclusivo de profissionais, para também ser produto de muitas mãos, inclusive informais. E ele não entende isso como uma ameaça aos profissionais de mídia, e sim como valor agregador.

Por tudo que foi visto da mobilização *Pray For Amazon* nesta seção, podemos entender que a internet e, sobretudo, as plataformas de redes sociais proporcionaram ganhos a esta militância contra-hegemônica (conceito que será tratado na seção a seguir), que graças a as novas mídias pôde disseminar seus discursos e conquistar adesão às suas causas e reivindicações, unindo pessoas e organizações em prol de mudanças políticas, ambientais e culturais. Em observância a isso, traremos na próxima seção uma reflexão sobre o teor desse discurso contra-hegemônico acionado durante a crise de queimadas na Amazônia.

3.2 E-defesa da Floresta Amazônica: a vez do discurso decolonial

Como foi exposto na seção anterior, a mobilização *Pray For Amazon*, conferiu destaque à denúncia das queimadas na Amazônia, que até então eram omitidas ou minorizadas pelos mais importantes noticiários nacionais, provocando pressão para a elevação da pauta junto à opinião pública e oferecendo um contraponto à perspectiva hegemônica sobre o caso.

Esse comportamento nos leva a entender o movimento como responsável por pôr em circulação discursos contra-hegemônicos acerca da destruição que acometia o território amazônico. Leitura essa que realizamos a partir das proposições de Gramsci (1999) e Williams (1979) sobre contra-hegemonia, que a compreendem como orientação político-cultural que exerce oposição à ordem hegemônica. No entendimento de Gramsci (1999, p. 314), ações que fixam o momento catártico, em que se cria uma nova forma ético-política, a qual promove uma ruptura com o *status quo*.

O episódio *Pray For Amazon* representa um momento de tensão de contracultura, evidenciando a tese de Williams (1979, p. 115) de que a hegemonia nunca mantém um domínio sem resistências. Como declara o autor, “a realidade de qualquer hegemonia, no sentido sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade” (Williams, 1979, p. 116). O que se assemelha ao entendimento de Foucault (2018, p. 104) de que “onde há poder há resistência”, marcando assim a natureza móvel e constante das linhas de força.

Destarte, a mobilização *Pray For Amazon* é um desses instantes que o discurso contra-hegemônico encontra um ponto de respiro e pode inserir-se no palco das disputas pelo poder, e o faz direcionando atenção às perspectivas relegadas ao esquecimento, bem como revelando os arranjos utilizados para obscurecer e silenciar a realidade de exploração e atrocidades em prol do projeto mundo moderno/colonial, traçado pela colonialidade do poder, que foi assunto tratado no segundo capítulo deste estudo.

Afinal, se as mídias massivas brasileiras não tratavam o assunto, como ficou atestado no segundo capítulo, grupos da sociedade, valendo-se das mídias digitais, realizaram um esforço de denúncia por si mesmo, escrachando com isso a gravidade do prejuízo ambiental e os interesses das estruturas hegemônicas em abstrair da opinião pública a noção da destruição na Amazônia, bem como desfocar a atenção dos seus responsáveis. E não se trata de superdimensionar a

emergência do discurso contra-hegemônico durante este episódio, enxergando neste uma revolução, afinal, como destaca Foucault (2018, pp. 104-105), é mais comum que as formas contemporâneas de luta não se processem dessa forma absoluta e sim assumam caráter permanente, operando sucessivas rupturas. Por isso, entendemos este como mais um ponto de resistência, que não realiza uma mudança radical, mas opera clivagens, fissuras que abalam a estrutura de domínio hegemônico, forçando-a a fazer rearranjos para se manter no poder.

O que nos interessa, portanto, é marcar essa mobilização no ciberespaço como um instante de ruptura com o discurso hegemônico, que, no caso em questão, traduz-se no dispositivo colonial, na colonialidade. A partir do texto “O que é um dispositivo” de Deleuze (1996), vemos esta mobilização como uma iniciativa operada de modo a contrapor as dimensões do dispositivo sugeridas por Foucault, a saber: as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação, assim como as linhas de força e as linhas de subjetivação. E isso, em nosso olhar, foi processado ao inserir ao cenário um discurso que joga luz a fatos e circunstâncias que hora estavam sendo mantidos ao regime de sombras, que diz o que era indizível, que denuncia os interesses dominantes que controlam o ver e o dizer, que elucidam o sistema de pensamento colonial responsável por incrustar a subjetivação.

E essa ruptura é vista por nós como sendo operada por meio do discurso decolonial. E acerca do entendimento desse conceito, seguimos Quijano (1922) que apresenta a opção decolonial como projeto capaz de promover o aniquilamento do paradigma modernidade/colonialidade e de todas as suas formas de hierarquizações étnico-raciais eurocêntricas, como sugere no excerto:

Longe disso, é preciso desfazer-se dos vínculos da racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e em última instância com todo o poder não constituído na livre decisão dos livres A alternativa, conseqüentemente, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial (Quijano, 1922, pp. 19-20, tradução nossa).²²

Esse rompimento radical sugerido por Quijano, segundo Maldonado-Torres (2007, p. 161) propõe o giro decolonial, que consiste em um esforço de oposição político e epistêmico com a lógica modernidade/colonialidade, esfacelando assim as hierarquias de raça, gênero e sexualidade por ela estabelecidas, bem como todas as categorizações que, de acordo com Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 19), são derivadas destas como: superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido, civilizado/bárbaro.

É justo ressaltar que, usando outros termos, Fanon em sua célebre obra *Os condenados da terra* já propunha esse giro decolonial ao sugerir: “decidamos não imitar a Europa e retemos nossos músculos e nosso cérebro numa direção nova. Tratem-se de inventar o homem total que a Europa foi incapaz de fazer triunfar” (Fanon, 1968, p. 273). E dessa forma o teórico louvava, assim como Quijano, uma mudança brusca do *status quo*. Em seus termos, um amplo programa de desordem, que promovesse enorme incômodo às convenções.

O giro decolonial propõe, conforme Maldonado Torres (2006 como citado em Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 21), um amplo programa de boicote aos pressupostos travados pela lógica modernidade/colonialidade, que abrange a decolonização das ciências, assim como às instituições jurídicas, universitárias, artísticas e políticas, e por que não dizer também as econômicas e midiáticas. O teórico Mignolo (2007, p. 27), similarmente, oferece contribuições nesse sentido ao ressaltar que esse movimento promove uma desconstrução da retórica moderna, onde impera a colonialidade do ser e do saber, por meio da liberdade de pensamento e de outras formas de vida, economia e teorias políticas. Por tudo isso, deduzimos que a orientação decolonial inaugura a hora das vozes marginalizadas terem seu saber, conhecimento e cultura reconhecidas, ou seja, saírem das sombras e arrancarem a reparação histórica que fazem jus pelos séculos de segregação e mutilamento do seu direito de existir.

No entender de Maldonado-Torres (2007, pp. 158 - 161) o giro decolonial dá lugar a um novo humanismo, onde todo homem é reconhecido como membro de uma mesma espécie e deixa de ter o homem branco como medida de sua humanização, portanto, pressupõe a morte do sujeito moderno e pós-moderno formado nos moldes dessa ordem eurocentrada, patriarcal e racializada. O que foi igualmente vislumbrado por Fanon (1968, p. 26) ao declarar que a decolonialidade proporciona o nascimento de novos homens, nova linguagem e nova humanidade.

Outro ponto de suma relevância acerca do pensamento de decolonialidade é que nessa orientação o sujeito dominado não aspira o puro e simples reconhecimento de sua humanização, mas também tem contributos a oferecer, pois durante a sua emancipação liberta também ao seu opressor (Maldonado-Torres, 2007, p. 158). Essa dupla escravidão já era denunciada por Fanon (1968) ao assinalar a responsabilidade do dominado de promover também a libertação do seu dominador, quando declara: “cumpre, portanto, que pesemos da maneira mais opressiva possível

sobre o corpo do nosso carrasco para que seu espírito extraviado reencontre enfim sua dimensão universal” (Fanon, 1968, p. 255).

Assim, o pensamento decolonial pressupõe o reconhecimento dos sujeitos e de saberes de múltiplas origens e não mais somente o que tem por fundamento a perspectiva eurocêntrica/racializada, traço esse que Mignolo (2007, p. 31) denomina como o rompimento com o pensamento único. Essa quebra de paradigma, que para Dussel (1993), deve ser entendido como um ponto de viragem do mundo moderno-colonial para o mundo decolonial-transmoderno, como visto, pode ser realizado em diferentes campos e oportunidades, mas aqui nos interessa analisar a que foi prestada nas mídias digitais durante a mobilização em defesa da Amazônia em 2019.

3.3 Mídia Ninja: midialivrismo²³ em prol da cobertura das queimadas

Dentre toda a rede de iniciativas da mobilização *Pray For Amazon*, que somadas colaboraram para destinar a atenção da opinião pública para as queimadas na Floresta Amazônica e os consequentes efeitos disso, esta pesquisa se voltará a compreender o protagonismo que o coletivo Mídia Ninja assumiu nesse caso, enquanto uma rede pré-existente que estabeleceu conexão com este engajamento. Cabe destacar que esse tipo de colaboração conferida à esta mobilização, como já exposto na seção 3.1, compreende o esforço de *conexão em rede de múltiplas formas*, que, conforme Castells (2017), é uma característica própria de organizações dessa natureza.

Por isso, como recorte empírico, esta investigação se ocupa de analisar a cobertura das queimadas na Amazônia pela Mídia Ninja em sua conta no *Instagram*. Escolha essa justificada tanto por tal coletivo de mídia ter posto em circulação uma série de discursos sobre a crise das queimadas de 2019, como por, valendo-se da internet e das plataformas digitais, atualmente, consolidar-se como uma atuante rede de comunicação contra-hegemônica no Brasil, dispondo de um site de notícias e de contas em plataformas como *Twitter*, *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*. Estas últimas, inclusive, assumem papel de destaque, alcançando a audiência de 2,2 milhões e 3,6 milhões de seguidores, respectivamente, conforme última consulta realizada em maio de 2021.

A Mídia Ninja, anacrônico para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, autodeclara-se como: “rede descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas invisibilizadas pela grande mídia. A partir da lógica colaborativa de produção que emerge da sociedade em rede, conectamos jornalistas, fotógrafos, videomakers, designers, e possibilitamos a troca de conhecimento entre os envolvidos” (Mídia Ninja, 2013a). Tanto essa proposta de um jornalismo livre, que tem por base a defesa do interesse público e de uma comunicação democrática e contra-hegemônica, quanto o extenso apoio e tratamento dispensado à cobertura das queimadas na Amazônia, que será analisado no próximo capítulo, foram critérios decisivos para sua escolha como objeto desta pesquisa.

Como corpus de análise, serão tomadas as postagens realizadas pela conta do *Instagram* @mídiaininja sobre as queimadas na Amazônia. A escolha dessa plataforma se deve a sua franca ascensão, afinal, segundo o Relatório *Digital 2020 October Global Statshot* o *Instagram* ocupa atualmente a 4ª posição entre os aplicativos mais utilizados no mundo, excluindo a China. Posição esta que se repete quando se trata do Brasil, onde fica atrás somente do *YouTube*, *Facebook* e *Whatsapp* (We Are Social e Hootsuite, 2020, p. 118), e também em razão desta ser a plataforma de rede social de maior audiência que a Mídia Ninja gerencia na atualidade, bem como por ter sido, juntamente com o *Twitter*, uma das de maiores destaques durante a mobilização *Pray For Amazon*.

Cabe ressalva que a fundação oficial da Mídia Ninja ocorreu no início de 2013, mas a projeção da rede só veio mesmo com as Jornadas de Junho²⁴, onde assumiram protagonismo cobrindo essa mobilização a partir da perspectiva dos manifestantes, em transmissões ao vivo via *Twitcasting* na sua página do *Twitter* e do *Facebook*, oferecendo assim um contraste com a posição assumida pelos veículos de mídia tradicionais que cobriam o fato de fora da mobilização. Essa iniciativa, por seu turno, lhe conferiu projeção na mídia nacional e internacional, levando a serem citados por veículos como *The New York Times* e *The Guardian*. (Rodrigues, 2018, pp. 86 e 104, Lorenzotti, 2014, p. 15 & Foletto, 2017, p. 142).

Apesar de parecer uma ascensão repentina, a verdade é que a Mídia Ninja se origina como uma extensão midiática da rede Fora do Eixo (FdE), coletivo estruturado desde 2005 para promover eventos culturais e artistas desconhecidos fora do Eixo Rio-São Paulo. Em 2013, o FdE encontrava-se composto por 18 casas coletivas espalhadas pelo país, 91 coletivos integrados e cerca de 650 coletivos parceiros, mantidos via regime de associativismo e cooperativismo, que

deram suporte para a emergência do fenômeno que se tornaram os Ninja (Savazoni, 2014, p. 27; Rodrigues, 2018, pp. 89 e 93).

O surgimento da Mídia Ninja trouxe a proposta ousada de desatrelar a transmissão de notícias de um ato que tivesse por fim a geração de *Commoditie*, ou seja, desconstruir a ideia da mídia como modelo de negócio, que tivesse por fim primeiro gerar lucros (Lorenzotti, 2014, pp. 34-35; Capilé, 2013). Nesse mesmo sentido, a capacidade de articulação da rede também causou assombro devido a, por meio da conexão além-fronteira propiciada pelas mídias digitais, ser capaz de dirigir as discussões na esfera pública e, em alguns momentos, até mesmo incutir uma mudança no discurso da mídia massiva, como marca Foletto (2017, p. 136).

Rodrigues (2018, p. 16) descreve a atuação da Mídia Ninja como comunicação midiativista, que tem seu aparecimento atrelado às condições oferecidas pelas mídias digitais e inspiração no ciberativismo das mobilizações antiglobalização. Em uma leitura deste fenômeno, Savazoni também designa a rede Ninja como sendo representante do midialivrismo, que visa à produção midiática livre dos padrões e controle da mídia convencional, operando assim uma comunicação independente. O autor ainda marca que “a NINJA não é propriamente uma novidade. É parte de um *modus operandi* característico dos movimentos sociais do século XXI” (Savazoni, 2014, pp. 128 e 129). Ambos os autores assinalam a Mídia Ninja como uma rede de comunicação livre e engajada em realizar um movimento contra-hegemônico por meio da internet e das plataformas de redes sociais.

Dada a natureza e a importância do trabalho realizado pela Mídia Ninja, nosso intento no próximo capítulo é verificar quais foram os discursos fornecidos pelo coletivo sobre as queimadas e se estes se assentam na proposta decolonial, bem como avaliar a sua importância para conscientização da opinião pública. Nossa hipótese é que trouxeram abordagens, questões e vozes que foram evitadas ou minimizadas pela maioria da mídia massiva brasileira, oferecendo assim um contraponto à visibilidade e enunciação do dispositivo colonial acionado por estas últimas, como foi indicado no segundo capítulo.

²¹A imagem depois foi apontada pela imprensa como se tratando de uma foto antiga feita por um fotógrafo que morreu em 2003.

²²No original: “Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres (...). La alternativa, en consecuencia, es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial.”

²³Compreende a produção midiática livre dos padrões e controle da mídia convencional, operando assim uma comunicação independente (Rodrigues, 2018, p. 16).

²⁴Mobilização nacional convocada pelo Movimento Passe Livre via a conexão proporcionada pela internet, inicialmente em protesto ao aumento das passagens do transporte público em diversas capitais, e depois expandindo a pautas de lutas diversas como: descontentamento com os serviços públicos; críticas às políticas de gasto do governo; descrença no sistema político brasileiro; defesa do meio ambiente, etc. (Lorezotti, 2014, p. 22).

4 DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA: O JEITO NINJA DE COBRIR OS FATOS

“... Em todos esses anos de tirar, tirar, tirar de nossas terras, vocês não tiveram coragem, nem curiosidade, nem respeito para nos conhecer. Para entender como vemos, pensamos e sentimos, e o que sabemos sobre a vida na Terra. ...não poderei ensinar você nesta carta. Mas o que posso dizer é que tem a ver com milhares e milhares de anos de amor por esta floresta, por este lugar. Amor no sentido mais profundo, como referência. E você está tirando tudo isso, não apenas de nós, mas de todos no planeta e das gerações futuras. E assim digo a todos vocês: a Terra não espera que vocês a salvem, ela espera que vocês a respeitem. E nós, indígenas, esperamos o mesmo.”
(Trecho da carta da Indígena da etnia Waorani, Nemonte Nenquimo)

Neste capítulo, apresentamos as análises de postagens publicadas pela Mídia Ninja durante a crise das queimadas na Amazônia em 2019. Nele também são expostos os resultados e as discussões que foram possíveis travar a partir do levantamento propiciado pelas postagens, bem como por todo o esforço investigativo movido por este estudo. A partir disso, pretendemos pôr em evidência os discursos que foram acionados por este coletivo de mídia, bem como os préstimos oferecidos pelo mesmo ao se propor colocar a opinião pública a par do caso.

Ele está organizado em três seções. Na primeira, trazemos a metodologia de análise, que se baseia no método arqueológico de Foucault e na acepção de Deleuze acerca do conceito foucaultiano de dispositivo, no que entende como as dimensões deste último. Apontamos nela, ainda, os critérios de seleção utilizados para a escolha das postagens, que esteve fundamentado em três pilares: maior quantidade de tratamentos de eixos temáticos decoloniais; maior explicitação de contraste com os eixos temáticos do discurso colonial; e, apenas como aspecto secundário, a maior quantidade de curtidas ou visualizações obtidas.

Já a segunda é destinada exclusivamente para as análises das postagens. Em linhas gerais, notamos que, com frequência, as materialidades discursivas examinadas disponibilizaram contraposições às curvas de visibilidade e enunciação do dispositivo colonial, praticadas por parte significativa da mídia massiva brasileira ao noticiar essa tragédia ambiental, como foi indicado no segundo capítulo deste estudo. O que entendemos como um movimento que insere o discurso decolonial na arena pública, pois revela as queimadas sob o prisma e as vozes as quais trazem à tona aquilo que o discurso colonial mantém nas sombras e indizível.

Na terceira seção, elencamos a colaboração que a Mídia Ninja inseriu, por meio da sua conta no *Instagram*, para que a cobertura das queimadas pudesse ser trazida a partir de uma perspectiva decolonial. Nela apontamos os indícios no discurso evocados nas postagens que atestam essa natureza decolonial, e o fizemos, inclusive, oferecendo para isso um contraponto com o discurso colonial operado pelo JN em suas reportagens sobre o caso. Também acentuamos, nesta, que essa cobertura decolonial das queimadas praticada pela Mídia Ninja se deve em muito ao papel o qual a internet assume enquanto instrumento que oportuniza a ampla veiculação das vozes e pautas contra-hegemônicas. Assim, compreendemos que o protagonismo da Mídia Ninja, ao oferecer sua perspectiva sobre o caso, atesta um movimento de mudança sociocultural, operado com a ajuda das mídias digitais, em que se reclama o giro decolonial.

4.1 Poranga²⁵, machadinha e demais utensílios para extrair enunciados

De acordo com Deleuze (2005, pp. 61-62), a arqueologia se ocupa dos *enunciados*, entendidos como formas de expressão que englobam várias unidades, promovendo com isso um afastamento do sistema significante/significado; assim como das *visibilidades*, que se trata do modo em que a luz incide sobre objetos, qualidades e coisas, revelando certos aspectos em detrimento de outros. Dada essa natureza, o autor sugere que se deve extrair das palavras, frases e proposições, os enunciados, assim como quebrar e arrancar as coisas, objetos e qualidades, obtendo destes as visibilidades. Isso posto, Deleuze marca que a tarefa se mostra dupla, porque tanto deve trazer o dizível quanto o visível das formações históricas, bem como, por reverberação, também elucidar o que com isso foi silenciado e ocultado ao se acionar certas escolhas discursivas.

Foi guiada por essa diretriz foucaultiana, fornecida por Deleuze, que elegemos a delimitação do objeto e do universo, bem como a seleção da amostragem e os critérios de análise utilizados nesta investigação, que serão apresentados a seguir.

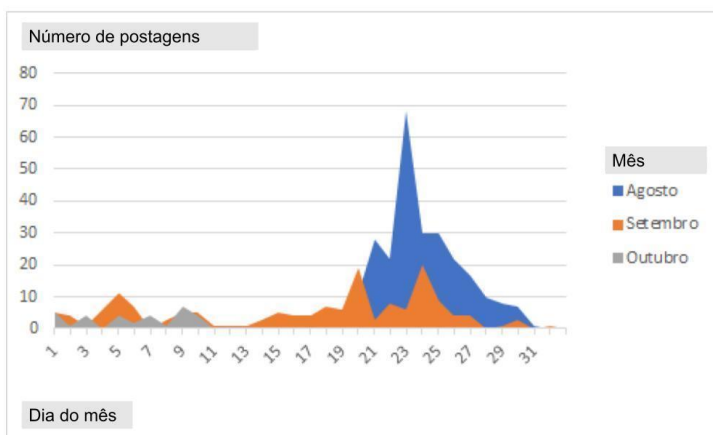
Como objeto de estudo, consideramos a cobertura realizada pela Mídia Ninja, via *Instagram*, das queimadas na Amazônia em 2019. Foram tomadas como universo todas as postagens realizadas na conta *@midianinja*, direta ou indiretamente relacionadas ao tema, no período de 10 de agosto a 10 de outubro de 2019, que contabilizam o total de 454 postagens. A escolha deste intervalo se deve por ele englobar o momento de alta crise das queimadas e, também, o de mais intensidade de postagens relacionadas ao tema, bem como, ainda, por incluir

a antecedência de 10 dias antes da repercussão mundial das queimadas. Cabe ressaltar que a coleta das postagens foi efetuada nos meses de setembro a dezembro de 2019, podendo, após esse tempo, os números de interações (curtidas, visualizações e comentários) terem sofrido alterações.

Ao que parece, como estratégia para manter a acessibilidade e permanência do tema no ciberespaço, a Mídia Ninja realizou um grande volume diário de postagens, principalmente no período de 20 a 28 de agosto, quando foram publicados de 10 a até 68 postagens/dia (Figura 14), em que foram explorados diferentes gêneros: vídeos, ilustrações, charges, imagens, citação de *posts* e *teets* de terceiros, relatos, declamações de rap, música e paródia. Convém destacar que alguns desses materiais publicados não tem autoria da Mídia Ninja, tendo sido produzidos por outras pessoas, organizações ou coletivos e postados na íntegra ou readaptados, conferindo a devida referência.

Figura 14

Número de postagens realizadas ao dia no período analisado.



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Essa parceria com outras fontes parece ser um recurso frequentemente utilizado pelo coletivo para assegurar alto fluxo e abrangência de conteúdo à sua audiência. E mais do que isso, é uma prática que a Mídia Ninja, conforme autodeclaração em seu site (Mídia Ninja, 2013b), aprecia por acreditar na colaboração e na cooperação como formas eficientes de descentralizar e democratizar a comunicação, proporcionando novas alternativas de jornalismo e contraponto à mídia massiva. Como apontado por Savazoni (2014, p. 27) e Rodrigues (2018, p. 93), a Mídia Ninja, desde a sua gênese, conta com a colaboração de coletivos integrados e coletivos parceiros

para se firmar como uma rede, permitindo-lhe cobrir pautas em grande parte do território nacional.

Depois da observação da totalidade do universo das postagens, coletadas por meio do recurso de *Print Screen*, foi possível classificá-las em 6 categorias conforme a abordagem do conteúdo, sendo estas: Protesto e Apoio; Denúncia e Conscientização; Crítica ao Governo; Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e População Local; Crise Diplomática; Convocação. No que tange a discriminação de cada uma delas, listamos:

Protesto e Apoio

Categoria que agrupa postagens acerca das manifestações de protesto no Brasil e no mundo em defesa da Floresta Amazônica, bem como de ações de apoio de celebridades, políticos da esquerda, governos de outros países, empresas, organizações e até do Papa.

Denúncia e Conscientização

Categoria que agrupa postagens relativas a denúncias sobre os crimes ambientais contra a Floresta Amazônica, assim como de ações de conscientização sobre a relação entre as queimadas e o desmatamento, as causas do fogo e, também, acerca da importância ambiental da Floresta Amazônica.

Crítica ao Governo

Categoria que agrupa postagens que prestam uma crítica à condução do governo Bolsonaro durante a crise das queimadas e que elucidam a responsabilidade do presidente pela destruição do bioma Amazônia.

Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e População Local

Categoria que agrupa postagens que apresentam a voz e/ou perspectiva dos povos indígenas, comunidades tradicionais e população local sobre a destruição da floresta e seus impactos.

Crise Diplomática

Categoria que agrupa postagens relacionadas à crise diplomática instaurada entre Brasil e França após as críticas tecidas pelo presidente francês, Emmanuel Macron, em virtude da apatia do governo brasileiro em combater as queimadas.

Convocação

Categoria que agrupa postagens em que a Mídia Ninja faz apelo financeiro para cobrir a destruição na Amazônia mais de perto por meio do envio de um grupo denominado *Brigada Amazônia*, bem como de outras postagens que incitam a participação da audiência nas mobilizações e a colaboração na própria cobertura desses atos, enviando imagens.

De forma compilada, a Tabela 1 elenca o número de postagens que foram realizadas pela Mídia Ninja nos 61 dias (10 de agosto a 10 de outubro), agrupadas por categoria, conforme pode se observar:

Tabela 1

Número de postagens por categoria de abordagem do conteúdo.

Categoria da postagem	Nº de postagens
Convocação	52
Crise Diplomática	13
Crítica ao Governo	84
Denúncia e Conscientização	109
Protesto e Apoio	157
Vozes dos Indígenas, Comunidades Tradicionais e População local	39
Total	454

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

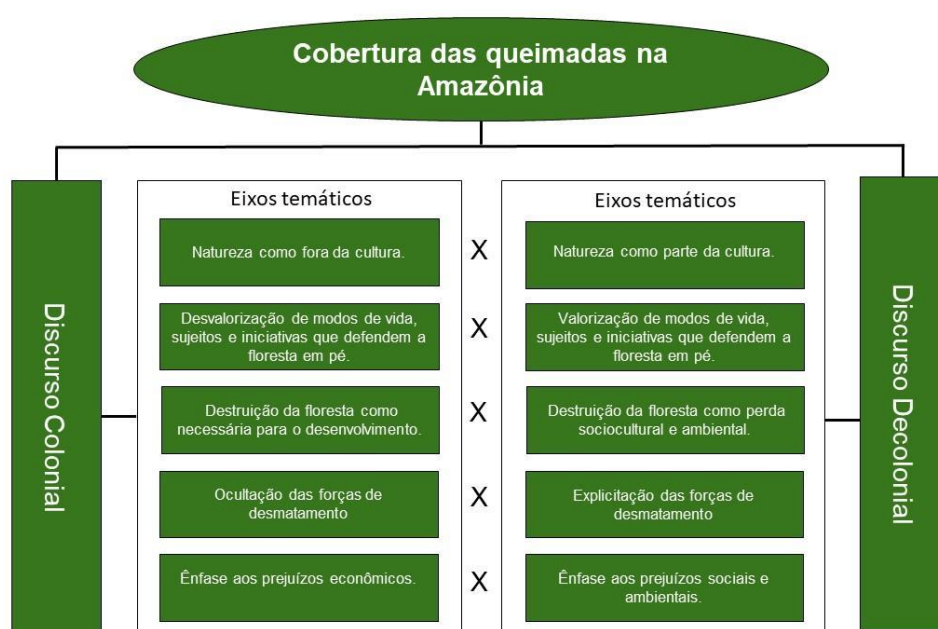
Para o recorte empírico desta investigação foram consideradas apenas quatro categorias que são: (i)*Protesto e Apoio*, (ii)*Denúncia e Conscientização*, (iii) *Crítica ao Governo* e (iv)*Vozes dos Povos Indígena, Comunidades Tradicionais e População Local*. Seleção que se deve a estas tratarem mais propriamente da tragédia ambiental em si, bem como de suas causas e prejuízos. As quatro categorias somadas totalizaram 389 postagens.

Tendo em conta o levantamento realizado no segundo capítulo sobre a colonialidade, principalmente no que tange a colonialidade da apropriação da natureza, e ainda o de decolonialidade explicitado no terceiro capítulo, observamos que, de modo geral, essas quatro categorias atestam que a Mídia Ninja abordou as queimadas na Amazônia a partir de uma

perspectiva decolonial, contrapondo assim a perspectiva colonial com que parte relevante da mídia massiva brasileira a havia tratado. Como foi possível notar, cada uma dessas categorias de abordagens do conteúdo trouxe uma série de discursos, nos quais detectamos a presença de 5 principais eixos temáticos e, para melhor explicitá-los, elaboramos um diagrama (Figura 15), no qual é possível ver que para cada eixo temático do discurso colonial temos um eixo temático do discurso decolonial em contraposição.

Figura 15

Diagrama dos eixos temáticos tratados na cobertura das queimadas na Amazônia a partir do discurso colonial versus decolonial.



Nota: Diagrama produzido a partir das ponderações de Mignolo (2017), Maldonado-Torres (2007) e Assis (2014) acerca da colonialidade na esfera de domínio da apropriação da natureza e dos recursos naturais.

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa.

Foi partindo destes parâmetros que para o *corpus* da análise, selecionamos uma amostra de 8 postagens (aqui entendidas como materialidades discursivas), sendo 2 de cada uma das quatro categorias de abordagem do conteúdo (Tabela 2), segundo três critérios: maior quantidade de tratamento de eixos temáticos decolonial na postagem; maior explicitação de contraste com os eixos temáticos do discurso colonial; e, apenas como aspecto secundário, a maior quantidade de curtidas ou visualizações obtidas.

Tabela 2*Lista de postagens selecionadas para análise.*

Postagem analisada	Nº Curtidas/ Visualizações	Abordagem conteúdo	do	Eixos temáticos tratados
Postagem texto/ilustração, publicada no dia 29 de agosto de 2019	27,3 mil curtidas	Denúncia Conscientização	e	Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.
Postagem texto/vídeo, publicada no dia 17 de setembro de 2019	24,9 mil visualizações	Denúncia Conscientização	e	Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.
Postagem texto/imagem, publicada no dia 20 de agosto de 2019	122 mil curtidas	Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais População Local	e	Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.
Postagem texto/ vídeo, publicada no dia 28 de agosto de 2019	65,3 mil curtidas	Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais População Local	e	Natureza como parte da cultura; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.
Postagem texto/imagem, publicada no dia 24 de setembro de 2019	85 mil curtidas	Crítica ao Governo		Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.
Postagem texto/imagem, publicada no dia 26 de agosto de 2019	48,7 mil curtidas	Crítica ao Governo		Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Explicitação das forças de desmatamento.
Postagem texto/vídeo, publicada no dia 26 de agosto de 2019	45,1 mil visualizações	Protesto e Apoio		Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.
Postagem texto/imagem, publicada no dia 25 de agosto de 2019	109 mil curtidas	Protesto e Apoio		Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Durante o esforço analítico dessas materialidades discursivas, olhamos para os eixos temáticos tragos nelas levando em consideração as duas primeiras dimensões do dispositivo de Foucault sugeridas na obra de Deleuze (1996), que se referem às curvas de visibilidade e às curvas de enunciação. Mais especificamente nos interessou avaliar a contraposição que as postagens ofereceram a essas dimensões do dispositivo colonial. Dimensões estas que, como visto no segundo capítulo, foram copiosamente acionadas por parte da mídia massiva brasileira durante a cobertura das queimadas ao evitar ou minimizar o fato de que na Amazônia o fogo está frequentemente ligado a ação humana, ou seja, tem origem intencional e criminoso; ao deixar de tratar com a devida profundidade a relação do aumento nos focos de queimadas com o aumento do desmatamento no território, dispensando assim a menção da responsabilidade das atividades agropecuárias e madeireiras ilegais nisso; ao silenciar os sujeitos diretamente afetados por este impacto ambiental, como indígenas, comunidades tradicionais e população local, denotando-lhes inferioridade; ao pôr em segundo plano a perda ambiental e humana em detrimento da econômica, em nítida compreensão da natureza como recurso que deve ser convertido em dividendos.

Destarte, em síntese, supomos que se poderá falar em reversão a essas dimensões do dispositivo colonial quando as materialidades discursivas trouxeram à tona discursos e perspectivas que foram escondidas e silenciadas acerca das queimadas, acionando assim um giro decolonial no discurso ao jogar luz sobre fatos, sujeitos e relações que eram mantidos no regime de sombras, dizendo o que era indizível sobre o trato do homem com a natureza e o lado perverso da modernidade.

4.2 O discurso decolonial na sua timeline: NINJA em defesa da Floresta Amazônica

A *primeira postagem* analisada foi publicada no dia 29 de agosto de 2019 (Figura 16) e obteve 27,3 mil curtidas e 355 comentários. No que tange ao conteúdo abordado, pertence à categoria *Denúncia e Conscientização*. Entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.

Figura 16

Postagem texto/ilustração publicada no dia 29 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 29 de agosto).

Nesta postagem se trouxe uma ilustração de autoria da conta *@arvoreagua*, em que se indica que o fogo na Amazônia é acionado pelo agronegócio. A peça é composta por 4 quadros, no primeiro o personagem, caracterizado como um fazendeiro, atea fogo a uma área de floresta deliberadamente, enquanto uma árvore em chamas, personificada, denuncia que o fogo na Amazônia não tem uma causa natural e sim é provocado por ação humana. Na sequência, apresenta-se um gráfico, meramente sugestivo, para destacar que não se deve tomar o período de seca na Amazônia como sinônimo de queimada, reforçando, assim, a ideia do quadro 1, de que o fogo na Amazônia é proposital. Na evolução do enredo se indica, ainda, que após a queima das áreas os fazendeiros convertem o terreno em pasto, o que foi retratado no quadro 3, quando aparecem bois pastando em um terreno recém desmatado e limpo pelo fogo. O último quadro, por seu turno, no qual aparece um personagem prestes a comer um bife tendo ao fundo um cenário de desertificação, escracha a responsabilidade que os consumidores também têm nesta cadeia de destruição da floresta, ao não checar a procedência da carne que chega até a sua mesa.

A postagem traz um texto, também de autoria da conta *@arvoreagua*, no qual se argumenta, a partir de apontamentos científicos, que o fogo não é uma evolução esperada para o bioma Amazônia, devendo, portanto, ser encarado como uma ocorrência não natural e indesejável. Em seguida, elucida-se mais claramente a responsabilidade humana por esta

tragédia, destacando o episódio do *Dia do Fogo*, que consistiu em queimadas criminosas de extensas áreas de floresta no Estado do Pará, no dia 10 de agosto, orquestrada por grileiros e produtores rurais. Dessa forma, o combinado de ilustração e texto explicitam as forças que operam essa destruição, indicando que as queimadas na Amazônia estão atreladas a atos ilegais operados para o crescimento do setor agropecuário, que são consentidos pelo governo atual. Não foram utilizadas *hashtags* na publicação.

Ao evidenciar que a destruição da Floresta Amazônica está perpassada por relações de poder, pondo em xeque que há forças operando esse colapso ambiental, imprime-se uma reversão no discurso do governo e de parte da própria mídia massiva de que o aumento do número de queimadas se deveu às condições climáticas. Isto está posto no quadro 2 da ilustração, no qual se refuta diretamente a proposição de que existe um “período de queimadas” (expressão traga em várias das declarações dos representantes do governo nas reportagens do JN), esclarecendo que o período de seca não pode ser visto como um implicador direto das queimadas na Amazônia.

Nos parece válido pôr em nota aqui que o JN não se preocupou em elucidar a natureza errônea da expressão “período de queimadas”, no entanto, o fez para esclarecer o equívoco da expressão “a Amazônia é o pulmão do mundo” evocada nas declarações do presidente francês e, também, de um representante da ONU. Inclusive, reservando para isso uma matéria exclusiva no dia 23 de agosto. Uma das coisas que se pode inferir disso é que, para o JN, dizer que a floresta não é tão importante como pensam, foi indispensável, enquanto dizer que o clima seco não é justificativa para as queimadas não teve qualquer relevância. Escolha discursiva essa que revela a posição colonial assumida pelo noticiário.

O bife no prato, no ato final da ilustração, proporciona a conscientização de que os consumidores também integram essa cadeia de destruição da Amazônia. E, por isso mesmo, podem promover um rompimento com isso, optando por um consumo que assegure a preservação da floresta. Desse modo, o enunciado funciona como catarse, proporcionando aos sujeitos o reconhecimento de sua condição de alienação e instrumento de violência para, a partir disso, operar uma ruptura.

Como vimos, nessa perspectiva de apresentação dos fatos, os prejuízos ambientais das queimadas ocupam papel central, pondo a perda da biodiversidade como prejuízo de valor incalculável, por isso assegurar a floresta em pé é evocado como fundamental. Esse é um discurso que se pode facilmente perceber na ilustração quando se demonstra na sequência dos

quadros que as queimadas convertem um ambiente saudável e rico em biodiversidade a um desertificado e pobre em espécies. O que é diametralmente oposto ao que foi enfatizado pela cobertura realizada por parte da mídia massiva, que evidenciou muito mais os prejuízos econômicos provocados pelo fogo, como o dano às lavouras e fazendas.

Por tudo isso, vemos que este enunciado imprime uma contraposição às curvas de visibilidade e de enunciação operada pelo dispositivo colonial, afinal, joga luz sobre o que estava na sombra e diz o que não era dito sobre as implicações ambientais da expansão do agronegócio no Brasil. Logo, vemos que este enunciado evidencia não só o não dito, como também interdita as proposições colocadas como verdade pelo dispositivo colonial.

A *segunda postagem* selecionada foi publicada no dia 17 de setembro de 2019 (Figura 17) e obteve 24,9 mil visualizações e 43 comentários. Quanto à abordagem do conteúdo, pertence à categoria *Denúncia e conscientização*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.

Figura 17

Postagem texto/vídeo publicada no dia 17 de setembro de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 17 de setembro).

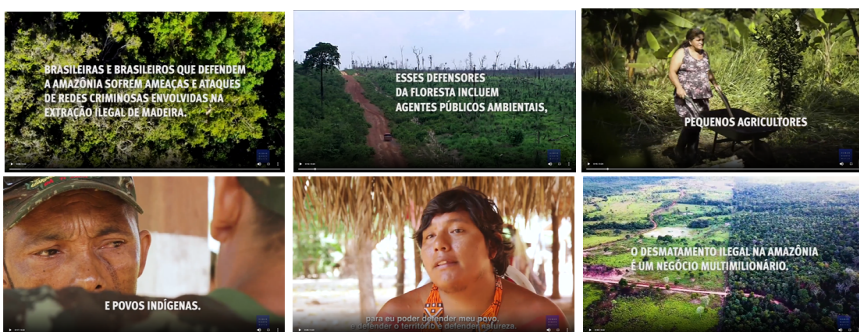
Na postagem se traz a versão compacta de um vídeo produzido pela organização internacional de direitos humanos *Human Rights Watch* (HRW), em que se aponta que a destruição da floresta está permeada de coação e violência contra os sujeitos que a ela se opõem. O vídeo original encontra-se disponível no canal do *YouTube* da organização e tem a duração total de 9:47 minutos, enquanto a versão disponibilizada pelo coletivo teve duração de apenas 3:24 minutos e, diferente da primeira, recorreu ao recurso de texto em tela em substituição a alguns trechos narrados.

No texto que compõe a postagem, a Mídia Ninja divulga o relatório *Máfia dos Ipês*, publicado recentemente pela HRW. De forma suscita, confere louvor ao trabalho da organização de revelar a violência desencadeada pelo desmatamento e pelas queimadas na Amazônia, bem como a impunidade de frear esses crimes, trazendo para isso o relato de muitas pessoas que sofrem perseguição por defenderem a floresta. Não foram utilizadas *hashtags* na publicação.

A produção audiovisual, assim como o relatório sugerido como leitura na postagem, são materiais que denunciam a existência de uma rede criminosa de destruição da Floresta Amazônica a qual, frequentemente, ameaça de morte agentes públicos, pequenos agricultores e indígenas, como foi imputado nos *frames* destacados (Figura 18). Essa se mostra uma escolha discursiva que traz ao palco das discussões os perigos enfrentados por aqueles que defendem a floresta, por meio do relato desses próprios sujeitos. O que não foi, por exemplo, praticado pela cobertura do maior noticiário da TV aberta brasileira, que em nenhum momento tratou deste assunto, deixando, assim, na sombra tão grave realidade que está por trás do aniquilamento da Amazônia.

Figura 18

Frames 1 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019.



Nota: Montagem de *frames* feita pela autora da pesquisa.

Propriamente acerca do fogo na Amazônia, no vídeo se assegura que ele não tem origem natural e sim que é resultado da última etapa do processo de destruição da floresta nativa para a conversão em áreas de pastagem ou agricultura. Há um forte apelo didático de esclarecer que primeiro se parte para a exploração das madeiras nobres, para em seguida eliminar as de menor porte e, finalmente, realizar a limpeza da área recém desmatada, ateando fogo a toda vegetação remanescente, como se depreende nos *frames* a seguir (Figura 19). E essa elucidação no vídeo é fornecida por um indígena da etnia Caiapó. Assim, vemos um tácito contraste com a cobertura realizada pela mídia massiva, que no período acompanhado não trouxe um único relato de indígena, população local ou comunidade tradicional afetada pelo fogo, e muito menos revelou essas etapas da destruição.

Figura 19

Frames 2 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019.



Nota: Montagem de *frames* feita pela autora da pesquisa.

Uma das linhas de abordagem no vídeo explicita que o governo Bolsonaro tem promovido políticas de enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), e se eximido de oferecer qualquer garantia ou proteção aos indígenas e demais grupos que defendem a floresta, inclusive, apoiando abertamente as redes criminosas de extermínio e exploração do bioma Amazônia (Figura 20). O que, segundo a análise de agentes públicos incorporada à narrativa no vídeo, acaba sendo um estímulo para o aumento de infrações ambientais e violência contra os defensores da floresta.

Figura 20

Frames 3 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 17 de setembro de 2019.



Nota: Montagem de *frames* feita pela autora da pesquisa.

Contudo, vemos que o vídeo coloca os sujeitos frente a um momento crítico, em que a floresta e a vida de seus defensores estão fadadas ao pior, caso não se imprima uma reversão a esse modelo de desenvolvimento. Elucidando assim a realidade perversa que está por trás do fogo no bioma Amazônia, de que existem agentes que lucram acionando essa destruição e que, inclusive, vem recebendo o aval do governo Bolsonaro para isso. O que, no vídeo, é denunciado diretamente pelos moradores locais e indígenas que têm seus modos de vida ameaçados por esse regime de aniquilamento ambiental.

Dessa forma, a Mídia Ninja põe em circulação um discurso que, por diversas vezes, reverte as curvas de visibilidade e enunciabilidade do dispositivo colonial, afinal, traz à superfície uma realidade que é evitada e recolhida ao regime de sombra, bem como diz o que é mantido em silêncio ou é dito em voz baixa e superficialmente.

A *terceira postagem*, publicada no dia 20 de agosto de 2020 (Figura 21), recebeu 122 mil curtidas e 1.409 comentários. E, segundo a abordagem do conteúdo, está agrupada na categoria *Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e População Local*. No que diz respeito aos eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.

Figura 21

Postagem texto/imagem publicada no dia 20 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 20 de agosto).

Na postagem foi apresentada uma imagem da escuridão que tomou a cidade de São Paulo em plenas 15 horas da tarde, no dia 19 de agosto de 2019. A imagem mostra a cidade tomada por trevas densas que tornaram necessário que a iluminação urbana fosse acionada antes da hora habitual. Ao fundo, em vez do céu da imagem original, temos um céu aterrorizante que faz uma referência direta a série americana *Stranger Things*. Essa manipulação tem a intenção de gerar estranheza e desconforto, conferindo dramaticidade ao episódio, no intento de ressaltar se tratar de um alerta de colapso climático.

O texto escolhido para acompanhar a imagem é de autoria do líder indígena Xamã²⁷ Davi Kopenawa Yanomami, e trata-se de um trecho da epígrafe do livro *A queda do céu*, produzido pelo indígena em conjunto com Bruce Albert. Nele temos contato com a cosmologia do povo Yanomami, em que se narra que os perigos da destruição imprimida pelo homem branco pode levar ao desequilíbrio total da natureza e com isso afastar os espíritos que protegem os indígenas, como fica explícito no fragmento: “Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger”. Em outro excerto se ressalta que assim o mundo será consumido pela desolação e morte, e quando não restar mais nenhum xamã vivo o céu cairá, pondo fim a nossa existência. Com isso, vemos que a narrativa é evocada na postagem para

indicar que a escuridão de São Paulo é resultado da ação predatória do homem para com a natureza e que pode ser um indício de que estamos perto do fim temido pelo povo Yanomami. Dessa forma, a profecia do líder indígena se mostra dotada de lucidez, pois nos inclina à percepção do absurdo e dos perigos que os padrões de vida da sociedade contemporânea têm promovido. As *hashtags* usadas na publicação foram: #queimadas #meioambiente #xamanismo #povosindigenas #cosmovisao #davikopenawa.

Esse descortinar da cosmologia Yanomami pela voz de um dos seus membros aciona na postagem uma contraposição a curva de visibilidade e enunciação do dispositivo colonial, que, em geral, mantém os povos indígenas em posição de marginalização, barbárie e descrédito. Com o *post* a Mídia Ninja doa espaço de fala a esses sujeitos e faz uma escolha discursiva que atribui legitimidade à cosmologia indígena, que entende a natureza como parte da cultura, portanto, de valor inestimável, já que é imprescindível à vida, o que coloca em xeque que a orientação colonial, enxergando-a como fora da cultura, é descabida.

Outro ponto em que as curvas de visibilidade e de enunciação do dispositivo colonial são contrapostas nesta materialidade discursiva se refere ao momento em que se joga luz ao enorme prejuízo ambiental cujo céu da cidade paulistana estampava, trazendo à tona que, mais do que um fenômeno climático, aquele se tratava de um reflexo do avanço da destruição da Floresta Amazônica. Escolha discursiva essa que, como notamos, foi evitada por parte significativa da mídia massiva brasileira ao noticiar o fato, que preferiu jogar luz sobre a estranheza da escuridão – mencionando apenas genericamente que foi um fenômeno provocado pela fuligem de “queimadas – e manter nas sombras o fato de que essas queimadas ocorriam na Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, que possui papel importante para regulação do clima no Brasil e em todo o planeta.

A *quarta postagem* foi publicada no dia 28 de agosto de 2019 (Figura 22) e obteve 65,3 mil curtidas e 118 comentários. No que se refere ao conteúdo da abordagem, pertence à categoria *Vozes dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e População Local*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural.

Figura 22

Postagem texto/ vídeo publicada no dia 28 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 28 de agosto).

Na postagem se traz um vídeo, com duração de 1:39 minutos, em que lideranças da etnia Ashaninka, do estado do Acre, fazem um alerta dos males resultantes da destruição da Amazônia. A produção audiovisual, por primeiro, mostra *frames* da floresta em chamas em um sobrevoo pela região, orientado pelo líder Ashaninka e presidente da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (Opirj), Francisco Piyãko (Figura 23). Em seguida, alternando as imagens da destruição, temos *frames* da aldeia Ashaninka, dos rios, da flora, da fauna e da relação harmoniosa que essa comunidade estabelece com o ecossistema amazônico. Essas cenas são intercaladas com outras em que Francisco Piyãko alerta que a destruição da Floresta Amazônica impacta a vida das comunidades locais e traz mudanças drásticas em âmbitos nacionais e até mundiais, como argumento de reforço dessa ideia, ele cita que a escuridão em São Paulo está querendo nos dizer que a natureza está no limite. Por fim, o vídeo é encerrado com as palavras de outra liderança Ashaninka, Benki Piyãco, afirmando que a etnia presta grande serviço para a floresta e que, por isso, deve servir de inspiração ao governo brasileiro e à humanidade como um todo. Reforçando essa retórica, nos minutos finais se apresentam imagens aéreas em que é possível ver que o entorno da aldeia Ashaninka é uma extensa área preservada.

Figura 23

Frames 1 do vídeo disponibilizado na postagem publicada no dia 28 de agosto de 2019



Nota: Montagem de *frames* feita pela autora da pesquisa.

O texto do *post* é utilizado para apresentar que, no vídeo, o líder Ashaninka dará um recado ao mundo sobre a importância da Amazônia e do papel dos povos indígenas na preservação da biodiversidade e também o protagonismo desses sujeitos em denunciar o descaso das políticas ambientais do governo Bolsonaro. As *hashtags* escolhidas para categorizar o conteúdo do post foram: #Amazonia #342Amazonia #ActForTheAmazon #PovosIndigenas. Não é dada qualquer informação sobre a autoria do vídeo, portanto, não podemos assegurar que se trate de uma produção da Mídia Ninja.

Por meio dessa postagem, a Mídia Ninja promove mais uma vez um rompimento com as primeiras dimensões do dispositivo colonial. Vemos isso quando em lugar da recorrente inferiorização e brutalidade atribuídas aos sujeitos indígenas pela ordem hegemônica eurocentrada, essa materialidade os coloca em posição de guardiões da floresta, dando-lhes espaço de fala por reconhecer sua sabedoria. O que marca, portanto, uma autorização de discursos, outrora interditados sobre essas etnias, e, sobretudo, põe a audiência em contato com a cosmologia dos povos indígenas, que atribuem um valor preponderante à conservação da floresta, porque justamente compreendem a natureza como parte da sua cultura, e não como algo que lhes é exterior, como é incutido pela cosmologia e episteme colonial.

A escolha discursiva de tratar as queimadas na Amazônia a partir da perspectiva dos indígenas da própria região, que é o que faz o vídeo nesta postagem, considera não somente a existência, mas a dignidade desses sujeitos, investindo-os de saber. Além disso, rompe com o silenciamento imposto pelo dispositivo colonial a essa minoria que é afetada diretamente pelos prejuízos causados pelas queimadas, oferecendo à opinião pública a real compreensão e

dimensão dos impactos causados pelo fogo na Amazônia e, inclusive, chamando atenção para a importância da preservação de nossa biodiversidade.

A quinta postagem analisada foi publicada no dia 24 de setembro (Figura 24) e obteve 85 mil curtidas e 520 comentários. O conteúdo da abordagem corresponde à categoria *Crítica ao Governo*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.

Figura 24

Postagem texto/imagem publicada no dia 24 de setembro de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 24 de setembro).

Na postagem tivemos uma imagem que descredibiliza o enunciado colonial de que os indígenas são “incivilizados”. A peça é composta em duas cenas, em preto e branco, contrapostas, em que Bolsonaro aparece de um lado esbravejando, apontado como acusado pelo Tribunal de Haia pela negligência em proteger a floresta; e do outro lado a liderança indígena Cacique Raoni Metuktire da etnia Caiapó, ativo, indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2020 pelo protagonismo na defesa dos povos indígenas e da floresta. No topo da imagem, em caixa alta, se tece o questionamento: “Quem é o selvagem?”.

O texto que acompanha a postagem é iniciado com a citação de uma declaração de Bolsonaro na 74ª Assembleia-Geral da ONU em Nova York: “Acabou o monopólio do senhor

Raoni”, ironizando assim a estupidez e falha do presidente em ferir a imagem do Cacique Caiapó. Também se argumenta no texto que a acusação de Bolsonaro de que os indígenas são responsáveis pelas queimadas é infundada. E, em desfecho, se oferece a indagação: “Quem é o primitivo agora?”. As *hashtags* usadas na publicação foram: #BolsonaroMente #BolsonaroEnvergonhaOBrasil #BolsonaroVergonhaMundial #StopBolsonaro #UNGA.

Por meio desta postagem, destaca-se o papel dos povos indígenas na defesa e conservação da floresta, o que os coloca como sujeitos imprescindíveis para serem ouvidos durante a cobertura das queimadas na Amazônia. Já Bolsonaro é posto como aquele que atenta contra a natureza e, portanto, contra a vida, em uma aberta crítica à orientação colonial, em que o homem branco é a medida da civilidade e em que vigora a permissividade da destruição da floresta. Assim, notamos que as curvas de visibilidade do dispositivo colonial, que colocam o indígena como nativo inculto que precisa ser “civilizado”, são contrapostas neste enunciado ao fulgurarem este sujeito como dotado de coerência e mérito, como aquele que tem muito a ensinar ao “não-indígena” sobre a importância de manter uma relação harmoniosa com a natureza.

Deste modo, notamos uma clara distinção entre a cobertura da Mídia Ninja e a realizada pela mídia massiva, uma vez que, como visto durante o período analisado, quando o JN precisou mencionar em suas reportagens que as queimadas atingiram terras indígenas, o fez sem ouvir um único desses sujeitos, limitando-se a trazê-los como figurantes na cena ou nem sequer isso. Essa escolha discursiva nos revela a posição colonial do veículo de inferiorizar esses modos de vida e de dispensar marcar as perdas culturais resultantes dessa destruição.

As indagações persistentes na imagem: “Quem é o selvagem?” e no texto: “Quem é o primitivo?” embatem diretamente a curva de enunciação do dispositivo colonial, ao descredibilizar a afirmação de que os nativos são selvagens que precisam de qualquer tipo de “humanização”. O discurso enunciado, no combinado imagem/texto, utiliza-se da indicação ao Prêmio Nobel da Paz do líder Caiapó para atestar a total dignidade e civilidade dos indígenas que doam préstimos como guardiões da floresta e, inclusive, recebem reconhecimento internacional por esse feito. Dessa forma, as proposições discursivas coloniais que desmerecem as culturas indígenas são refutadas nessa materialidade.

A *sexta postagem* analisada, que foi publicada no dia 26 de agosto de 2019 (Figura 25), obteve 48,7 mil curtidas e 443 comentários. O conteúdo da abordagem pertence à categoria *Crítica ao Governo*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos:

Natureza como parte da cultura; Explicitação das forças de destruição da floresta; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Explicitação das forças de desmatamento.

Figura 25

Postagem texto/imagem publicada no dia 26 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 26 de agosto).

Nesta postagem se traz uma imagem, de autoria da Mídia Ninja, com uma área da Floresta Amazônica consumida pelo fogo intenso. Como titulação da imagem, é fornecida uma tarja com a afirmação de que o Ibama havia sido alertado com brevidade a respeito do conluio feito por fazendeiro para atear fogo ilegalmente no território amazônico. O texto do post reitera a denúncia, assegurando que as autoridades cabíveis do governo foram prevenidas da ação criminosa que ficou conhecida como *Dia do Fogo*. Nele se destaca, ainda, a sanção que o Ministério Público pode aplicar caso seja comprovada a responsabilidade dos produtores rurais pelo ato.

O texto e o registro imagético da destruição trago na postagem tanto dizem como fazem ver que as queimadas na Amazônia não podem ser imputadas pura e simplesmente ao fator climático, uma vez que, por trás delas, existe a ação humana de grupos interessados em rentabilizar o desmantelamento do bioma, ou seja, perpassam relações de poder que pretendem converter a mata nativa em território economicamente produtivo, ignorando assim todo o valor

em si da floresta. O que para nós é um esforço claro de promover mais uma vez a contraposição das curvas de visibilidade e enunciação do dispositivo colonial.

Essa materialidade discursiva demonstra, portanto, que a destruição da Amazônia é orquestrada e que o próprio governo gera permissividade a esta realidade, o que se evidencia pelo descompromisso dele em assegurar ações de combate aos crimes ambientais, que, como fica posto na postagem, foi o que ocorreu na crise de queimadas de 2019. A partir desse enunciado, o valor da floresta em pé é colocado como mais profícuo do que reduzi-la a recurso industrial ou agropecuário, obtendo dela apenas préstimos percíveis. O que é um arranjo discursivo que refuta a concepção colonial que ignora o aniquilamento da natureza quando este resulta em dividendos, o que parece ter sido colocado pelo JN ao evitar dar evidência a essa ordem antrópica que aciona o fogo.

A sétima postagem foi publicada no dia 26 de agosto (Figura 26) e obteve 45,1 mil visualizações e 98 comentários. Conforme a abordagem do conteúdo, está agrupada na categoria *Protesto e Apoio*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Natureza como parte da cultura; Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.

Figura 26

Postagem texto/vídeo publicada no dia 26 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 26 de agosto).

Na postagem temos um vídeo que exhibe atos do protesto realizado pelo movimento Empate Pela Amazônia, na cidade de Rio Branco (capital do estado do Acre), uma das afetadas diretamente pelo aumento das queimadas. Por meio dele é possível conferir uma série de *frames* que mostram homens, mulheres, jovens, crianças e até famílias inteiras em manifestação, exibindo cartazes com frases de indignação com as queimadas e crítica ao governo Bolsonaro. Alguns desses manifestantes, inclusive, aparecem usando máscaras como forma de denunciar a dificuldade de respirar provocada pelas queimadas no estado. Durante a passagem dos *frames*, ao fundo se ouvem palavras de ordem proferidas por uma jovem durante a mobilização, seguidas de coro e sons de tambores e maracás, em que ela exalta a necessidade de reconhecimento dos povos da floresta, dos acreanos, em um pedido por um *empate* (termo que será esclarecido no parágrafo seguinte).

A produção audiovisual inteira faz referência ao seringueiro e ambientalista brasileiro Chico Mendes²⁸, seja trazendo seu rosto estampado em cartazes, camisetas, estátua, ou na evocação de seu nome, suas palavras e estratégias de luta. O próprio vocábulo *empate* que dá nome ao movimento e é usado frequentemente nas palavras evocadas pelos militantes, é uma referência a uma tática de luta criada por Chico Mendes para impedir as investidas de destruição da floresta, que consiste em alinhar mulheres, jovens, crianças e anciãos formando uma barreira para impedir o avanço de máquinas e de jagunços ordenados pelos patrões a derrubar a floresta. É, portanto, um ato de resistência pacífico que visa gerar a sensibilização e levar a desistência do ataque dos madeireiros e latifundiários, gerando assim um empate, daí o termo.

A partir do texto que acompanha o vídeo no post, esclarece-se que a mobilização se trata de uma, entre muitas outras previstas pelo movimento Empate Pela Amazônia, em defesa do bioma Amazônia, ao mesmo tempo em que denuncia o descaso e conivência do governo com as queimadas e o desmatamento. Além disso, também traz uma declaração do próprio Chico Mendes, concedida durante uma entrevista para o Jornal do Brasil, 13 dias antes de sua morte, na qual ele explica o que é um *empate*. Ao fim, por meio das *hashtags* #AmazoniaFicaBolsonaroSai #AmazoniaSimSallesNão clama-se abertamente pela saída do presidente Bolsonaro e do ministro do meio ambiente.

Tomemos atenção que esse enunciado traz a perspectiva e a indignação de amazônidas²⁹ sobre as queimadas. Com isso, a Mídia Ninja ofereceu um lugar de fala àqueles que defendem a

floresta por sentirem de perto os efeitos do fogo. Enxergamos nisso uma vigorosa reversão das curvas de visibilidade e enunciação do dispositivo colonial, já que põe no centro da atenção e escuta àqueles que têm seus modos de vida e interesses subtraídos diretamente por essa destruição, sujeitos estes que, na diretriz étnico-racial eurocêntrica, são marginalizados e, assim sendo, similarmente aos indígenas, não emergiram na cobertura do JN sobre as queimadas.

Essa escolha discursiva do noticiário de não destacar os malefícios que as queimadas trazem para os sujeitos que vivem na Amazônia é reflexo de uma inferiorização que põe à parte algumas regiões do Brasil. Isso, segundo Neves (2020, junho 22), explica-se porque o dispositivo colonial não se desenvolve de forma homogênea e, a nível interno, a atuação dele põe a região norte e nordeste, diante do restante do Brasil, como lugares de subdesenvolvimento e subalternidade, ocorrência que se deve à aplicação da hierarquia eurocêntrica/ racializada numa esfera local.

O prevalente apelo à figura de Chico Mendes, ativista reconhecido mundialmente pela defesa da floresta, é um recurso discursivo que põe as comunidades tradicionais da Amazônia como dignas de estima por prestarem o serviço de salvaguardar a floresta, já que seus modos de vida dependem diretamente da floresta em pé, o que em âmbito regido pela colonialidade não costuma ser mencionado, não ganha importância. Dessa forma, a Mídia Ninja dirige o olhar da audiência sobre modos de vida e práticas que apresentam resistência ao paradigma modernidade/colonialidade.

Já a *oitava postagem* analisada foi publicada no dia 25 de agosto de 2019 (Figura 27) e obteve 109 mil curtidas e 1.067 mil comentários. Quanto à abordagem do conteúdo, pertence à categoria *Protesto e Apoio*. E entre os eixos temáticos decoloniais tratados, por primazia encontramos: Destruição da floresta como perda ambiental e sociocultural; Valorização de modos de vida, sujeitos e iniciativas que defendem a floresta em pé.

Figura 27

Postagem texto/imagem publicada no dia 25 de agosto de 2019.



Fonte: Mídia Ninja (2019, 25 de agosto).

Nesta postagem a Mídia Ninja traz uma imagem do cantor Caetano Veloso durante a participação em uma mobilização em defesa da Amazônia, realizada no Rio de Janeiro. Nela o cantor aparece no plano principal tendo ao fundo, em desfoque, o que parece ser outros manifestantes. A composição em preto e branco da imagem, o rosto pintado, o semblante sério, além do olhar compenetrado do artista vão compondo uma narrativa que nos leva a ler a mobilização como um momento que requer nosso engajamento. O que também deduzimos pelo que não está dito, ou seja, o que podemos recuperar fora da imagem, afinal, o cantor tem uma história de vida ligada à resistência por ter sido um dos perseguidos, presos e exilados políticos durante a ditadura militar no Brasil, o que confere a sua participação no protesto um peso a mais, porque representa um apoio não só como artista de grande projeção no país, mas também como um militante histórico, que tem sua vida marcada pelo ato político e que ocupa o plano principal na imagem como um mártir.

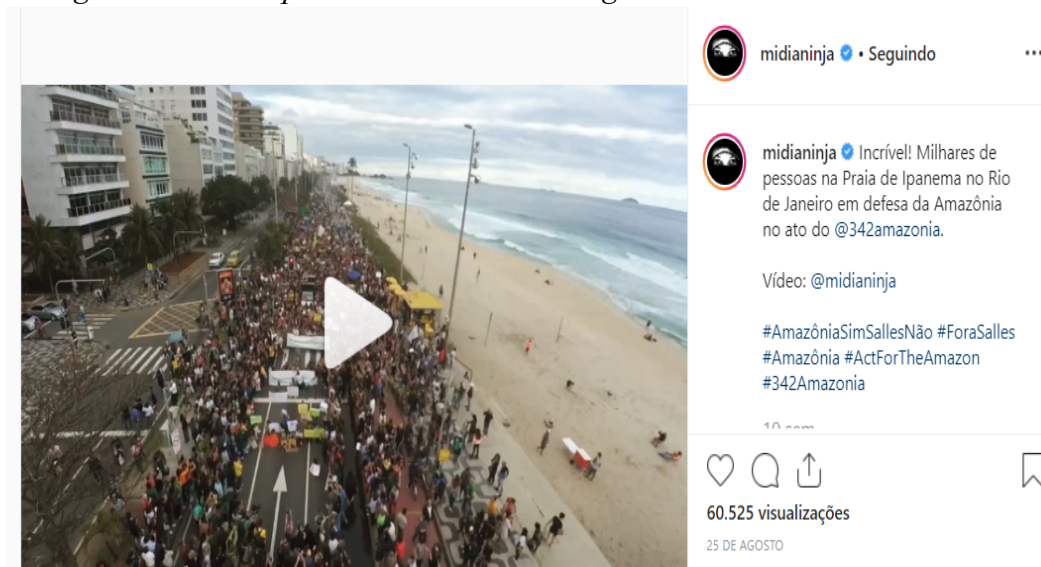
Acompanhando a imagem, a Mídia Ninja traz uma frase que referencia um trecho da canção “Podres Poderes” de autoria do próprio Caetano, onde se lê: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes, @caetanoveloso está na rua lutando pela Amazônia”. A partir desta proposição, exalta-se a participação do cantor na mobilização, assim como se lança uma

crítica ao descaso do governo em tratar a crise ambiental enfrentada pelo país. Ao fim do *post*, atribui-se os créditos da imagem à Mídia Ninja e ainda são utilizadas as *hashtags* #AmazôniaSimSallesNão #ForaSalles #Amazônia #ActForTheAmazon #342Amazonia.

Cabe ressalva que a Mídia Ninja trouxe uma série de outros *posts* enfatizando a participação de Caetano e de outros artistas neste mesmo ato realizado na orla da praia de Ipanema. Em um deles, publicado no dia 25 de agosto de 2019 (Figura 28), temos um vídeo em que a canção “Podres Poderes” é novamente evocada, agora como trilha sonora, interpretada pela cantora Maria Gadú, durante a exibição de uma visão panorâmica da orla, fornecendo assim a dimensão da multidão.

Figura 28

Postagem texto/vídeo publicada no dia 25 de agosto de 2019.

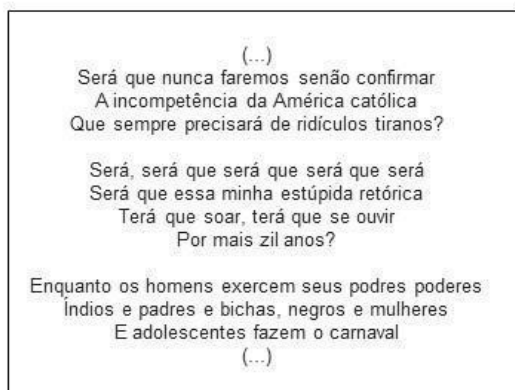


Fonte: Mídia Ninja (2019, 25 de agosto).

A insistência em trazer a canção nas postagens está carregada de intenções. Composta em 1984, durante o período de redemocratização do Brasil, a música lança uma crítica à passividade e à alienação do povo brasileiro e de suas minorias em enfrentar seus políticos opressores e mudar sua realidade de exploração, como se pode inferir a partir dos versos destacados a seguir (Figura 29). Portanto, seu uso aparece como arranjo discursivo operado para indicar que estamos frente a um momento que exige nosso despertar para a luta contra o governo de extrema direita de Bolsonaro e a ausência de políticas ambientais.

Figura 29

Trecho da música “Podres poderes” de Caetano Veloso.



Nota. Montagem feita pela autora da pesquisa.
Fonte: Letras (2021).

Nisso, vemos que a postagem analisada faz parte do que parece ser um conjunto de publicações acerca das mobilizações no Brasil e no mundo em defesa da Amazônia que, inclusive, corresponderam a um volume expressivo, nas quais se pode ouvir as reivindicações, discursos e brados dos manifestantes durante os atos. O que para nós é um momento em que a Mídia Ninja confronta o dispositivo colonial, acionando curvas de visibilidade e enunciação que lhe são opostas, afinal, sob o ângulo pautado pela colonialidade, a luz é movida para manter as mobilizações às escuras, pouco se dizendo sobre elas ou dizendo coisas para embrutecê-las ou imbecilizá-las. E o que temos com a postagem é justamente o inverso disso, pois é um discurso que confere validade à mobilização das ruas, dizendo e fazendo ver que os seus participantes são pessoas dignas que devotam tempo e esforço para o bem maior da Floresta Amazônica. E a evocação de Caetano no plano central, representando os manifestantes, é um recurso que colabora para tal.

Escolha discursiva esta que é oposta a escolha feita pelo JN. Afinal, como foi demonstrado no capítulo 2, em suas reportagens sobre os protestos no Brasil o telejornal optou por apresentar os fatos de um ângulo distante, tratando apenas de fazer um resumo geral dos atos realizados em várias capitais brasileiras, ou seja, apresentando os fatos sem dar a oportunidade de ouvir as reivindicações pelos próprios manifestantes, nem mesmo o áudio das mobilizações é audível nos vídeos, deixando-nos apenas com a narração feita pelo repórter enquanto são reproduzidos os *frames*. Isso e a própria quantidade de atenção destinada ao tema (apenas duas reportagens sobre o tema, uma no dia 23 e outra em 24 de agosto, com a duração de 1 minuto

cada) também nos deixa inferir uma predileção no discurso de não dar grande notoriedade ou importância aos protestos.

4.3 Uma Trincheira a Serviço do Giro Decolonial: Cobertura das Queimadas na Amazônia a partir do Instagram NINJA

Pelo que foi possível obter desta investigação, o uso das mídias digitais para fins de disseminação do discurso e militância contra-hegemônica, como asseguram os teóricos da cibercultura, mostra-se cada vez mais frequente, e a mobilização *Pray For Amazon* é um bom exemplo disso. Como visto, essa foi uma iniciativa importante para que a atenção da opinião pública fosse dirigida às queimadas na Amazônia. O que indica que as discussões na esfera pública vêm deixando de ser monopólio da mídia massiva, a qual, em alguns casos, se vê obrigada a adequar seus discursos por pressão de outros meios.

Dentre a conexão em múltiplas redes obtida pela mobilização *Pray For Amazon*, a Mídia Ninja ofereceu sua contribuição como rede pré-existente. Assim, conforme foi possível inferir na análise, o coletivo pode ser entendido como um importante nó nesta ação colaborativa, que ofereceu seu préstimo ao disponibilizar uma cobertura que apresentou fatos e deu voz a sujeitos ignorados ou mitigados pela maioria da mídia massiva brasileira. Aspectos estes que moveram as curvas de visibilidade e enunciação do dispositivo colonial, trazendo ao centro, como contraponto, o discurso decolonial.

Vemos isso quando nas materialidades discursivas analisadas se apresentam rupturas com o paradigma modernidade/colonialidade. Uma dessas refere-se a frequente evocação dos povos indígenas, que emergiram dando sua perspectiva sobre a destruição a partir da sua cosmologia, a qual concebe a natureza como parte da cultura, devendo ser preservada. Concepção oposta à cosmologia colonial, a qual enxerga a natureza como fora da cultura, portanto, como um mero recurso produtivo, que tem como fim prestar subsídio ao progresso e ao desenvolvimento.

Contra a memorização de alguns sujeitos, assinalados como dispensáveis pelo padrão étnico-racial eurocêntrico (Maldonado-Torres, 2007, p. 135), nos enunciados postos em circulação pela Mídia Ninja, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os amazônidas não-indígenas em geral tiveram sua existência e fala reconhecidas. O que, como vimos, não foi praticado pelo maior telejornal do Brasil que, ao invés disso, noticiou o desastre ambiental sem fornecer aproximação com esses sujeitos. Dessa forma, partindo de Maldonado-Torres (2007, pp.

158 e 161), podemos compreender que essa escolha discursiva da Mídia Ninja rompe com o discurso colonial que coloca o homem branco como a medida da humanidade, acionando assim um novo humanismo.

Outra ruptura com o dispositivo colonial presente nos enunciados postos pela Mídia Ninja refere-se à exposição da relação direta do aumento dos focos de fogo com o de desmatamento, que, sobretudo, forneceu respaldo para explicitar a denúncia da responsabilidade do agronegócio pelas queimadas. Ligação esta que foi ignorada pelo JN, que no início limitou-se a apontar como causa das queimadas o fator climático e, somente depois da liberação dos apontamentos da NASA e do INPE ligando as queimadas ao aumento do desmatamento, informou tal vinculação sem qualquer aprofundamento.

O mais recorrente foi mesmo a defesa do agronegócio pelo JN, em uma nítida tentativa de desassociação da responsabilidade da atividade pela destruição da Floresta Amazônica. Assim, ao invés de elucidar a grave ligação das queimadas ao crescimento do agronegócio, a opção discursiva do telejornal global, ironicamente, foi ressaltar a importância econômica que a atividade agropecuária presta ao país, trazendo falas de entrevistados e organizações para assegurar que é um equívoco ligar essa atividade produtiva às queimadas, e que, inclusive, essa associação parte de uma tentativa de forças internacionais interessadas em prejudicar as exportações dos produtos brasileiros. O arranjo discursivo utilizado nas reportagens coloca as queimadas, quando muito, como um ato praticado por um ou outro fazendeiro, mas que não pode ser imputado como um problema do setor.

Visto isso, quando a Mídia Ninja, em movimento oposto ao do JN, marcar que as queimadas são consequências do crescimento ilegal da atividade agropecuária na Amazônia, ela põe frente a sua audiência o discurso decolonial, pois traz à luz as relações de poder que estão por trás da destruição da floresta, fornecendo lucidez acerca do encargo do mercado nacional e internacional, bem como do governo, por essa destruição, o que faz emergir à superfície o lado obscuro da modernidade, utilizando aqui a expressão de Mignolo (2017, p. 2, p. 4 e p. 8). Portanto, vai-se revelando com isso que o fator climático não pode responder isoladamente pelo aumento das queimadas e sim que o fator antrópico, operado com vista a atender o paradigma modernidade/colonialidade, tem enorme responsabilidade nisto.

Também nos parece indispensável destacar que a Mídia Ninja ressaltou em sua cobertura que a destruição da Floresta Amazônica desencadeia uma escalada de violência. Como foi

revelado minuciosamente pelas postagens do coletivo, os sujeitos ou grupos que se opõem a tal projeto, defendendo modos de vida e práticas que dependem fundamentalmente da floresta em pé, são ameaçados de morte, perseguidos ou até têm suas vidas ceifadas em retaliação. Assunto este que foi totalmente ignorado pelo JN durante o episódio.

Dessa forma, vemos que a Mídia Ninja inseriu um giro decolonial, o qual oferece a oportunidade de compreendermos que existem sujeitos que, por não atenderem ou representarem empecilho aos preceitos da colonialidade, são marginalizados. Tendo isso em vista, o discurso do coletivo Ninja, ao colocar a narrativa moderna como recurso usado para encobrir uma realidade assombrosa (Mignolo, 2017, p. 2, p. 4 e p. 8), vai minando o arranjo discursivo colonial.

Merece destaque que a cobertura da Mídia Ninja deu ênfase às mobilizações nas ruas do Brasil e do mundo contra a destruição da floresta. Foram inúmeras as postagens que se ocuparam de noticiar este episódio a partir da perspectiva dos manifestantes. Logo, a efetiva cobertura realizada pela Mídia Ninja contrasta com a praticada pelo JN, que, como observamos, mencionou apenas genérica e minimamente essas iniciativas nas reportagens, sem dar relevo ao ponto de vista dos manifestantes, o que colabora para conferir a essas formas de organização demérito e pouca relevância.

Nessa medida, há que se encarar essa escolha discursiva da Mídia Ninja como um esforço que insere uma força de desmantelamento das categorizações étnico-raciais eurocêntricas que, conforme Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 19), definem sujeitos inferiores e superiores, desenvolvidos e subdesenvolvidos, civilizados e bárbaros. Assim, supomos que a predileção do coletivo Ninja em legitimar a ação dos ativistas promove abalos no *status quo*, o que entendemos como aspecto que reclama as mudanças radicais na ordem colonial vislumbradas por Fanon (1968, p. 26) e Quijano (1922) como necessárias para o instaurar da decolonialidade.

Como visto e se faz pertinente acentuar, a emergência dessa cobertura decolonial das queimadas, conferida nas postagens, deve-se muito à internet, principalmente às plataformas de mídias sociais, que vem possibilitando, como nos colocam Lemos e Lévy (2010, p. 45), condições para a movência cultural da sociedade. Isso porque, como postulam eles, a cibercultura promove a liberação da emissão, a conexão mundial e a reconfiguração social, cultural e política.

Em comum acordo, Shirky (2010, p. 61) pondera que estamos frente a uma alteração drástica, isso porque, com a internet, os profissionais vêm deixando de deter o monopólio sobre

as mídias, uma vez que os amadores também podem ocupar o espaço midiático e passar sua mensagem por si mesmo, sem intermediação. E esse foi um comportamento que parece ter sido praticado com frequência durante a mobilização *Pray For Amazon*, uma vez que vozes de diferentes origens e ocupações cooperaram para fornecer informações que estavam sendo interdidas e omitidas por parcela relevante dos veículos de mídia massiva. Como se notou, o esforço movido por pessoas que pouco ou nada se ocupam da produção de informação foi capaz de mover a discussão na esfera pública para o perigo da destruição que estava acontecendo na Amazônia, pondo em questão que o trabalho dos profissionais pode às vezes ter seu crédito questionado, ou seja, não está livre de críticas.

E o que vimos com isso foi que os atores sociais puderam contar com um espaço para introduzir sua voz e fazê-la ser ouvida globalmente. O que no entendimento de Shirky (2011, p. 49) e Lemos e Lévy (2010, p. 27) colabora para a maior pluralidade de perspectivas, inserindo formas de pensar mais colaborativas, plurais e abertas que desencadeiam uma potência de transformação sociopolítica e cultural. E, sem dúvida, isso foi mesmo o que foi possibilitado pelo coletivo Mídia Ninja ao cobrir as queimadas na Amazônia, que introduziu na esfera pública um ponto de vista diametralmente oposto ao fornecido pela mídia massiva, o que permite à opinião pública assumir uma posição a partir de um panorama mais amplo e fidedigno à realidade sofrida pela população local e impacto ambiental provocado.

Lemos e Lévy, bem como Shirky, marcam que a internet assinala um rompimento com o convencional monopólio das mídias pelos produtores de conteúdo, já que, com as plataformas de mídias sociais, por exemplo, os produtores de conteúdo não são propriamente os detentores das plataformas e sim mais um dos utilizadores. Assim, ainda que existam os algoritmos que regem as plataformas, e, inclusive em alguns casos, privilegiam determinados discursos em detrimento de outros, é fato que agora o discurso contra-hegemônico pode contar com um espaço de visibilidade e penetração impensável nos moldes da mídia massiva (Shirky, 2011, p. 54). E a mobilização *Pray For Amazon* está aí para atestar isso, afinal foi capaz de mover a discussão na esfera pública, desbancando o convencional controle que a mídia massiva assume nisso.

Essa ruptura no monopólio dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública, que presenciamos com a internet, inaugura uma reconfiguração da esfera pública que, por seu turno, implicará em mudanças sociais que ainda são difíceis de prever. Afinal, quando as pessoas passam a utilizar a mídia para ter acesso à esfera pública, temos uma prerrogativa para

que a sociedade possa ser alterada (Shirky, 2011, p. 166, Lemos & Lévy, 2010, p. 52). Sendo assim, ainda que a cobertura das queimadas pelo *Instagram* Ninja seja apenas um exemplo pontual, ela pode ser tomada como prova de que existe uma mudança cultural em curso na contemporaneidade.

Jenkins, Ito e Boyd (2016), Shirky (2010), Lemos e Lévy (2010) e Castells (2017), por meio de enfoques distintos, afirmam que a internet tem oportunizado outro patamar à participação, uma vez que a partir dela os indivíduos podem promover mobilizações e ações colaborativas de alcance amplo ou mesmo global com uma facilidade inimaginável em outros tempos. O que foi perceptível durante a mobilização *Pray For Amazon*, quando pessoas de diferentes lugares do mundo e ocupações uniram-se em prol de pautar a discussão da destruição da Amazônia a partir da arma que tinham em mãos, suas redes sociais, promovendo uma onda mundial de defesa do tema, que partiu dos espaços dos fluxos e rapidamente se estendeu para os espaços dos lugares.

Como acredita Shirky (2010, pp. 49-50), a internet pôs em xeque a concepção de que somente organizações que seguiam os padrões de gestão consagrados pudessem ser eficientes. Afinal, a partir dela as ações de grupos organizados de forma dispersa vêm conquistando feitos tão ou mais eficazes que iniciativas geridas por instituições formais. Como bem assinala o autor, agora mobilizações de cunho informal podem obter o alcance de uma multinacional. Abrangência essa que pode ser vista na mobilização *Pray For Amazon*, pois um assunto de cunho local passou a ganhar a atenção do mundo por força de uma ação orgânica sem lideranças ou centro definido, mas que, ainda assim, operou uma exitosa escalada de tratamento do tema, que inclusive forçou uma nova abordagem por parte dos noticiários nacionais, como ficou demonstrado neste estudo.

Tão importante quanto ressaltar os feitos que a internet vem proporcionando para a mudança cultural contemporânea é esclarecer que, como nos colocam Castells (2017, p. 198) e Shirky (2011, p. 50), ela não é a causa de tal movimento, uma vez que isso parte na verdade dos conflitos e revoltas de parte da sociedade, que sentindo-se indignada com a realidade que lhes é colocada é impelida a imprimir uma fissura no padrão hegemônico e processar uma nova forma de diálogo público. O que apontamos, portanto, é que a internet amplifica a possibilidade de organização e expressão da vontade coletiva e não que ela crie ou seja responsável por tamanha coisa. E destacamos isso para frisar que a mobilização *Pray For Amazon* não é uma iniciativa

que parte da internet, e sim que ela é uma vontade nascida das entranhas do corpo social (com toda a complexidade que isso inclui) que encontra neste instrumento tecnológico um modo de realizar-se. De tal modo, a cobertura da Mídia Ninja sobre as queimadas ilustra para nós um desses casos em que a internet se presta a expressar a luta contra-hegemônica.

²⁵ Instrumento que os seringueiros usam na cabeça para iluminar o caminho durante as trilhas noturnas em busca da extração do látex. (“Poranga”, 2018)

²⁶ Também conhecido como pajé, trata-se de um membro da comunidade indígena que assume funções de líder espiritual e curandeiro. Detém grande conhecimento das plantas e ervas e é dotado de poderes místicos, podendo estabelecer conexão com o universo do sobrenatural. Assim, ocupa papel central nos rituais de cura (Melatti, 1963).

²⁷ Ambientalista nascido no estado do Acre, que dedicou sua vida a defender a Floresta Amazônica, conquistando grande projeção nacional e internacional por isso. Foi assassinado em 1988 devido a essa militância em favor da preservação ambiental (Porto-Gonçalves, 2009).

²⁸ Pessoas que são naturais ou nascidas na Amazônia.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, analisamos os discursos postos em circulação pelo coletivo Mídia Ninja, por meio de sua conta no *Instagram*, acerca das queimadas na Amazônia, em 2019, no intento de elucidar os contributos que inseriram para a compreensão da opinião pública sobre essa tragédia ambiental. O fizemos a partir de um percurso construído em quatro capítulos, por meio dos quais situamos a importância que as mídias digitais representam hoje para a disseminação dos discursos contra-hegemônicos, apresentamos a cobertura realizada por um dos principais telejornais da TV aberta brasileira sobre o aniquilamento ambiental na Amazônia, trazemos uma consideração geral do que foi o movimento *Pray For Amazon* e, finalmente, apontamos às reflexões dos enunciados tragos nas postagens da Mídia Ninja à luz do enquadramento dos estudos de análise do discurso de linha francesa e dos estudos de decolonialidade do coletivo latino-americano modernidade/colonialidade.

Foi possível verificar que os discursos postos em circulação pela Mídia Ninja, via *Instagram*, acerca da crise das queimadas na Amazônia, em 2019, ofereceram uma perspectiva decolonial sobre os fatos, disponibilizando, assim, um contraponto ao discurso colonial operado por parte significativa da mídia massiva brasileira e pondo a opinião pública em melhores condições de discernir o que está por trás dessa destruição. Isso porque, como vimos, esses discursos trouxeram uma série de questões referentes às consequências, aos prejuízos sociais e humanos; às próprias causas e aos responsáveis pela tragédia ambiental na Amazônia, fatores que foram invisibilizados e silenciados durante a cobertura de um dos maiores noticiários da mídia nacional. Desse modo, nota-se que as curvas de enunciação e visibilidade do discurso colonial foram contestadas nas postagens da conta *@midianinja*, fazendo ver e dizendo verdades que eram mantidas às sombras e indizíveis, elucidando, assim, o lado obscuro da modernidade.

Destarte, o préstimo da Mídia Ninja para a propagação de discursos decoloniais sobre as queimadas na Amazônia pode ser tomado como um exemplo que atesta um movimento de mudança da discussão na esfera pública, oportunizado pela internet, que ameaça o monopólio das mídias massivas sobre a formação da opinião pública. Como foi visto, esse modelo de mídia tradicional, por força da mobilização *Pray For Amazon* – e aqui entendemos a Mídia Ninja como um dos nós que compuseram essa –, foi obrigado a readequar seus discursos por uma pressão oriunda de fora de sua cadeia de controle da produção da informação. Esse comportamento tende

a se tornar cada vez mais recorrente na atualidade, quando as discussões públicas passam a ser dirigidas a partir de atores que estão fora desse circuito de controle midiático (Shirky, 2010, p. 65; Lemos & Lévy, 2010, p. 47).

Esse rompimento com o monopólio dos meios de comunicação massiva, no que tange à formação da opinião pública, implica diretamente mudanças socioculturais que ainda são pouco previsíveis, mas, no entanto, inevitáveis. Tudo isso se deve ao fato de as pessoas estarem passando a se relacionar com a mídia de forma mais atuante, tendo a oportunidade agora de, inclusive, dirigir também o debate na esfera pública (Shirky, 2011, p. 166, Lemos & Lévy, 2010, p. 52). Sendo assim, a cobertura da Mídia Ninja sobre as queimadas na Amazônia pode ser tomada como prova de que existe um movimento de transformação sociocultural na contemporaneidade. Afinal, como visto, o tratamento que o coletivo deu ao caso foi capaz de conferir mais pluralidade de perspectivas ao considerar vozes e demandas até então minorizadas, o que oportuniza mais conscientização a sociedade, que, por conseguinte, pode implicar em uma potência de desmantelamento da força de dominação eurocêntrica/racializada.

Como vimos, a emergência dessa cobertura decolonial das queimadas, que foi praticada copiosamente pela Mídia Ninja, deveu-se à internet, especialmente ao que compreende as redes sociais, pois estas possibilitam um ambiente onde pautas contra-hegemônicas podem reclamar seu espaço nas discussões. E quando argumentamos isso, o fazemos guiados pela aceção de Castells (2017, p. 198) e Shirky (2011, p. 50), que defendem que a internet não é a causa dessa transformação e, sim, um instrumento a serviço da expressão da indignação que parte do corpo social por conta das injustiças e exploração em seu entorno. Posto isso, notamos que a exposição do episódio em questão praticada pela Mídia Ninja é uma prova desse protagonismo assumido pelo contrapoder na contemporaneidade, graças à ascensão das mídias digitais, as quais, neste caso, possibilitaram uma nova forma de diálogo público, em que a voz contra-hegemônica passou a ter ampla disseminação e pôde obter maior consideração.

Nesta medida, encaramos essa escolha discursiva da Mídia Ninja como um esforço que insere uma força de desmantelamento das categorizações étnico-raciais eurocêntricas, reclamando, assim, o giro decolonial vislumbrado por Fanon (1968, p. 26) e Quijano (1922). Aqui entendendo isso não como uma superação como pensávamos as revoluções, mas, sim, como um ponto de resistência que atravessou o corpo social e o individual em um momento específico, operando uma clivagem no dispositivo colonial que o impede de avançar livremente,

afinal, conforme pontua Foucault (2018, p. 104-105), os movimentos contemporâneos não estabelecem revoluções cabais, antes são permeados de avanços e recuos que, se não promovem mudanças categóricas, ao menos conferem pequenos rompimentos na estrutura hegemônica, exigindo dela readequações.

Dessa forma, vemos surgir novas tensões na arena de disputa entre o poder hegemônico e o contra-hegemônico, principalmente, porque agora este último conta com um patamar de ação e barganha impraticável antes da era digital. O que acreditamos que possa promover fissuras na hierarquia étnico-racial eurocêntrica que é basilar do dispositivo colonial. Contraposições à colonialidade estas que aqui são entendidas como instantes de consciência, em que as discussões na esfera pública podem ser direcionadas, levando a conscientização da opinião pública e, por conseguinte, promovendo mudanças culturais que nos transportem ao mundo decolonial/transmoderno vislumbrado por Dussel (1993), não de forma sumária, e sim gradativa e, por primazia, crivada de avanços e interrupções, que é o que Foucault (2018, pp. 104-105) sugere como mais habitual de se esperar das mobilizações sociais contemporâneas.

Como foi possível inferir do movimento *Pray For Amazon*, o uso das mídias digitais pela corrente contra-hegemônica mostra-se recorrente na contemporaneidade e assume grande relevância, confirmando o que destacam os teóricos Shirky (2010), Lemos e Lévy (2010) e Castells (2017). Conforme se viu, dada as peculiaridades dessa mídia pós-massiva, o engajamento cívico pôde adquirir um novo fôlego e passar a dirigir as discussões na esfera pública, contestando o tratamento dado pelas velhas estruturas de mídia. E o resultado desses confrontos parecem já estar oferecendo mais pluralidade de ideias e enriquecendo a discussão democrática.

Posto isso, esta dissertação pretende oferecer uma reflexão importante para estudantes de graduação e pós-graduação acerca das interdições praticadas pela mídia massiva sobre a crise das queimadas na Amazônia, bem como sobre o contributo que a Mídia Ninja inseriu ao contrapor essas interdições oferecendo um discurso decolonial acerca do episódio. O qual, provando a hipótese levantada nesta investigação, ampliou a visão dos fatos, oportunizando à opinião pública a reflexão dos males que sustentam nossa vida moderna e demonstrando que a destruição da Floresta Amazônica vem sendo um deles. Contestação esta que, como visto, deveu-se à instrumentalização possibilitada pela era digital à iniciativa e ação contra-hegemônica.

Apesar deste estudo estar centrado no contexto brasileiro, entendemos que ele traz questões que se estendem para além, podendo ser de grande valia para a compreensão do préstimo que a era digital possibilita para a propagação de discursos e práticas contra-hegemônicas na contemporaneidade. Também nos permite ver como a vida moderna e o tratamento da informação se encontram sob a regência da colonialidade e o quanto se faz urgente tomar consciência disso para, enfim, travar um movimento de ruptura com essa hierarquia eurocêntrica/racializada promotora de injustiças e violências. O que é necessário de ser considerado e refletido pelos pesquisadores e pelo conhecimento produzido nesta universidade portuguesa.

Nesse sentido, encerramos aqui deixando a provocação de que esta investigação possa ser desdobrada posteriormente. Uma sugestão que nos parece relevante para a ampliação da discussão desta dissertação é a realização de estudos acerca das condições de possibilidade para a emergência dos discursos contra-hegemônicos postos em circulação pela mobilização *Pray For Amazon*. Também julgamos oportuno que a metodologia utilizada nesta pesquisa possa ser aplicada para compreender outros objetos de estudo, impulsionando demais discussões decoloniais.

REFERÊNCIAS

- Agência de Desenvolvimento da Amazônia. (2002). *Informações e legislação*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/Ada-2002/INFORMACOES_LEGISLACAO.pdf.
- Alencar, A, Arruda, V., Moutinho, P. & Ribeiro J. (2020). *Amazônia em chamas: o fogo e o desmatamento em 2019 e o que vem em 2020- nota técnica do (IPAM)*. Recuperado em 20 fevereiro, 2021, de <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/04/NT3-Fogo-em-2019.pdf>.
- Alencar, A, Nepstad, D., McGrath, D., Moutinho, P. Pacheco, P., Diaz, M. Del C. V. & Soares, Filho, B. (2004). *Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica*. Belém: IPAM. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2004/03/desmatamento_na_amazo%CC%82nia_indo_ale%CC%81m_da_-e.pdf.
- Alencar, A., Arruda, V., Balzani, C., Moutinho, P. & Ribeiro J. (2019). *Amazônia em Chamas: onde está o fogo - nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)*. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/09/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-Fundia%CC%81ria-2019.pdf>.
- Alencar, A., Balch, J.K., Brando, P. M., Coe, M.T., Davidson, E.A., Macedo, M.N., Morton, D.C, Nepstad, D.C., Nóbrega, C.C., Putz, F.E, Silvério, D., & Soares, Filho, B.S. (2014). Abrupt increases in Amazonian tree mortality due to drought–fire interactions. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(17), 6347- 6352. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://www.pnas.org/content/pnas/111/17/6347.full.pdf>.
- Alencar, A., Moutinho, P., Silva, S. & Silvério, D. (2019). *Amazônia em Chamas -nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)*. Recuperado em 5 dezembro, 2020, de https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-2019-1_2.pdf.
- Almeida, O., Ávila, S., Oliveira, W. & Rivera, S. (2009). Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Revista Nova Economia*, 19 (1), 41-66. Recuperado em 5 dezembro, 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/03.pdf>.
- Andrade, Jr., V. S. de, Menezes, J. de S., Rocha, V. M. & Santos, T. O. dos. (2017). Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia Brasileira: um estudo de revisão. *Revista Geografica Acadêmica*, 11(2), 157-181. Recuperado em 26 de dezembro, 2020, de <https://revista.ufr.br/rga/article/download/4430/2375>.

- Andrade, R. de P. (2015). A Amazônia no pós-guerra e a construção da Rodovia Belém-Brasília. *Revista Muiraquitã*, 3(2), 161-178. Recuperado em 26 de dezembro, 2020, de <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/642>.
- Andrade, R. de P. (2019). Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. *Revista Tempo*, 25(2), 363-381. Recuperado em 26 de dezembro, 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/tem/v25n2/1980-542X-tem-25-02-363.pdf>.
- Andreoni, M. & Hauser, C. (2019, 21 de agosto). Fires in Amazon Rain Forest Have Surged This Year. *The New York Times*. Recuperado em 1 julho, 2020, de <https://www.nytimes.com/2019/08/21/world/americas/amazon-rainforest.html>.
- Assis, W. F. T. (2014). Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Revista Caderno CRH*, 27(72), 613-627. Recuperado em 10 dezembro, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf>.
- Bastos, G. (2019, 21 de agosto). *Amazônia em chamas: Ariana Grande, Leonardo e mais celebridades se manifestaram em repúdio aos incêndios na floresta; confira!*. Hugo Gloss. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://hugogloss.uol.com.br/famosos/celebs/amazonia-em-chamas-ariana-grande-anitta-leonardo-dicaprio-e-varias-celebridades-se-manifestam-em-repudio-aos-incendios-na-floresta-confira>.
- Bataglia, R. (2019, 11 de dezembro). Quem é Greta Thunberg – e o que ela representa. *Super Interessante*. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://super.abril.com.br/sociedade/quem-e-greta-thunberg-e-o-que-ela-representa/>.
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: how social production transforms markets and freedom*. Londres: Yale University Press.
- Bol Uol. (2019, 21 de agosto). *#PrayForAmazonas: Queimadas viram assunto mais comentado no Twitter no mundo*. [website]. Recuperado em 25 agosto, 2019, de <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/08/21/prayforamazonas-queimadas-viram-assunto-mais-comentado-no-twitter-no-mundo.htm>.
- Bourdieu, P. (1983). *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- BR-230. (2021, 7 de abril). *Wikipédia*. [website]. Recuperado em 20 abril, 2021, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-230>.
- Caleiro, J. P. (2019, 22 de setembro). Greta Thunberg e Sonia Guajajara apelam por pressão global a favor dos povos indígenas e da Amazônia. Greta X Bolsonaro: falas na ONU

- confrontam ação e negação sobre o clima. *Exame*. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://exame.com/brasil/greta-x-bolsonaro-falas-na-onu-confrontam-acao-e-negacao-sobre-o-clima/>.
- Capilé, P. (2013, agosto 15). *Mídia Ninja - 05/08/2013*. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>.
- Capricho. (2019, 21 de agosto). *Amazônia: o que famosos como Demi Lovato e Ariana Grande estão falando?* [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://capricho.abril.com.br/entretenimento/amazonia-o-que-famosos-como-demi-lovato-e-ariana-grande-estao-falando/>.
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2015). *O poder da Comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, M. (2016). *A Sociedade em Rede*. (17a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (2007). Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. (pp.9-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Cipriani, J. (2019, 26 de agosto). *Bolsonaro e Macron: entenda como começou a crise entre os presidentes. Estado de Minas Política*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/26/interna_politica,1080030/bolsonaro-e-macron-como-comecou-a-crise-entre-os-dois-presidentes.shtml.
- Comissão Pastoral da Terra. (2019). *Conflitos no Campo: Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>.
- Contini, E. (2014). Exportações na dinâmica do agronegócio. In Buainain, A.M., Alves, E., Silveira, J.M. & Navarro, Z. (Eds.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. (pp.147-173). Brasília, DF: Embrapa. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf.
- Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília. 2007. Recuperado em 20 setembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=D ECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,que%20lhe%20confere%20o%20art.

- Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In Deleuze, G. *O mistério de Ariana* (E. Cordeiro, Trad.). Lisboa: Vega/Passagens. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Não paginado.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. (C. Martins, Trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Diário Online (2019, 15 de agosto). *Fazendeiros promovem 'Dia do Fogo' no sudoeste paraense*. [website]. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/532319/fazendeiros-promovem-dia-do-fogo-no-sudoeste-paraense>.
- Dias, M. das G. S. (1998). Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. *Revista Texto & Debates*, 5. Recuperado em 26 de dezembro, 2020, de <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1018/831>.
- Dussel, E. (1993). *1492 o descobrimento do outro: a origem do "mito da modernidade"* (J. A. Clasen, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.
- DW Notícias. (2019, 23 de agosto). *Embaixadas brasileiras são alvo de protestos pelo mundo*. [website]. Recuperado em 20 março, 2020, de <https://www.dw.com/pt-br/embaixadas-brasileiras-s%C3%A3o-alvo-de-protestos-pelo-mundo/a-50145363>.
- Extinction Rebellion. (2019). *About Us*. [website]. Recuperado em 20 janeiro, 2020, de <https://rebellion.earth/the-truth/about-us/>.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra* (J. L. de Melo, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fearnside, P. M. & Ferrante, L. (2019, 30 de julho). O novo presidente do Brasil e “ruralistas” ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global. *Amazônia Real*. Recuperado em 20 junho, 2020, de https://www.researchgate.net/publication/334947592_O_novo_presidente_do_Brasil_e_ruralistas_ameacam_o_meio_ambiente_povos_tradicionais_da_Amazonia_e_o_clima_global.
- Fearnside, P. M. (2020). *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*. Manaus: INPA. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Destruicao-v1/Destruicao_e_Conservacao_da_Floresta_Amazonica-Miolo-prova.pdf.
- Foletto, L. F. (2017). *Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva: rastreando a Mídia Ninja (2013 - 2016)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 20 janeiro, 2020, de

https://www.academia.edu/34158004/Um_mosaico_de_parcialidades_na_nuvem_coletiva_rastreando_a_M%C3%ADdia_Ninja_2013_2016_

- Foucault, M. (2018). *História da Sexualidade: vontade de saber* (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (L. F. de A Sampaio, Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do Saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (42a ed.) (Ramallete, R., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do Poder*. (6a ed) (R. Machado, Trad.) São Paulo: Paz e Terra.
- Fuchs, C. (2014). *Social Media: a critical introduction*. Los Angeles: Sage.
- Garcia, Jr., C. A. S., Maheirie, K. & Tonial, F. A. L, (2017). A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP* 16(1), 18-26. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>.
- Garré, B. H., & Henning, P. C. (2015). Visibilidades e Enunciabilidades do Dispositivo da Educação Ambiental: A Revista Veja em Exame. *Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, 8(2), 53-74. Recuperado em 20 abril, 2020, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2015v8n2p53>.
- Gnipper, P. (2019, 20 de agosto). *Entenda como foi e por que o dia virou noite em São Paulo na segunda (19)* [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://canaltech.com.br/meio-ambiente/entenda-como-foi-e-por-que-o-dia-virou-noite-e-m-sao-paulo-na-segunda-19-147291/>.
- Gomes, I. M. M. (2010). O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. *Revista Famecos*. 17(2). Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7537/5402>.
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do Cárcere* (1a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do cárcere* (3a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gregolim, M. do R. (2015). O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. *Revista Moara*, 43, 6-25. Recuperado em 25 janeiro, 2020, de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633/3782>.

- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2003). *Mudança Estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Heredia B., Leite, S. P. & Palmeira, M. (2010). Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), 159-196. Recuperado em 5 junho, 2020, de: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2019a). *Área queimada por Bioma em 2019*. [website]. Recuperado em 25 agosto, 2019, de <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/aq1km/>.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2019b). *Monitoramento dos Focos Ativos por Região*. [website]. Recuperado em 25 agosto, 2019, de http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/.
- Jenkins, H., Ito, M. & Boyd, d. (2016). *Participatory Culture in a Networked Era: a conversation on youth, learning, commerce, and Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. (2a ed.). São Paulo: Aleph.
- Jornal da Record. (2019, 19 de agosto). *Previsão do tempo: Por que o dia virou noite em SP?*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=tMEYPeqhmEo&list=PLAFW6pG7OkZCZleeaTnH9BE4nIm72C0kF&index=9>.
- Jornal Nacional. (2019, 10 agosto). *Bombeiros combatem há 4 dias incêndio em parque florestal de Mato Grosso: vento e tempo seco prejudicam o trabalho para conter o fogo. Bombeiros usam um avião e um helicóptero*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7834723/>
- Jornal Nacional*. (2019, 13 agosto). *Em Mato Grosso, número de focos de calor já é 40% maior do que em 2018: não chove há mais de três meses em algumas regiões do estado*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7840945/>.
- Jornal Nacional. (2019, 16 agosto). *Queimadas na Região Norte aumentam por causa da seca: em Rondônia, fogo tem atingido parques e assentamentos rurais*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7849902/>.
- Jornal Nacional. (2019, 19 agosto). *Mato Grosso enfrenta a pior temporada de queimadas em sete anos: governadores da Região Amazônica anunciaram que pretendem negociar*

- diretamente com os países doadores do Fundo Amazônia*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7855479/>.
- Jornal Nacional. (2019, 20 agosto). *Em SP, água da chuva ficou escura por causa de fumaça de queimadas: na segunda-feira (19), céu escureceu de maneira atípica no meio da tarde*. [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7858536/>.
- Jornal Nacional. (2019, 21 agosto). *Jornal Nacional Declaração de Bolsonaro sobre queimadas provoca protestos* [arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://globoplay.globo.com/v/7861425/>.
- Lemos, A. (2014, Junho 30). Mídias massivas e pós-massivas no fluxo das redes. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista concedida a Andriolli Costa. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5572&secao.
- Lemos, A. & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus.
- Letras. (2021). *Podres poderes – Caetano Veloso* [website]. Recuperado em 20 janeiro, 2021, de <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44764/>.
- Lévy, P. (2000). *Cibercultura: Um hipertexto com Pierre Levy*. Porto Alegre: Arte e Ofícios.
- Lévy, P. (2003). Pela ciberdemocracia. In Moraes, D (Org.), *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. (pp.367-384) Rio de Janeiro: Recorde.
- Lévy, P. (2007) *Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. (5a ed.). São Paulo: Loyola.
- Lorenzotti, E. (2014). *Jornalismo no Século XXI: O Modelo #mídiaNINJA*. São Paulo: E-Galáxia.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores. Recuperado em 10 dezembro, 2020, de <http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.
- Marcello, M. C. (2019, 28 de agosto). Greta Thunberg e Sonia Guajajara apelam por pressão global a favor dos povos indígenas e da Amazônia. *GI Globo*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/28/greta-thunberg-e-sonia-guajajara-apela-m-por-pressao-global-a-favor-dos-povos-indigenas-e-da-amazonia.ghtml>.

- Margulis, S. (2001). *Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam?*. Recuperado em 15 agosto, 2020, de <http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/MARGULIS-CausasDesmatamento2001.pdf>.
- Margulis, S. (2003). *Causas do desmatamento na Amazônia brasileira*. Brasília: Banco Mundial.
- Melatti, J. C. (1963). O mito e o xamã. *Revista do Museu Paulista*, 14, 60-70. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-xama.pdf>.
- Menezes, A. H. de, Pinheiro, J. C. V. (2005). O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. *Revista de Política Agrícola*, 14(3), 55-64. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/553/502>.
- Messias, F. T. (2017). *O agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma nas charges de Carlos Latuff*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Programa de Mestrado em Comunicação da, Londrina, PR, Brasil. Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/A-consolida%C3%A7%C3%A3o-do-agroneg%C3%B3cio-como-pol%C3%ADtica-agr%C3%A1ria-nos-governos-Lula-e-Dilma-e-sua-representa%C3%A7%C3%A3o-por-meio-das-charges-de-Carlos-Latuff-FERNANDA-TARGA-MESSIAS.pdf>.
- Mídia Ninja. (2013a). *Exposições*. [web site]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://midianinja.org/exposicoes/>
- Mídia Ninja. (2013b). *Quem somos*. [web site]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://midianinja.org/quem-somos/>.
- Mignolo, W. D. (2007). El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. (pp. 25-46). Bogotá: Siglo del Hombre Editores. Recuperado em 15 agosto, 2020, de <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.
- Mignolo, W. D. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires, Ediciones del Signo.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32 (94), 1-17. Recuperado em 15 agosto, 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>.
- Ministério do Meio Ambiente. (2008). *Fundo Amazônia-documento de projeto*. Brasília. Recuperado em 15 agosto, 2020, de https://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/fundo_amazonia_2008_95.pdf.

- Miranda, C. (2018). *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Manaus, AM, Brasil.
- Moraes, D. de. (2007). Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. 9(2). Recuperado em 20 dezembro, 2020, de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/114335/mod_resource/content/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20alternativa,%20redes%20virtuais%20e%20ativismo_%20avan%C3%A7os%20e%20dilemas_Denis%20de%20Moraes.pdf. Não paginado.
- Moreira, M. (2019, 23 de agosto). Protestos em defesa da Amazônia acontecem na Europa e na Ásia. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 20 abril, 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/protestos-em-defesa-da-amazonia-acontecem-na-europa-e-na-asia.shtml>.
- Morozov, E. (2011). *The Net Delusion: the dark side of internet freedom*. New York: Public Affairs.
- Nepstad, D. C., Moreira, A.G. & Alencar, A.A. (1999). *Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia*. Brasília: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Recuperado em 5 dezembro, 2020, de <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/floresta-em-chamas-origens-impactos-e-prevencao-do-fogo-na-amazonia.pdf>.
- Neves, I. dos S. (2015). EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. *Revista Moara*, 43, 26-44. Recuperado em 22 junho, 2020, de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/3783>.
- Neves, I. dos S. (2020, junho 22). *O Dispositivo Colonial e a Necropolítica na Amazônia | GedaiCast Ep.01*. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado em 10 setembro, 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=DTtdjaWMSzg>.
- Observatório do Clima (2019). *Entenda as queimadas da Amazônia em seis gráficos*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <http://www.observatoriodoclima.eco.br/entenda-queimadas-da-amazonia-em-seis-graficos/>.
- Oliveira, J. (2019, 22 de agosto). La Amazonia brasileña arde a un ritmo récord. *El País*. Recuperado em 20 janeiro, 2020, de https://elpais.com/internacional/2019/08/21/america/1566407770_057777.html.
- Oliveira, R. Q. de. & Carleial, L. M. F. (2013). Desenvolvimento Amazônico: uma discussão das políticas públicas do Estado brasileiro. *Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade*

- de Alta Floresta*, 2(1). Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>.
- Peruzzo, C. K. (2005). Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In Melo, J. M. de, Sathler, L. *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. (pp.267-288). São Bernardo do Campo: UMESP.
- Pinho, J. B. (2003). *Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line*. (2a ed). São Paulo: Summus.
- Poder 360. (2019, 22 de agosto). *Gisele Bündchen e Leonardo DiCaprio lamentam queimadas na Amazônia*. [website]. Recuperado em 8 setembro, 2020, de <https://www.poder360.com.br/midia/gisele-bundchen-e-leonardo-dicaprio-lamentam-queimadas-na-amazonia/>.
- Poronga. (2018, 17 de abril). *Wikipedia*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poronga#:~:text=Poronga%20%C3%A9%20uma%20lumin%C3%A1ria%20da%20seringa%20na%20floresta%20amaz%C3%B4nica>.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2009). Chico Mendes, um ecossocialista. *Observatório Social de América Latina*, 10(25), 151-154. Recuperado em 8 setembro, 2020, de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110418070812/09porto.pdf>.
- Prizibiszki, C. (2019, 22 agosto). *Pesquisadores descrevem fenômeno que escureceu SP e sua relação com as queimadas na Amazônia* [website]. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <https://www.oeco.org.br/noticias/pesquisadores-descrevem-fenomeno-que-escureceu-sp-e-sua-relacao-com-as-queimadas-na-amazonia/>.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Revista Perú Indígena*. 13(29), 11-20. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>.
- Quijano, A. (1998). Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. *Revista Ecuador Debate* (44), 227-238. Recuperado em 20 agosto, 2020, de <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>.
- Recuero, R., Bastos, M. & Zago, G. (2018). *Análise de Redes para a Mídia Social*. Porto Alegre: Sulina.
- Robins, K. & Webster, F. (2005). *Times of the Technoculture: from the information society to the virtual life*. New York: Routledge.
- Roda Viva. (2021, 23 de março). *Wikipédia*. [website]. Recuperado em 20 agosto, 2020, de [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Roda_Viva_\(programa_de_televis%C3%A3o\)&action=history](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Roda_Viva_(programa_de_televis%C3%A3o)&action=history).

- Rodrigues, C. (2018). *Mídia Ninja: narrativas jornalísticas em disputa*. Florianópolis: Insular, 2018.
- Rose, N. [@iamnickrose]. (2019, 20 de agosto). *Terrifying to think that the Amazon is the largest rain forest on the planet, creating 20% of the earth's oxygen* [acompanha imagem]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/B1Zuwutpycj/>.
- Salles, R. (2019, agosto 26). *Roda Viva | 26/08/20*. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado em 18 setembro, 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=QIV3fOz2zto>.
- Salvazoni, R. (2014). *Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Santos, A. D. G. dos. (2019). A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. *Revista Eptic*, 21(1), 46-61. Recuperado em 20 maio, 2020, de <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910>.
- Santos, R. P. dos (2010). *Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007) - uma análise econométrica e espacial*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Sartori, G. (1998) *Homo videns: la sociedad teledirigida*. Buenos Aires: Taurus.
- Shirky, C. (2010). *Eles vêm aí: o poder das organizações sem organizações*. Lisboa: Actual Editora.
- Shirky, C. (2011). *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, N. S. (2010). A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. *Boletim Científico ESMPU*, 9 (32-33), 199-275. Recuperado em 26 dezembro, 2020, de <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/7862>.
- Souza, M. A. de (2019). A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. *Revista Geografia em Atos*, 10 (3), 50-57. Recuperado em 20 setembro, 2020, de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814/pdf>.
- Turner, D. & Muñoz, J. (2002). *Para os filhos dos filhos de nossos filhos: uma visão da sociedade internet*. São Paulo: Summus.
- Uol Notícias. (2019, 23 de agosto). *Protestos em defesa da Amazônia no Brasil e pelo mundo*. [website]. Recuperado em 20 setembro, 2020, de

- <https://noticias.uol.com.br/album/2019/08/23/protestos-em-defesa-da-amazonia-pelo-mundo.htm?mode=list&foto=16>.
- Uol Notícias. (2019, 22 de agosto). *CR7, Madonna, DiCaprio: queimadas na Amazônia mobilizam famosos*. [website]. Recuperado em 7 setembro, 2020, de <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/lewis-ha-milton-e-outros-famosos-fazem-campanha-pela-preservacao-da-amazonia.htm>.
- Vasconcellos, J. (2019, 24 de agosto). Da Esplanada a Londres: protestos em defesa da Amazônia ocorrem pelo mundo. *Correio Brasiliense Política*. Recuperado em 20 setembro, 2020, de https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/24/interna_politica,778898/da-esplanada-a-londres-protestos-em-defesa-da-amazonia-ocorrem-mundo.shtml.
- Violin, T. C. (2006). A sociedade civil e o Estado Ampliado, por Antonio Gramsci. *Revista Eletrônica do Cejur*, 1(1). Recuperado em 20 dezembro, 2020, de <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14846/9966>.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- Watts, J. (2019, 21 de agosto). Jair Bolsonaro claims NGOs behind Amazon forest fire surge – but provides no evidence. *The Guardian*. Recuperado em 25 agosto, 2019, de <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/21/jair-bolsonaro-accuses-ngos-setting-fire-amazon-rainforest>.
- We Are Social e Hootsuite. (2020). *Relatório Digital 2020 October Global Statshot. Datareportal* [website]. Recuperado em 25 agosto, 2019, de <https://datareportal.com/reports/digital-2020-october-global-statshot>.
- Williams, R. (1979). *Marxismo e Literatura* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

REFERÊNCIAS DAS POSTAGENS ANALISADAS

- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 17 de setembro). *Todos os dias, muitas pessoas se arriscam para defender a Amazônia brasileira de redes criminosas que usam a violência e a intimidação para promover o desmatamento ilegal* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/tv/B2hx9I7HsQ8/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 20 de agosto). *A QUEDA DO CÉU e a profecia do povo Yanomami nas palavras do xamã Davi Kopenawa Yanomami: "A floresta está viva* [Imagem]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B1ZUBjqhXU6/?utm_source=ig_web_copy_link.

- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 24 de setembro). *"Acabou o monopólio do senhor Raoni" - Em seu discurso na 74ª Assembleia-Geral da ONU em Nova York, Bolsonaro não mediu esforços para atacar os povos indígenas do Brasil* [Imagem]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B2zGm5BB7Ly/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 25 de agosto). *Enquanto os homens exercem seus poderes podres, @caetanoveloso está na rua lutando pela Amazônia*. [Imagem]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B1moqmHBBOf/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 25 de agosto). *Incrível! Milhares de pessoas na Praia de Ipanema no Rio de Janeiro em defesa da Amazônia no ato do @342amazonia* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B1mcbUzhB6B/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 26 de agosto). *O movimento Empate Pela Amazônia realizou um ato no último domingo, 26, no centro de Rio Branco*. [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/tv/B1o_1t8hnW_/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 26 de agosto). *Três dias antes do conluio por whatsapp entre mais de 70 ruralistas da região de Altamira, no Pará, para atear fogo na floresta amazônica em 10 de agosto, o Ibama, órgão do Ministério do Meio Ambiente, recebeu um alerta do Ministério Público Federal* [Imagem]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B1obm1phHLC/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 28 de agosto). *Francisco Piyãko (@franciscopiyako), liderança Ashaninka do Acre, manda um recado pro mundo sobre a importância da Amazônia e dos povos indígenas* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/tv/B1sIuIXhSLS/?utm_source=ig_web_copy_link.
- Mídia Ninja [@midianinja]. (2019, 29 de agosto). *O fogo na Amazônia não tem causa natural como em outros biomas pode acontecer* [Ilustração]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B1xIYajhJg4/?utm_source=ig_web_copy_link.

APÊNDICE 1

Levantamento de notícias sobre as queimadas na Amazônia veiculadas nas principais emissoras brasileiras de TV aberta

Objeto de análise: Jornais diários, exibidos no horário nobre, das quatro principais emissoras de TV aberta no Brasil (Grupo Globo, Grupo Record, Sistema Brasileiro de Televisão-SBT e Rede Bandeirantes-BAND).

Período analisado: De 1º a 19 de agosto de 2019.

Jornal diário/Emissora	Nº de notícias no período
Jornal Nacional (Grupo Globo)	4 reportagens
Jornal da Record (Grupo Record)	0 reportagens
SBT Jornal (SBT)	0 reportagens
Jornal da BAND (BAND)	0 reportagens

Jornal Nacional (Exibido de Segunda a sábado, de 20h30 – 21h38)			
Título da reportagem	Duração	Data	Link
Bombeiros combatem há 4 dias incêndio em parque florestal de Mato Grosso.	30 seg.	10/08	https://globoplay.globo.com/v/7834723/
Em Mato Grosso, número de focos de calor já é 40% maior do que em 2018.	2 min.	13/08	https://globoplay.globo.com/v/7840945/
Queimadas na Região Norte aumentam por causa da seca.	2 min.	16/08	https://globoplay.globo.com/v/7849902/
Mato Grosso enfrenta a pior temporada de queimadas em sete anos.	3 min.	19/08	https://globoplay.globo.com/v/7855375/

Jornal da Record (Exibido de Segunda a sábado, de 19h45 – 20h45)			
Título da reportagem	Duração	Data	Link
-	-	-	-

SBT Jornal (Exibido de Segunda a sábado, de 19h45 – 20h25)			
Título da reportagem	Duração	Data	Link
-	-	-	-

Jornal da BAND (Exibido de Segunda a sábado, de 19h20 – 20h20)			
Título da reportagem	Duração	Data	Link
-	-	-	-

APÊNDICE 2

Levantamento das notícias sobre as queimadas na Amazônia veiculadas no JN

Objeto de análise: Jornal Nacional (Exibido de Segunda a sábado, de 20h30 – 21h38).

Período analisado: De 1º a 21 de agosto de 2019.

10/08- Sábado

Título da notícia: Bombeiros combatem há 4 dias incêndio em parque florestal de Mato Grosso

Duração: 30 seg.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7834723/>

13/08- Terça-feira

Título da notícia: Em Mato Grosso, número de focos de calor já é 40% maior do que em 2018

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7840945/>

16/08- Sexta-feira

Título da notícia: Queimadas na Região Norte aumentam por causa da seca

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7849902/>

19/08- Segunda-feira

Título da notícia: Mato Grosso enfrenta a pior temporada de queimadas em sete anos

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7855375/>

20/08- Terça-feira

Título da notícia: Em SP, água da chuva ficou escura por causa de fumaça de queimadas

Duração: 2:43 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7858495/>

Título: Previsão do tempo indica chuvas isoladas nas regiões de queimadas

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7858509/>

21/08- Quarta-feira

Título: Declaração de Bolsonaro sobre queimadas provoca protestos

Duração: 8 min.

ambientalista.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7861425/>

Análise:

A partir deste levantamento, é possível notar que as notícias que foram divulgadas pelo JN, até o dia 19 de agosto, apontavam que a causa do fogo era um combinado de clima seco, ventos e ação humana accidental. A opção do jornal foi referir, genericamente, que eram queimadas na região Norte e Centro-Oeste, ou mesmo que se localizavam em um ou outro estado, evitando assim expor que elas destruíam o bioma Amazônia. Em algumas dessas notícias, nem mesmo o termo “queimadas” foi utilizado; ao invés dele, se optou por “incêndios”, o que pode ter reforçado a tentativa de marcar que se tratava de incidentes. Além dos poucos minutos destinados a tais reportagens, nenhum especialista ambiental ou populações tradicionais foram ouvidas, o que denota um tratamento parcial da tragédia.

Como se vê, nem mesmo a estranha escuridão que tomou São Paulo, revelando a gravidade das queimadas que assolavam o território amazônico, foi capaz de arrancar da mídia massiva a consideração de que se vivia uma tragédia ambiental de grandes proporções na Amazônia Legal.

Todavia, no dia 21 de agosto de 2019, o discurso mudou de tom. Isso ficou evidente de imediato, afinal, o JN rendeu o significativo espaço de oito minutos em sua edição para tratar do tema das queimadas. E, diferente das notícias divulgadas anteriormente, essa ofereceu seu espaço para a voz de ambientalistas e dados científicos que apontavam o desmatamento como fator desencadeador das queimadas, deixando de considerar o tempo quente e seco como fator isolado para a formação desse cenário de destruição. Durante a reportagem, foi destacada a atenção internacional que o tema ganhou, o que nos sinaliza que essa mudança do discurso midiático pode muito bem ter sido resultante dessa pressão externa. É possível perceber que, agora, esse veículo de mídia fez questão de ressaltar que as queimadas, outrora referidas genericamente como ocorridas em “um ou outro estado”, ou mesmo na “região Norte e Centro-Oeste”, são na verdade uma perda do território da Amazônia Legal. Este é um dos pontos mais marcantes, pois revelar que as queimadas representavam a destruição da Floresta Amazônica é uma escolha discursiva que dá uma outra carga de valor à tragédia ambiental.

APÊNDICE 3

Levantamento das notícias sobre as queimadas na Amazônia veiculadas no JN

Objeto de análise: Jornal Nacional (Exibido de Segunda a sábado, de 20h30 – 21h38).

Período analisado: De 22 de agosto a 10 de setembro.

22/08- Quinta-feira

Título: Queimadas na Amazônia avançam e se tornam preocupação mundial

Duração: 8 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7864371/programa/>

Título: Presidente da França, Emmanuel Macron, considera queimadas na Amazônia crise internacional

Duração: 7 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7864384/programa/>

Título: Queimadas aumentam no Brasil apesar de clima menos seco este ano, afirmam meteorologistas

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7864371/programa/>

23/08- Sexta-feira

Título: Bolsonaro autoriza Forças Armadas contra queimadas na Amazônia

Duração: 5 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867437/programa/>

Título: Europa ameaça retaliações comerciais por conta de queimadas na Amazônia

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867455/programa/>

Título: Principais capitais da Europa têm atos em defesa da Amazônia

Duração: 1 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867452/programa/>

Título: Governo orienta embaixadas a defender imagem do Brasil

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867464/programa/>

Título: Maia pede ao STF recursos roubados da Petrobras para combater queimadas

Duração: 24 seg.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867458/programa/>

Título: No Brasil, manifestantes saem às ruas em apoio à Amazônia

Duração: 1 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867472/programa/>

Título: Fato ou Fake mostra equívocos em fotos de queimadas

Duração: 1min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867476/programa/?s=0s>

Título: Número de queimadas na Amazônia em 2019 é o maior desde 2010, diz Inpe

Duração: 4min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867500/programa/>

Título: Floresta Amazônica é rica em biodiversidade, mas não é o pulmão do mundo

Duração: 4min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867506/programa/>

Título: Cidades têm pânico durante pronunciamento de Bolsonaro sobre Amazônia

Duração: 1min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867572/programa/?s=0s>

Título: Agronegócio teme represálias por causa dos incêndios na Amazônia

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7867572/programa/?s=0s>

Título: Previsão para sábado (24) é de chuva em grande parte da Amazônia

Duração: 3 min.

24/08- Sábado

Título: Seis estados pedem ajuda das Forças Armadas para combater queimadas

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7869613/programa/>

Título: Ministério da Defesa monta centro de operações para combater queimadas

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7869644/programa/>

Título: Combate às queimadas é consenso entre líderes no encontro do G7

Duração: 5 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7869664/programa/>

Título: Queimadas são risco para Amazônia e para o comércio internacional

Duração: min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7869666/programa/?s=0s>

Título: Manifestantes voltam às ruas no Brasil e no exterior em defesa da Amazônia

Duração: 1 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7869655/programa/>

26/08- Segunda-feira

Título: Amazônia terá R\$ 90 milhões do G7 para queimadas, diz presidente francês

Duração: 7 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873434/programa/>

Título: Macron relembra desentendimentos que teve com Bolsonaro

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873424/programa/>

Título: Bolsonaro questiona interesse internacional em ajudar Amazônia

Duração: 6 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873444/programa/>

Título: Forças Armadas atuam no Pará, região com mais focos de queimadas

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873442/programa/>

Título: Em Mato Grosso, força-tarefa localiza novos desmatamentos e queimadas

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873481/programa/>

Título: Amazônia é o tema de estreia do podcast 'O Assunto', com Renata Lo Prete

Duração: 7 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873489/programa/>

Título: Reportagem do Fantástico mostra a dimensão da devastação na floresta

Duração: 6 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873491/programa/>

Título: Previsão de chuva fraca nesta terça em boa parte da Amazônia Legal

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7873488/programa/>

27/08- Terça-feira

Título: Bolsonaro impõe condições para aceitar dinheiro do G7

Duração: 6 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7876444/programa/>

Título: 'Certos líderes confundem soberania com agressividade', diz Macron

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7876452/programa/>

Título: Governadores da Amazônia Legal querem ajuda com soberania respeitada

Duração: 8 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7876489/programa/>

Título: Exército faz reconhecimento de áreas mais atingidas por queimadas no Pará

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7876485/programa/>

Título: MP alerta Polícia Federal para risco de invasão de terras dos índios xikrin

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7876488/programa/>

28/08- Quarta-feira

Título: Chile oferece ajuda ao Brasil para combater queimadas da Amazônia

Duração: 5 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7879591/programa/>

Título: Ex-ministros pedem atuação da Câmara na defesa do patrimônio ambiental

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7879597/programa/>

Título: Ministro do Meio Ambiente tem alta do Hospital das Forças Armadas

Duração: 14 seg.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7879584/programa/>

Título: Ativista do clima de 16 anos chega a Nova York depois de viagem de barco de duas semanas

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7879659/programa/>

29/08- Quinta-feira

Título: Bolsonaro assina decreto que proíbe queimadas durante período de seca

Duração: 5 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7882709/programa/>

Título: Governo pede ao STF para dobrar verba do Fundo Petrobras para queimadas

Duração: 28 seg.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7882700/programa/>

Título: Suspeito de provocar incêndios em áreas de floresta, no Pará, é preso

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7882706/programa/>

Título: Empresa que representa 18 marcas suspende importação de couro do Brasil

Duração: 4 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7882717/programa/>

30/08- Sexta-feira

Título: Exército reforça combate a queimadas em reserva do Maranhão

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7886088/programa/>

Título: Bolsonaro conversa com Angela Merkel sobre queimadas na Amazônia

Duração: 5 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7886131/programa/>

31/08- Sábado

Título: Fiscais do Ibama e policiais federais são alvos de tiros ao combater fogo e garimpo no PA

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7888229/programa/>

Título: Governo federal altera decreto que proíbe queimadas no Brasil no período da seca

Duração: 23 seg.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7888227/programa/>

Título: Queimadas na Bolívia deixam autoridades brasileiras em alerta

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7888250/programa/>

Título: Fumaça dos incêndios no Tocantins coloca motoristas em risco nas estradas

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7888249/programa/>

02/09- Segunda-feira

Título: Fogo devasta 12% do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7891803/programa/>

Título: Fogo devasta 12% do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7891802/programa/>

03/09- Terça-feira

Título: Exército intensifica combate ao fogo no Sul do Amazonas

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7894860/programa/>

05/09- Quinta-feira

Título: Paulo Guedes ofende mulher do presidente francês Emmanuel Macron

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7900973/programa/>

07/09- Sábado

Título: Algumas cidades do Brasil tiveram protestos no Sete de Setembro

Duração: 1 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7906197/programa/?s=0s>

Título: Moradores do centro-oeste sofrem com queimadas

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7906212/programa/>

Título: Queimadas contribuem para o calor em Cuiabá

Duração: 2 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7906214/programa/>

09/09- Segunda-feira

Título: Número de focos de queimadas no Brasil é o maior em sete anos, diz Inpe

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7909816/programa/>

10/09- Terça-feira

Título: Novo chefe do Ibama no Pará diz que não vai destruir máquinas apreendidas

Duração: 3 min.

Link: <https://globoplay.globo.com/v/7912874/programa/>

Análise:

No período analisado, notamos que o Jornal Nacional destinou espaço para o tratamento do assunto das queimadas com mais intensidade entre os dias 22 e 27 de agosto de 2019, quando o tema ocupou a maior parte do noticiário. O jornal destacou a comoção da imprensa internacional em noticiar a destruição da Floresta Amazônica e, como ficou evidente, adotou uma mudança em seu discurso, passando a se referir às queimadas como uma destruição que atingia toda a Amazônia Legal, evitando, assim, tratá-las como ocorrência em um ou outro estado, como havia preferido noticiar antes da projeção mundial.

Embora a relação das queimadas com o desmatamento seja referida a partir da declaração de cientistas da NASA, que se ocupam há anos em monitorar a Amazônia, o jornal não rendeu aprofundamento ou reverberação acerca dos responsáveis por isso. Nem mesmo quando noticiou a prisão de fazendeiros acusados de atear fogo na floresta nativa, ou quando trouxe a cobertura de ações de fiscalização, onde um fazendeiro que criava gado em áreas desmatadas ilegalmente teve as atividades de sua fazenda embargada, o telejornal diário enfatizou que a destruição da

Amazônia se deve muito à expansão irregular da área agrícola, e que o mercado absorve essa produção criminosa.

Ao invés disso, o JN elegeu um discurso empenhado em resguardar o agronegócio, destacando a importância econômica da atividade para o país. Inclusive, foi frequente a indicação de que a pressão de países europeus de embargar os produtos brasileiros, caso o governo não fornecesse garantias de proteção à Floresta Amazônica, se tratava de uma campanha para prejudicar as exportações brasileiras. Não que se deva desconsiderar tais interesses políticos, mas há que se ponderar que ao ter colocado essa ameaça no centro, o jornal tirou do foco que a ocorrência da destruição da Amazônia foi movida por práticas criminosas que atendem ao mercado nacional e internacional.

Os dados do INPE e a análise de especialistas da NASA foram mencionados em várias das reportagens para confirmar que se vivia um dos piores anos das queimadas. Para apontar de onde partia a origem do fogo, o JN recorreu a um levantamento do *Greenpeace*, mas somente destacou uma parcela que vinha de áreas indígenas e Unidades de Conservação, mantendo nas sombras, assim, o fato de que a maior parte das queimadas ocorreram em propriedade privadas e florestas não destinadas, o que, por conseguinte, elucidaria a responsabilidade das atividades agropecuárias na formação desse cenário de destruição.

Durante a cobertura, o JN preferiu ressaltar as perdas para o setor agrícola em detrimento daquelas relativas à biodiversidade no bioma Amazônia. Durante o período analisado, a única matéria que foi destinada a apontar a importância da Floresta Amazônica para a regulação do clima e da ciência, foi feita trazendo como ponto central o esclarecimento de que a afirmação de alguns líderes que consideram a Amazônia como o pulmão do mundo é equivocada, o que pode ser entendido como uma minimização de que a destruição da floresta tenha sido tão nociva ao planeta.

Além disso, ao mencionar que as queimadas atingiram áreas indígenas, o JN não prestou espaço para ouvir nenhum desses sujeitos durante a reportagem, deixando, assim, de referir os danos que o fogo causara aos modos de vida e sustento deles. As comunidades tradicionais e as populações locais também não foram consideradas, o que figura como um arranjo discursivo que marginaliza e apaga esses sujeitos.

Durante a cobertura das manifestações em protesto contra as queimadas, sejam as nacionais, ocorridas em diversas cidades, ou as internacionais, realizadas em frente às

embaixadas brasileiras de diversos países, o JN destinou-lhes apenas um tempo ínfimo, e somente nas mobilizações ocorridas no exterior alguns dos militantes foram ouvidos. Com isso, é possível inferir que a escolha discursiva do JN não teve o interesse de expor as reivindicações dos manifestantes, preferindo apenas fornecer uma visão geral e distante sobre os atos, o que deixou a impressão de que o veículo apenas os cobriu por tabela.